

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JAIME FARIAS

**A IMPRESSÃO DO CONSENSO:
UMA ANÁLISE POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICA DO SARESP NA
FOLHA DE S. PAULO E NO JORNAL DA APEOESP**

**SÃO CARLOS – SP
2015**

**A IMPRESSÃO DO CONSENSO:
UMA ANÁLISE POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICA DO SARESP NA
FOLHA DE S. PAULO E NO JORNAL DA APEOESP**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

JAIME FARIAS

**A IMPRESSÃO DO CONSENSO:
UMA ANÁLISE POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICA DO SARESP NA
FOLHA DE S. PAULO E NO JORNAL DA APEOESP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como um dos requisitos para a obtenção do título de doutor em educação.

Orientação: Prof. Dr. José Carlos Rothen

**SÃO CARLOS – SP
2015**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

F224ic Farias, Jaime.
A impressão do consenso : uma análise político-epistemológica do SARESP na Folha de S. Paulo e no Jornal da APEOESP / Jaime Farias. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
177 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

1. Política educacional. 2. Verdade. 3. Sistema de avaliação. 4. Rendimento escolar. 5. Folha de S. Paulo (Jornal). 6. Jornal da APEOESP. I. Título.

CDD: 371.2 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Jaime Farias, realizada em 06/03/2015:

Prof. Dr. Jose Carlos Rothen
UFSCar

Profa. Dra. Anete Abramowicz
UFSCar

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva
UFSCar

Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderón Flores
PUCCAMP

Profa. Dra. Marcia Reami Pechula
UNESP

Às professoras e aos professores que fizeram parte da minha educação.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi financiada pelo programa de Bolsa de Doutorado no País, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

O Estágio Avançado de Doutorado, realizado junto ao Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Portugal, foi financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

AGRADECIMENTOS

Aos orientadores: Prof. Dr. José Carlos Rothen, por ter cumprido com toda a dedicação a função de orientador, por ter me auxiliado nesta etapa de minha caminhada acadêmica. Prof. Dr. Licínio Carlos Viana Silva Lima, docente do Instituto de Educação da Universidade do Minho, pela consideração, dedicação e generosidade com que me orientou no Doutorado Sanduiche, na Universidade do Minho, em Portugal.

Aos membros da banca: Prof^a. Dra. Anete Abramowicz e Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva, que participaram do Exame de Qualificação e da Defesa, por suas inestimáveis contribuições. Prof^a. Marcia Reami Pechula e Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderón, que participaram da Defesa, pela valiosa e generosa avaliação e contribuição ao trabalho final.

Às professoras e aos professores que colaboraram de diferentes maneiras: Prof^a. Dra. Gladys Beatriz Barreyro, Prof^a. Dra. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes e Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Monarcha, pelas importantes contribuições que possibilitaram definir com clareza o projeto de pesquisa. Prof^a. Dra. Cármen Lúcia Brancaglioni Passos, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, pelo estímulo e pela colaboração no processo de implementação do Doutorado Sanduiche. Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani, por ter gentilmente intermediado os primeiros contatos que resultaram na realização do estágio na Universidade do Minho.

Aos colegas da UFSCar, especialmente, aos membros do grupo de estudos: Joelma dos Santos Bernardes, Claudia de Carvalho Cosmo, Andréia da Cunha Malheiros Santana, Andreliza Cristina de Souza, Flávio Reis dos Santos, Egberto Pereira dos Reis, Regilson Maciel Borges, Letícia Bortolin, Marcelo Gonzaga dos Santos, Aryane Paula do Prado, Raiani Cristina Cavichia, Pamela Cristina Botiglieri, Ivan Cesar Gonçalves, pelas experiências e aprendizados compartilhados, pelas contribuições ao projeto de pesquisa e pelas inúmeras reflexões que, de alguma maneira, estão presentes nesta tese.

A todos os profissionais que colaboraram de alguma forma com a pesquisa, especialmente, Ana Maria Lopes, Edenilde do Nascimento, funcionárias da APEOESP, que viabilizaram o acesso ao acervo do Jornal da APEOESP.

Aos amigos, que sempre me apoiaram, especialmente, Ana Dória, Ana Lúcia Calbaiser da Silva, Merilin Baldan, Egon Kirchof, pelas conversas, sugestões e críticas, pela presença.

À minha família, pelo apoio, à minha mãe, Alneiva, ao meu companheiro, Cesar Augusto Dresch. À Molly e à Hannah.

“Ah, mas como eu desejaria lançar ao menos numa alma
alguma coisa de veneno, de desassossego e de inquietação.”

Fernando Pessoa

RESUMO

A pesquisa tem como base os enunciados que circulam na relação política/imprensa, a partir dos quais são analisados os enunciados relacionados ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Para isto, foram selecionados textos de dois jornais de naturezas distintas, publicados entre os anos de 1995, início do governo de Mario Covas, que implantou o SARESP e 2010, último ano do governo de José Serra. A Folha de S. Paulo caracteriza-se como um jornal diário, comercial, de abrangência nacional, cujas atividades estão fundamentadas na lógica empresarial, articuladas às demandas de uma linha industrial de produção de notícias. O Jornal da APEOESP é um veículo de informação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), com circulação dirigida aos sócios, distribuição gratuita e periodicidade variável, cujas práticas jornalísticas vinculam-se aos conflitos subjacentes à defesa dos direitos da categoria docente. O SARESP é um instrumento de avaliação externa da rede de ensino de São Paulo, implantado em 1996. Consiste de um exame aplicado a todos os alunos de determinadas séries, sendo obrigatório nas escolas estaduais e por adesão nas redes municipais e privada. Como fundamentação teórica à análise dos textos dos jornais, destacam-se noções foucaultianas de poder, enunciado, discurso e regime de verdade. O estudo teve como objetivo identificar na relação política/imprensa certos enunciados considerados “verdadeiros”, relacionados ao SARESP. Buscou-se identificar aspectos das práticas midiáticas que indicassem a constituição de um “discurso de performatividade”, decorrente da valorização de critérios de eficiência e de inovação, relacionados ao processo de reforma política de orientação neoliberal. O estudo da participação da imprensa na circulação do discurso da performatividade permitiu constatar uma “impressão” de consenso acerca do SARESP. Ainda que os efeitos deste processo tenham atuado no sentido de interditar outros discursos possíveis, percebeu-se a existência de certos enunciados que vieram constituir um “discurso de resistência”, relacionado às críticas aos critérios de performatividade. Conclui-se, neste sentido, que aos enunciados relacionados à melhoria da qualidade da educação interligam-se aos enunciados que tratam o SARESP como medida legítima de qualidade, caracterizando a preponderância do “discurso de performatividade”, todavia, associado e em relação constante com as diferentes configurações do “discurso de resistência”.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Regime de verdade. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Folha de S. Paulo. Jornal da APEOESP.

ABSTRACT

The research is based on the statements circulating in the political/media relationship, from which reviews the statements related to the school performance evaluation system of São Paulo state (SARESP). For this, texts were selected from two newspapers of different natures, published between 1995, beginning of Mario Covas government, which implemented the SARESP and 2010, the last year of the government of José Serra. Folha de S. Paulo characterized as a daily newspaper, commercial, nationwide, whose activities are based on the business logic, articulated the demands of an industrial line news production. Jornal da APEOESP is an information vehicle of the union of official school teachers of the São Paulo state (APEOESP), with circulation addressed to the shareholders, free distribution and variable frequency, whose journalistic practices are linked to the conflicts underlying the defense of the rights of the teaching category. SARESP is an external evaluation tool of the São Paulo state's school system, established in 1996. It consists of an examination applied to all students in certain grades, being compulsory in state public schools and membership in municipal public schools and private networks. As a theoretical basis for the analysis of texts from newspapers, stand out Foucault's notions of power, statement, discourse and regime of truth. The study aimed to identify, in the political/media relationship, certain statements considered "true", related to SARESP. It was sought to identify aspects of media practice to indicate the formation of a "performative discourse", due to the appreciation of criteria of efficiency and innovation, related to the neoliberal policy reform process. The study of the participation of the press in the circulation of "performative discourse" allowed to establish an "impression of consensus" about the SARESP. Although the effects of this process have worked towards interdict other possible discourses, it was noticed that there were some statements that came constitute a "discourse of resistance" related to criticism of performativity's criterias. It is concluded, in this regard, that the statements related to improving the quality of education is interconnected to the statements dealing SARESP as the legitimate measure of quality, featuring the preponderance of "performativity of speech", however, associated and constant relationship with different settings of "discourse of resistance".

Keywords: Educational policies. Regime of truth. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Folha de S. Paulo. Jornal da APEOESP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APESNOESP	Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo
ATPCE	Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEI	Coordenadoria de Ensino do Interior
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COGSP	Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo
Com.	Comunicado
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IEB	Projeto Inovações no Ensino Básico
Instr.	Instrução
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Res.	Resolução
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SE	Secretaria da Educação
SEE	Secretaria Estadual da Educação
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 IMPRESSÕES INICIAIS.....	13
1.1 ALGUNS ASPECTOS DO CICLO POLÍTICO DO SARESP.....	24
1.1.1 Contexto de influência.....	25
1.1.2 Contexto da produção de texto.....	27
1.1.3 Contexto da prática.....	29
1.1.4 Contexto dos efeitos.....	31
1.1.5 Contexto de estratégia política.....	33
1.2 A ARCA DO TEMPO: DOS ARQUIVOS AO <i>CORPUS</i>	35
1.2.1 O arquivo da Folha de S. Paulo.....	36
1.2.2 Definição do <i>corpus</i> da Folha de S. Paulo.....	38
1.2.3 O arquivo do Jornal da APEOESP.....	41
1.2.4 Definição do <i>corpus</i> do Jornal da APEOESP.....	42
2 CAIXA DE FERRAMENTAS: INSTRUMENTAL TEÓRICO-METODOLÓGICO ..	44
2.1 UMA EPISTEMOLOGIA PARA ANALISAR A RELAÇÃO POLÍTICA/IMPrensa.....	46
2.2 A ANÁLISE POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICA.....	54
2.3 A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA: ENUNCIADO E REGIME DE VERDADE.....	59
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO.....	68
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO.....	72
2.6 SÍNTESE DA SEÇÃO.....	76
3 MERCADO DE NOTÍCIAS: OS JORNAIS E A POLÍTICA.....	78
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO JORNALISMO.....	78
3.2 POLÍTICA E IMPRENSA COMERCIAL.....	86
3.3 JORNALISMO DE INFORMAÇÃO SINDICAL.....	98
3.4 SÍNTESE DA SEÇÃO.....	101
4 GOVERNO DA EDUCAÇÃO: A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO.....	104
4.1 A INSTAURAÇÃO DO DISCURSO DA REFORMA NEOLIBERAL.....	104
4.2 A QUESTÃO DO CONSENSO.....	114
4.3 A GOVERNAÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	120
4.4 SÍNTESE DA SEÇÃO.....	131
5 ANÁLISE DOS TEXTOS DOS JORNAIS.....	132
5.1 DISCURSO DA PERFORMATIVIDADE.....	133
5.1.1 Eficiência como enunciado.....	142
5.1.2 Inovação como enunciado.....	145
5.2 DISCURSOS DE RESISTÊNCIA.....	148
5.2.1 Resistência difusa.....	153
5.2.2 Resistência crítico-operacional.....	154
5.2.3 Resistência crítico-incidental.....	155
5.2.4 Resistência estratégica.....	155
5.3 SÍNTESE DA SEÇÃO.....	155
IMPRESSÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	162
APÊNDICE A – ASPECTOS DO SARESP.....	177

1 IMPRESSÕES INICIAIS

O tema da pesquisa são os enunciados que circulam na relação política/imprensa. Por enunciado compreende-se, de acordo com a noção foucaultiana, uma “função” relacionada a um conjunto de signos, que aparecem em determinado momento histórico segundo um estatuto específico. Pode-se afirmar, por exemplo, que a sigla “SARESP” é um enunciado, na medida em que veio a exercer, entre outras funções, uma sobreposição, quando não a substituição de termos como “prova” e “avaliação”.

A pesquisa tem como objeto de análise os enunciados relacionados ao SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) veiculados em dois jornais, a Folha de S. Paulo e o Jornal da APEOESP entre os anos de 1995 e 2010. A delimitação deste período corresponde ao período dos quatro primeiros mandatos consecutivos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo de São Paulo.¹

O SARESP é um instrumento oficial de avaliação externa das escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio do governo do Estado de São Paulo. A metodologia do SARESP foi alterada diversas vezes, desde sua implantação em 1996. De modo geral, compreende a realização anual de um exame, aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo à rede estadual de ensino, à exceção dos anos de 1999 e 2006, quando o SARESP não foi realizado. Desde 2000, constitui-se como uma “avaliação de saída”, ou seja, ocorre ao final do ano letivo e avalia os conhecimentos adquiridos pelos alunos nas séries em que estão matriculados. O SARESP é direcionado a alunos de determinadas séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e caracteriza-se como um exame “censitário”(aplicado a todos os alunos das séries especificadas), com exceção do ano de 2002, quando foi “amostral”. O SARESP é realizado obrigatoriamente nas escolas estaduais e por adesão na rede privada e nas redes municipais.

Os dois jornais estudados representam orientações distintas, considerando suas configurações no universo da comunicação social. A Folha de S. Paulo caracteriza-se como um jornal diário, comercial, de abrangência nacional, cujas atividades estão fundamentadas na lógica empresarial, articuladas às demandas de uma linha industrial de produção de notícias. O êxito empresarial alcançado pelo jornal pode ser expresso, entre outros aspectos, pela sua destacada participação no cenário jornalístico nacional, especialmente a partir de meados da

¹ Atualmente, o PSDB exerce o sexto mandato consecutivo no governo paulista.

década de 1980. Entre as estratégias adotadas pela Folha de S. Paulo para alcançar esta posição sobressaem: 1) a implementação de um programa de modernização, baseado na racionalização técnico-administrativa e na renovação tecnológica introduzidas pelo Projeto Folha, em 1984 (PINTO, 2012, p. 84); 2) a utilização de estratégias de *marketing* direcionadas a promover uma autoimagem associada ao “jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno” (PINTO, 2012, p. 80, 135).

O Jornal da APEOESP é um veículo de informação sindical, de circulação dirigida aos sócios, com distribuição gratuita e periodicidade variável (entre duas e dez edições anuais). Suas práticas jornalísticas vinculam-se, especialmente, aos conflitos políticos subjacentes à defesa dos direitos da categoria representada pela APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Além disto, o jornal cumpre um papel importante na reprodução material do próprio sindicato, na medida em que busca informar e mobilizar a categoria docente, prestar contas de suas atividades reivindicatórias e atrair novos sócios.

O estudo tem como objetivo identificar as práticas do “regime de verdade”, o qual funciona como estatuto à existência dos referidos enunciados. Para isto, coloca-se em evidência um dos setores da rede de relações por onde circulam os enunciados que compõem o discurso da política educacional. O “regime de verdade” está diretamente relacionado à formação do “discurso”, que, de modo sucinto, refere-se ao “conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 1972, p. 135). Neste caso, o sistema de formação é o setor da rede que compreende a inter-relação política/imprensa. Compreende-se, portanto, que a investigação deste ponto da rede de relações de poder fornece as pistas necessárias para identificar os aspectos e modo de constituição do discurso da política educacional.

Pressupõe-se, também, a descontinuidade do discurso, ou seja, não se trata de assegurar-lhe uma continuidade infinita no decorrer da História. Considera-se que o discurso irrompe como acontecimento neste entrecruzamento da política e da imprensa. Pode-se observar, portanto, neste ponto da rede, o aparecimento pontual e a “dispersão temporal” do discurso, “que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido, bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros” (FOUCAULT, 1972, p. 36). Esta perspectiva permite analisar o fluxo de certos enunciados aos quais são atribuídos o sentido ou o *status* de “verdades”.

Existe, então, um modo de funcionamento que possibilita aos discursos serem mais ou menos “verdadeiros”. A forma como os enunciados são mobilizados e colocados em circulação tem como efeito a constituição de determinados discursos. Esta dinâmica atua como um conjunto de regras, que não são permanentes, mas fazem parte do modo historicamente constituído para se dizer a verdade: a isto se denomina “regime de verdade”.

Por meio do estudo de uma série de práticas inseridas em determinado regime de verdade, pode-se compreender como é formado um dispositivo de poder-saber (FOUCAULT, 2008a, p. 27). Desta forma, chega-se à dimensão do entrecruzamento política/imprensa que, neste caso, analisa a dispersão dos enunciados sobre o SARESP nos jornais para identificar as práticas que compartilham certas regras de “verdade”. A análise enunciativa que se realiza interroga às coisas ditas (e que foram, de alguma forma, colocadas à observação) quais os significados do seu aparecimento (FOUCAULT, 1972, p. 137). Portanto, trata-se de identificar as práticas que possibilitaram o aparecimento dos enunciados na forma de “coisas ditas” como “verdadeiras”.

No contexto brasileiro, especialmente a partir da década de 1990, têm ganhado destaque determinadas regras de “verdade” relacionadas à busca da eficiência no setor da administração pública e seu atrelamento à necessária eficiência das políticas educacionais. Ainda que o problema da eficiência não fosse exatamente uma discussão nova na política nacional, as soluções propostas para resolvê-lo, a partir de então, passam a ser orientadas por um novo estatuto: o “regime de verdade” pós-estatal ou centrado no mercado.

Considerando o cenário mundial, o novo modo de regulação pós-estatal designado como “governança”, foi considerada, de acordo com António Teodoro (2011, p. 67), a solução “capaz de ultrapassar a crise de regulação das sociedades modernas, dilaceradas entre o Estado e o mercado”. Boaventura de Sousa Santos (2005) constata que o termo *governance*, ou governança – como propõe utilizá-lo em língua portuguesa – teve uma proliferação desenfreada nas ciências sociais, a partir de 1975. Percebe-se, então, a progressiva constituição de uma nova forma de regulação social, sendo que a década de 1986 a 1996, segundo Santos (2005, p. 13),

foi o ponto alto do neoliberalismo, com o Estado a retirar-se do sector social e da regulação económica, com a lei do mercado a presidir à regulação económica e social, e com a proliferação de organizações da sociedade civil, genericamente designadas por “terceiro sector”, cuja finalidade consiste em satisfazer as necessidades humanas a que o mercado não consegue dar resposta e o Estado já não está em condições de satisfazer.

Neste contexto, surge a “governança”, tornando-se, em meados da década de 1990, a “matriz política da globalização neoliberal” (SANTOS, 2005, p. 10).

Destacam-se, então, um conjunto de políticas formuladas com o intuito de resolver a crise de regulação social, abrindo mais espaço à participação do mercado. Apesar da adoção de práticas que visam reduzir a participação do Estado, sobretudo na prestação de serviços sociais, este passa a assumir importantes funções no gerenciamento da nova disposição regulatória. Para Santos (2005, p. 15), o Estado passa a desempenhar o papel de “meta-regulador”, colocando-se como “entidade responsável por criar espaço para reguladores não-estatais legítimos”. Conseqüentemente, verifica-se o desempenho de um papel significativo por parte do Estado na instauração de um novo estatuto social, com diferentes formas de organização e distribuição dos tempos, dos espaços, dos valores, dos desejos, das interdições e autorizações. Neste momento, ocorre um movimento de reatualização do “regime de verdade”.

Este movimento é percebido por David Harvey, como um processo de “mercadificação de tudo”. Segundo o autor, “a mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais, supõe que se pode atribuir um preço a eles e negociá-los nos termos de um contrato legal” (HARVEY, 2012, p. 178). Segundo o autor, esta mudança decorre da implementação do projeto neoliberal, que tem como objetivo primordial a expansão dos domínios da acumulação capitalista, por meio da abertura de campos até então “considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade”. O autor exemplifica mencionando setores que antes estavam sob o domínio estatal (HARVEY, 2012, p. 172):

Todo tipo de utilidade pública (água, telecomunicações, transporte), de benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde, pensões), de instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, presídios) e mesmo operações de guerra (como ilustra o “exército” de contratantes privados que operam ao lado das forças armadas no Iraque) foi privatizado em alguma medida por todo o mundo capitalista e para além dele (na China, por exemplo).

A tese da inevitabilidade do “controle internacional do capital financeiro”, uma circunstância apontada por David Harvey (2001, p. 325) sobre o final da década de 1980, resultou, entre outras coisas, na instauração de um quadro de valorização da racionalidade técnico-científica, expresso pela introdução de critérios e práticas gerencialistas aplicados à política. Este foi um dos fatores responsáveis pela expansão da lógica de liberação dos mercados, na qual se fundamenta o programa de reformas neoliberais. A predominância deste

projeto assenta-se na articulação entre “certos saberes e certos poderes”, que passam a ser difundidos como “racionalidade única ou absoluta”, o que significa, de acordo com Licínio Lima (2011a, p. 137), desconsiderar todas as outras formas de articulação entre saberes e poderes e seus distintos quadros de racionalidade. Isto ocorre porque a interpretação da realidade social, o levantamento dos “problemas” e a elaboração de “soluções” são produzidos dentro de certa racionalidade, dentre outras possíveis. Em outras palavras, um projeto político torna-se admissível em função de certa leitura do mundo e, por isso, nenhuma solução pode ser neutra, seja ela baseada na mais rigorosa técnica. Neste sentido, Lima (2011a, p. 137-138) afirma:

No limite, não existem poderes sem saberes, recursos cada vez mais indispensáveis ao exercício do poder político, tal como seria uma ingenuidade conceber os saberes – mesmo os saberes científicos –, como construções sociais alheias a relações de poder, sem capacidades diferenciadas de apoiarem e justificarem agendas políticas e de sustentarem certas decisões e realizações. Com efeito, a separação radical entre saberes e poderes remete para uma posição pretensamente a-ideológica e para uma epistemologia positivista ancorada no objectivismo, num certo realismo ingénuo e no mito da neutralidade.

Um dos aspectos da reforma neoliberal, e que tem sido fundamental para sua implantação, é a dispersão do discurso da “modernização”, que permite supor um processo de melhoramento generalizado de “toda” a sociedade. Entretanto, a avaliação das transformações produzidas pelas políticas neoliberais dá a perceber que os efeitos benéficos da “modernização” direcionam-se ao campo econômico, alcançando apenas uma parte da população mundial: os consumidores potenciais. A “modernização”, como discurso fundamental da globalização, ao contrário de significar o melhoramento de “toda” a sociedade, tem demonstrado, ao longo das últimas décadas, ser um processo amplo de despolarização e conversão das massas em consumidores, ao passo que os benefícios sociais tornam-se cada vez mais escassos e mais concentrados em certos grupos sociais ou em certos países.

Mesmo diante deste quadro, as estratégias de resistência enfrentam a força do discurso da “modernização”. Segundo Lima (2002, p. 19), a “fé depositada no mercado” encontra menos resistências do que no período anterior à reforma, o que “resulta mais difícil encontrar alternativas credíveis”. Isto ocorre, porque o projeto levado a cabo pela reforma neoliberal disseminou e tornou preponderante a crença em determinados aspectos que reforçam os valores da modernização e da globalização. A efetividade do discurso da modernização, em termos de políticas públicas, está relacionada com a possibilidade dos seus

princípios tornarem-se legítimos. Assim, a modernização tornou-se legítima por meio da crença em determinados fundamentos, dentre os quais Lima (2002, p. 19) destaca: regulação pelo mercado, concorrência e competitividade, ideologias da meritocracia e do sucesso, racionalidade econômica, empresa como matriz organizacional, resultados quantificáveis, controle da qualidade.

Teodoro (2011, p. 157-158) atribui esta significativa mudança no cenário mundial ao desencadeamento de práticas e políticas de matriz neoliberal, que vieram assumir a forma de uma tecnologia de governo:

[...] o neoliberalismo não se limita à atividade econômica. Atinge todos os setores da vida humana e assumiu-se como tecnologia de governo. Na educação significou uma mudança radical de prioridades na agenda política: o ideal social-democrata da igualdade de oportunidades, que esteve na base da fortíssima expansão educativa do pós-Segunda Guerra, foi substituído por um vago conceito de *qualidade*, ponto de partida da trilogia reformadora das últimas décadas – competitividade, *accountability* e performatividade (itálicos no original).

A racionalidade científica, que tem pautado os discursos e alicerçado as mais diversas modalidades institucionais contemporâneas, não é, propriamente, abalada, mas reatualizada. Isto ocorre em meio ao reordenamento promovido pela globalização, cenário no qual o discurso gerencialista alcança sucessiva legitimidade. À convicção na “verdade” da Ciência convergem os princípios gerencialistas, e o “regime de verdade” é atualizado no que diz respeito ao discurso que irá pautar as práticas de governo.

Adota-se o termo “governo”, para enfatizar a noção foucaultiana do termo, diferente do sentido estritamente relacionado às instituições de “Governo”, como propõe Alfredo Veiga-Neto (2002, p. 20):

[...] a substituição de governo por governo evitaria a possível leitura enviesada que, não raras vezes, é feita e que acarreta o entendimento de que Foucault estaria, aqui, atribuindo à instituição Governo – enquanto instância central do Estado – a decisão de definir o que compete ou não ao Estado. Basta conhecer minimamente o pensamento do filósofo para saber que, para ele, não se trata de pensar o poder e a ação política como algo que sobretudo possa se distribuir, no Estado, a partir de um centro de irradiação que a teorização política moderna atribui às instituições governamentais.

O discurso gerencialista, em suas inúmeras configurações, tem fundamentado as práticas de governo no cenário mundial, contribuindo, assim, para o estabelecimento dos valores neoliberais como “a” verdade a ser considerada na elaboração das políticas educacionais.

Analisando os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação, Teodoro (2011, p. 100-101), constata que avaliações internacionais como o PISA (*Program for International Student Assessment*) e outras semelhantes, aplicadas no âmbito dos Estados nacionais, pouco ou nada se preocupam com os “contextos sócio-históricos” dos resultados obtidos. Estas avaliações estariam muito mais conectadas a instrumentalizar as novas formas de elaboração das políticas educacionais, como afirma o autor (TEODORO, 2011, p. 101):

Seu papel é fornecer as *evidências* para a ação política governativa (*evidence-based policy*), remetendo para segundo plano a contextualização dos processos de aprendizagem, bem como a participação e o debate democráticos sobre as dimensões políticas da educação (itálicos no original).

A consequência desta estratégia de governo é constatada por Teodoro e aponta para questão da hegemonia do gerencialismo, uma vez que as soluções consideradas “verdadeiras” são aquelas fundamentadas em “evidências” científicas. Sobre esta situação, não se furtando a certa ironia, considera (TEODORO, 2011, p. 101):

Este é o paraíso da governação neoliberal: uma ação política baseada em *evidências* apontadas pela *expertise* dos técnicos e cientistas, em vez da participação dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, associada à livre e democrática afirmação e concorrência de projetos políticos contrastantes. É, em suma, o velho sonho conservador de *fazer políticas sem política*, de um governo de sábios que conhece os caminhos e as soluções para tornar o “povo” feliz (itálicos no original).

No cenário paulista, a lógica centrada no mercado e as práticas de governo baseadas no gerencialismo tornam-se mais efetivas e passam a ter maior impacto a partir do primeiro mandato de Mario Covas (PSDB) como governador (1995-1998).

Entre as medidas modernizadoras da gestão pública, como propunha o plano de governo do PSDB, encontra-se a aplicação do SARESP. Segundo Cristiane Machado (2010), esta avaliação possui características normativas que não se baseiam apenas em medição e uso dos resultados obtidos (*assessment*). Segundo a autora, “os objetivos oficiais, metodologia e análises que apresentamos sobre o SARESP nos permitem reconhecer que esta avaliação não se resume a *assessment*” (2010, p. 122). Em sua dimensão normativa, o SARESP apresenta condições relativamente adequadas para funcionar como “sistema”, levando em conta os dados colhidos pelos três instrumentos referidos acima, de modo a subsidiar a tomada de decisões de todos os envolvidos no processo educativo por meio do conhecimento efetivo das

condições de cada escola. Entretanto, o modo como seus resultados são utilizados demonstram que o SARESP configura-se como um “mecanismo de comparação entre as escolas”. Neste sentido, Machado (2010, p. 125) afirma:

Acreditamos que a publicidade dos resultados do SARESP, com esta ênfase somente no desempenho de cada escola, sem uma análise dos condicionantes que geraram este resultado, não contribui para a construção de uma escola comprometida com a aprendizagem de *todos* os seus alunos, como aliás, deve ser uma escola realmente pública (itálico no original).

O formato do SARESP, em especial a exposição midiática dos seus resultados, põe em funcionamento um conjunto de estratégias vinculadas às táticas de governamentalidade, possibilitando que certos discursos sejam considerados “verdadeiros”. Melvin Defleur e Sandra Ball-Rokeach (1993, p. 279-280) afirmam que os padrões de seletividade e de construção das notícias, assim como a factualidade e a objetividade constituem um conjunto meticuloso de filtros que confirmam a função de construtora de significado atribuída à mídia.

As práticas midiáticas, neste caso, as práticas relacionadas à construção das notícias veiculadas pelos jornais, articulam-se com outras práticas que constituem o dispositivo geral de governamentalidade. A relação política/imprensa e sua participação na formação do discurso da política educacional constituem aspectos significativos do processo de construção social da realidade e, conseqüentemente, integram as “táticas de governamentalidade”. Este entrecruzamento de relações de poder/saber, direcionadas a conduzir a vida da população extrapolam as instituições estritamente estatais, fazendo com que a sobrevivência e os limites do Estado só possam ser compreendidos pelas “táticas gerais da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 145).

Em articulação na teia de relações de poder, as táticas da governamentalidade funcionam como instâncias de assujeitamento, isto é, como práticas de constituição do “sujeito livres”, conforme a definição de Foucault (1995, p. 243), conduzindo a conduta dos indivíduos e organizando formas de percepção e de atuação dos sujeitos.

As relações de poder são ações exercidas sobre sujeitos livres e, por isso, supõem que se reconheça o “outro”, “mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (FOUCAULT, 1995, p. 243). O exercício do poder, portanto, não se constitui como uma violência contra o outro, ou uma recondução deste a um consentimento prévio. Constitui-se, de outra forma, como uma ação sobre ações possíveis do outro. O termo

conduta, neste sentido, serve para descrever o que é específico nas relações de poder: “o ato de ‘conduzir’ os outros” (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades (FOUCAULT, 1995, p. 243-244). É importante enfatizar que não se trata de uma polarização entre condutores e conduzidos, entre dominantes e dominados, entre poderosos e submissos. O exercício do poder se dá em rede, em função do modo como os sujeitos atuam, dirigindo as condutas uns dos outros.

A existência de um conjunto de enunciados que tornam possível o SARESP, que legitimam seus princípios políticos e que possibilitam sua continuidade como prática de governmentação está referenciada em certas regras de “verdade”. Por isto, é importante analisar as práticas que integram a rede de dispersão do discurso relacionado ao SARESP, no caso, as práticas compreendidas na relação política/imprensa.

Um dos aspectos das práticas midiáticas relacionadas à avaliação da educação é a construção de um “discurso performático”. Rosimar Esquinsani (2010) ilustra esta questão com enunciados relacionados ao desempenho veiculados nas revistas semanais *Veja*, *Época* e *Isto É*. Segundo a autora, “as receitas para uma ‘boa’ escola; as condições do ‘professor ideal’ (competitivo e produtivo), assim como a priorização das escalas e ordenações entre estabelecimentos escolares são a tônica do discurso midiático performático” (ESQUINSANI, 2010, p. 136). Considerando os fatores de que subordinam a educação à economia, Licínio Lima (2005) identifica a “performatividade competitiva” como um dos efeitos da hegemonia do pensamento neoliberal. De acordo com Lima (2005, p. 81):

Os indivíduos e as organizações de todo o tipo, à semelhança das empresas, que são apresentadas como arquétipos da organização racional, inovadora e eficiente, passarão a reger-se por princípios gerencialistas, comandados por doutrinas neocientíficas ou neotaylorianas da gestão.

A análise dos textos dos jornais permite sistematizar os enunciados relacionados ao SARESP, de modo que evidencia a valorização/desvalorização da performatividade na educação, o que representa a participação da política/imprensa na instauração do “discurso da performatividade”. Este discurso circula e faz referência aos diversos níveis do cenário educacional, no nível sistêmico (rede estadual de ensino), institucional (escola) ou individual (estudantes, professores, gestores, pais). A partir das práticas midiáticas, percebe-se a existência de dois eixos de ação: um de valorização e outro de resistência ao discurso da performatividade. Isto demonstra, entre outras coisas, que as

relações de poder ocorrem em meio a movimentos contraditórios e até mesmo antagônicos. Por isto, os discursos não se constituem separadamente dos movimentos de resistência, ao contrário, constituem-se mutuamente, produzindo transformações, atualizações, aproximações e distanciamentos de modo estratégico, conforme os efeitos (sempre provisórios) da disputa pela hegemonia nos diversos setores da rede de poder.

Ainda que se considere a existência de dois movimentos principais em torno do SARESP, um de afirmação e outro de resistência, há que se considerar situações em que os discursos se constituem de modo heterogêneo, transitando entre uma e outra perspectiva. Esta heterogeneidade, percebida no estudo realizado por Rafael Gabriel de Oliveira Júnior e Adolfo Ignacio Calderón (2014, p. 966) sobre a produção científica em torno do SARESP, também foi verificada, em determinados momentos, na construção dos discursos veiculados pelos jornais pesquisados. Desta forma, é compreensível que um discurso seja constituído por enunciados de afirmação e de resistência, sendo que ambos fazem parte de um regime de verdade. Esta pesquisa dispõe-se a contribuir à crítica do SARESP, identificando-se, portanto, com a perspectiva hegemônica das pesquisas científicas, que considera o modelo de avaliação externa do SARESP “como parte de uma estratégia para atender as orientações legitimadoras dos valores neoliberais, bem como instrumentalizar os alunos em atendimento às leis do mercado e consumo” (OLIVEIRA JÚNIOR; CALDERÓN, 2014, p. 964).

Por meio do estudo das práticas discursivas relacionadas ao SARESP, foi possível sistematizar alguns aspectos constituintes dos “jogos de verdade”, isto é, do que Foucault (2006a, p. 282) concebe como “um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado”, independente dessas regras sejam consideradas válidas ou não. Desta forma, os enunciados veiculados nos jornais pesquisados vêm constituir, ainda que de modo crítico, o que será denominado “discurso da performatividade”.

Discurso da performatividade é definido, em linhas gerais, como o conjunto de enunciados que aparecem na relação política/imprensa e que estão relacionados à valorização dos critérios de inovação e de eficiência nas diversas práticas e nos diversos níveis educacionais, com referência aos diversos atores dos processos educacionais (sistema de ensino, governo, escolas, estudantes, professores, pais). O discurso da performatividade compreende enunciados relacionados aos seguintes aspectos: a) eficiência; b) inovação.

Os enunciados que tratam sobre a eficiência correspondem à valorização dos resultados e das performances (desempenhos) individuais e institucionais, pautados principalmente por critérios quantitativos; ao estímulo da competitividade, promovida pela

comparação dos resultados, por meio da elaboração e divulgação de *rankings*, bem como a adoção de medidas de punição e premiação. Os enunciados baseados na inovação correspondem à divulgação de projetos, práticas ou configurações institucionais que servem como modelos estratégicos para atingir determinados padrões estabelecidos.

Discurso de resistência é constituído pelos enunciados que aparecem na relação política/imprensa e que estão relacionados à crítica dos critérios de inovação e de eficiência nos diversos níveis da educação, com referência aos diversos atores dos processos educacionais. O discurso de resistência é constituído por enunciados formados a partir dos seguintes movimentos:

- a) resistência difusa;
- b) resistência crítico-operacional;
- c) resistência crítico incidental;
- d) resistência estratégica.

A resistência difusa consiste num movimento em que a crítica está em construção. Compreende o período em que o SARESP já havia sido anunciado pelo governo, ainda sem esta denominação. Estende-se até depois da primeira aplicação do exame, quando aparecem os primeiros resultados e os respectivos efeitos políticos.

A resistência crítico-operacional é o movimento no qual surgem críticas relacionadas à forma de aplicação do exame, aos critérios de avaliação e à utilização equivocada dos resultados.

A resistência crítico incidental compreende o movimento no qual a crítica não é diretamente relacionada ao SARESP, mas à utilização dos seus resultados para definir outras ações do governo. Por exemplo: a definição de cores às escolas, conforme o desempenho; a definição dos alunos que participarão da recuperação; a composição do IDESP; o pagamento de bônus mérito.

A resistência estratégica é o movimento no qual a crítica articula-se às estratégias de ação passíveis de serem convertidas em resultados políticos. A resistência é planejada para ser eficaz. Relação com o “sindicalismo de resultados”. O sindicato entra com ações contra pontos específicos e a crítica perde espaço para a oposição legalidade/ilegalidade.

Em termos metodológicos, utiliza-se uma definição ampliada de política, na qual esta é compreendida como um aspecto da rede de relações onde o poder circula e é exercido em função do discurso tornado legítimo, ou “verdadeiro”. O estudo das práticas

discursivas na relação política/imprensa leva em consideração a perspectiva pluralista e o caráter interdisciplinar do modelo de análise adotado, constituído em função das dinâmicas e efeitos do poder. Segundo Michel Foucault (2006d, p. 253), “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”.

Portanto, discurso e poder exercem ação mútua como elementos estratégicos que definem as regras do jogo social. A partir disso, a realidade é interpretada como construção social, tomando como referência o entrecruzamento discursivo política/imprensa e sua função nas “táticas de governamentalidade”.

Assim como os jornais comerciais, os jornais sindicais, de cunho ideológico, estão inseridos nos “jogos de verdade” de uma sociedade e funcionam em relação com as táticas de governamentalidade, ainda que seu campo de atuação seja tão complexo quanto é a diversidade dos movimentos sindicais. Ao realizarem a crítica da realidade, os jornais sindicais imprimem certa visão de mundo, que é mediada pela perspectiva dos representantes sindicais. Logo, esta leitura da realidade não está desconectada de um contexto histórico e de um regime de verdade.

Neste sentido, afirmar que um jornal sindical assume a luta pela liberdade indica também que esta luta só poderá se expressar por meio de práticas discursivas historicamente situadas. Segundo Thiago Fortes Ribas, a crítica à tradição só pode ser elaborada a partir das condições e dos instrumentos disponíveis historicamente. “Se flertamos com a possibilidade de sermos diferentes do que somos em face de algumas situações, isso não se dá porque alcançamos a liberdade em algum lugar não histórico” (RIBAS, 2009, p. 154-155). Em outros termos, um jornal sindical, que assume posturas críticas, como é o caso do Jornal da APEOESP, não exerce sua liberdade de expressão fora do contexto social e histórico. Ao contrário, como partícipe nas táticas de governamentalidade, tal jornal tem a possibilidade de construir práticas de resistência, que viabilizem desconstruir a legitimidade dos instrumentos discursivos de dominação. Contudo, a capacidade de resistência de um jornal será potencialmente maior na medida em que se compreenda de que modo suas práticas discursivas se relacionam com o “regime de verdade”.

1.1 ALGUNS ASPECTOS DO CICLO POLÍTICO DO SARESP

A breve apresentação do SARESP, realizada a seguir, baseia-se na proposta de análise de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, denominada “abordagem do ciclo de

políticas” (MAINARDES, 2006). Toma-se como referência a estrutura de análise, dividida em cinco contextos, conforme a formulação dos autores, admitindo-se, entretanto, o caráter sumário desta descrição do SARESP. O ciclo de políticas é utilizado com o intuito de enfatizar a complexidade que envolve a política objeto de estudo. A descrição por meio dos cinco contextos (ou dimensões) do ciclo de políticas supera em muito uma apresentação dividida apenas em aspectos normativos e aspectos de implementação de políticas. Além disto, torna-se possível, senão desejável, por meio desta abordagem, rejeitar o pressuposto da neutralidade e indicar um posicionamento político, isto é, o lugar de onde fala nesta pesquisa.

O ciclo de políticas divide-se em cinco contextos: 1) contexto de influência: corresponde ao início das políticas públicas e à construção dos discursos políticos; 2) contexto da produção de texto: diz respeito à configuração textual, nas diversas formas de texto, assumida pela política como resultado de disputas e acordos; 3) contexto da prática: é a dimensão na qual a política é interpretada e está sujeita a transformações pelos atores envolvidos na sua efetivação; 4) contexto dos resultados (efeitos): compreende a análise não só dos resultados, mas dos impactos produzidos pela política em termos gerais e específicos; 5) contexto de estratégia política: abrange a identificação de práticas e estratégias necessárias para enfrentar os efeitos da política (MAINARDES, 2006).

1.1.1 Contexto de influência

A disposição do governo estadual em adotar processos de avaliação baseadas em medição e uso dos resultados (*assessment*) já podia ser percebida antes da implantação do SARESP. Estava contida no documento de campanha de Mario Covas, denominado “Programa de Educação para o Estado de São Paulo”. As orientações de cunho gerencialista, assumidas em campanha, manifestaram-se, posteriormente, no Comunicado SE de 22/03/95, da Secretaria de Estado da Educação² (MACHADO, 2010, p. 47). Este Comunicado representou o anúncio oficial da reforma educacional no Estado de São Paulo. Nele “foram publicadas as diretrizes educacionais, um diagnóstico e críticas à política educacional dos governos que antecederam a gestão Mário Covas que se iniciava” (MOREIRA, 2007, p. 17). O Comunicado criticava os governos anteriores do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) por nunca terem implantado um “sistema eficiente de gerenciamento das

² Segundo Cristiane Machado, as ações propostas no Comunicado e no documento de campanha são as mesmas, sendo que no primeiro foram suprimidos os itens “condicionantes” e “metas e recursos” (MACHADO, 2010, p. 47).

unidades escolares”. Desta forma, segundo o documento, não era possível conhecer, nem intervir nas escolas, reproduzindo-se a ineficiência de um sistema “altamente centralizado”, que contribuía à baixa qualidade do ensino e à precarização da sua rede física (SÃO PAULO, 1995). Para alterar este quadro, a Secretaria propunha-se a liderar um planejamento estratégico para o setor, o que significava dar efetividade às medidas propostas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ainda na época da campanha eleitoral. É neste contexto que surge o SARESP e, não por acaso, incorporará os princípios norteadores da reforma neoliberal em curso.

Ainda em janeiro de 1995, quando a avaliação da rede pública de educação em São Paulo era apenas uma proposta de campanha do recém-empossado governador de São Paulo, Mario Covas, a APEOESP já manifestava desconfiança em relação à natureza da avaliação defendida pelo governo. O texto intitulado “O que fará a nova secretária”, consistia muito mais numa pergunta do que numa exposição clara do programa de governo. Nesta ocasião o Jornal da APEOESP informa que a secretária da Educação, Rose Neubauer, “defende um sistema uniforme de avaliação de alunos e escolas”. Entretanto, adverte que isto “pode gerar ainda mais discriminação na rede” (O QUE FARÁ..., 1995, p. 8). Neste momento, a avaliação da rede pública de educação não possui um formato definido, o que dificulta à APEOESP ter uma posição mais crítica. Por isso, a reivindicação do sindicato dos professores consistia em definir uma política educacional e salarial. Segundo a APEOESP, a definição da política educacional era uma questão importante, pois os governos anteriores não haviam cumprido suas promessas. Assim, o que se esperava era estabelecer um nível maior de comprometimento por parte dos administradores públicos com certas expectativas dos professores. A desconfiança do Sindicato é demonstrada quando o texto menciona declarações da secretária à imprensa nas quais dispõe-se à “elevar o piso salarial para 5 salários mínimos”, contudo, “não diz quando seria atingido esse piso”.

Em março de 1995, a Secretaria da Educação de São Paulo publica “as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998”, mencionadas acima³ (SÃO PAULO, 1995). Utilizando o texto das diretrizes, publicado no Diário Oficial, o Jornal da APEOESP critica a postura do governo, que “pretende implantar mudanças no Ensino de 1º e 2º graus, sem qualquer

³ As referidas Diretrizes Educacionais foram elaboradas num contexto em que a reeleição ainda não era permitida no Brasil – ainda que tramitasse na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição N. 1/95, apresentada pelo Deputado Mendonça Filho (PFL/PE), em 16/02/1995. A reeleição de Mario Covas (PSDB) ao governo estadual somente foi possível com a aprovação da Emenda Constitucional N. 16, de 04/06/1997.

discussão com os professores, pais ou alunos”. Os aspectos criticados pela APEOESP incluem a municipalização do ensino de 1ª a 4ª série, a “insensibilidade” do governo diante da última greve dos professores e de sua luta por melhores salários, a disposição da Secretaria da Educação para constituir parcerias com a iniciativa privada e de subordinar o aumento salarial à “melhoria de desempenho”. Sobre o último aspecto, o texto informa que o governo pretende “criar mecanismos de avaliação e promoção pelo trabalho efetivamente realizado”. Novamente, a APEOESP demonstra desconfiança sobre os planos do governo quando afirma: “A Secretaria não informa que tipo de avaliação pretende fazer” (GOVERNO..., 1995, p. 7). Esta indefinição quanto ao modelo de avaliação a ser realizado pela Secretaria de Educação pode ser a explicação para a questão da avaliação da educação não aparecer nas edições do Jornal da APEOESP entre junho de 1995 a março de 1996, período que antecede a publicação da Resolução SE Nº 27, em 29/03/1996, que institui o SARESP.

Na Folha de S. Paulo, a primeira referência ao “Sistema de avaliação do rendimento escolar” a ser implantado na rede de ensino de São Paulo acontece em 17 de agosto de 1995. Trata-se da apresentação do “Projeto Inovações no Ensino Básico” (IEB), no âmbito da “reforma no ensino”. Uma das etapas do referido projeto diz respeito ao fortalecimento institucional (por meio do cadastramento de alunos, informatização da Secretaria da Educação e implantação do sistema de avaliação do rendimento escolar). O texto apresenta, em linhas gerais, como será a avaliação na rede: “A ideia é criar um sistema, gerido pela secretaria, que testaria os conhecimentos dos alunos. A cada ano, 3 milhões de alunos (metade do total da rede estadual) seriam testados” (ROSSETTI, 1995a, p. 6).

1.1.2 Contexto da produção de texto

Em 18 de agosto de 1995, o jornalista da Folha de S. Paulo, Fernando Rossetti (1995b, p. A2), informa ter havido resistências por parte de alguns deputados estaduais em relação às “adaptações” realizadas pelo governo no Projeto Inovações no Ensino Básico⁴. Para a Secretaria da Educação, no entanto, as mudanças não alteravam o corpo do contrato firmado

⁴Livia De Tommasi (2007, p. 215) aponta que a Secretária de Educação, Rose Neubauer, foi uma das assessoras do Banco Mundial que participaram da elaboração do projeto Pró-Qualidade. Este projeto, desenvolvido em Minas Gerais, com financiamento do Banco Mundial, teria servido como referência para as renegociações do projeto Inovações no Ensino Básico, em São Paulo.

com o Banco Mundial, o que dispensaria uma nova consulta ao Legislativo (que já teria ocorrido em 1991⁵). Com relação ao Projeto, Rossetti (ROSSETTI, 1995b, p. 6) esclarece:

O chamado projeto de Inovações no Ensino Básico foi aprovado pela Assembléia [Legislativa] em junho de 1991, no governo Fleury.

Envolveria US\$ 600 milhões, com um financiamento de US\$ 245 milhões do Banco Mundial (o Bird, uma instituição internacional que financia o desenvolvimento de regiões pobres).

A atual secretária da Educação, Rose Neubauer, 50, reformulou o projeto para adequá-lo ao seu próprio programa de reforma do ensino estadual de São Paulo.

Hoje, o projeto está orçado em US\$ 525,5 milhões (US\$ 93 milhões foram gastos no governo anterior). O Bird financia 47%.

A justificação do governo paulista para implantar um sistema de avaliação em nível estadual é informada apresenta os seguintes argumentos (SÃO PAULO, 1996a):

- a necessidade de estabelecer uma política de avaliação de rendimento escolar em nível estadual, de forma articulada com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica-SAEB/MEC;
- a imprescindibilidade de recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado no Estado de São Paulo;
- a importância em subsidiar o processo de tomada de decisões que objetivem melhoria da administração do sistema educacional através de resultados avaliativos cientificamente apurados;
- a necessidade de informar a sociedade e a comunidade educacional sobre o desempenho do sistema de ensino;
- a necessidade das Delegacias de Ensino e Unidades Escolares obterem resultados imediatos para tomada de decisões, em seus níveis de atuação.

O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) foi instituído por meio da Resolução SE N. 27, de 29 de março de 1996.⁶ De acordo com esta norma, o SARESP tem os seguintes objetivos:

- I – desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, que subsidie a Secretaria da Educação nas tomadas de decisão quanto à Política Educacional do Estado;
- II – verificar o desempenho dos alunos nas séries do ensino fundamental e médio, bem como nos diferentes componentes curriculares [...] (Art. 1º).

Esta verificação deve fornecer informações ao sistema de ensino, aos gestores e às escolas que subsidiem:

⁵ A versão inicial do Projeto “Inovações no Ensino Básico no Estado de São Paulo – IEB” corresponde à Lei Nº 7.385, de 28 de junho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento de origem externa, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 101, n. 120, p. 1-3, 29 jun. 1991.

⁶ Anualmente, a Secretaria de Educação edita normas específicas para a realização do SARESP.

- a) a capacitação dos recursos humanos do magistério;
- b) a reorientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la;
- c) a viabilização da articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada escola, em especial a correção do fluxo escolar (Art. 1º, II).

O SARESP abrange todas as escolas da rede estadual – e as escolas da rede municipal e particular, por adesão voluntária, contemplando, “de forma gradativa e contínua” os seguintes públicos e disciplinas:

- I – todas as séries do ensino fundamental, nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação), Matemática, Ciências, História e Geografia;
- II – todas as séries do ensino médio nos seguintes componentes curriculares: Português (incluindo redação), Matemática, História, Geografia, Química, Física e Biologia (Art. 2º).

A coordenação geral do SARESP compete à Assessoria Técnica de Planejamento Educacional (ATPCE), que deve promover “a integração das necessidades e demandas com a política educacional da Secretaria de Educação e a articulação entre os vários órgãos envolvidos” (Art. 3º). O gerenciamento do Sistema de Avaliação cabe à Diretoria de Projetos Especiais da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (Art. 4º). O cumprimento da resolução cabe à Assessoria de Planejamento e Controle Educacional, a qual deve baixar as instruções necessárias (Art. 5º).

Estes são os aspectos normativos do SARESP, o que não significa terem sido implantados exatamente da forma prevista inicialmente.

1.1.3 Contexto da prática

Conforme exposto no texto da resolução, o foco estratégico do SARESP consiste em implantar um “sistema” de avaliação com grande impacto sobre a educação pública paulista. Isto se deve, basicamente, por ser uma avaliação censitária (todos os alunos

fazem a prova) – e não amostral (uma amostra considerada representativa realiza a prova), como é o caso do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁷.

O SARESP foi instituído na forma de um exame censitário, aplicado a todos os alunos de determinadas séries da Educação Básica, com o objetivo de coletar dados sobre a aprendizagem dos alunos de todas as séries deste nível de ensino. Inicialmente, a sistemática do SARESP previa a coleta de dados de séries diferentes a cada ano, dentro de um ciclo de três anos. Em sua primeira aplicação, em abril de 1996, o SARESP foi realizado pelos alunos das 3ª e 7ª séries do Ensino Fundamental, em 1997, pelos alunos das 4ª e 8ª séries e em 1998, pelos alunos da 5ª série do Ensino Fundamental e da 1ª série do Ensino Médio. O objetivo foi avaliar os conteúdos das séries anteriores – uma avaliação de entrada. A partir de 2000, o SARESP foi realizado no final do ano letivo – caracterizando uma avaliação de saída – por alunos das 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e pelos alunos da 3ª série do Ensino Médio (MACHADO, 2010, p. 116-117).

Nos anos de 1996, 1997 e 1998 o SARESP foi realizado no início dos anos letivos, como uma avaliação de entrada, ou seja, com o objetivo de verificar a aprendizagem das séries anteriores àquelas em que os alunos estavam matriculados no momento da prova. Este triênio foi considerado pela Secretaria de Educação como o 1º ciclo de aplicação do SARESP. Em 1999, o SARESP não foi aplicado. A partir de 2000, as provas passaram a ser aplicadas ao final do ano letivo, como uma avaliação de saída, exceto no ano de 2002. O “Apêndice A” indica as principais informações sobre as edições do SARESP: edições, ano, público-alvo (séries/anos), caráter (participação dos alunos), período de aplicação das provas e norma legal relacionada a cada edição.

O funcionamento do SARESP como “sistema” de avaliação foi baseado na aplicação de três instrumentos: “teste de rendimento escolar e questionário do aluno, respondidos pelos alunos e o questionário da escola, respondido por um responsável pela escola, em geral, o diretor” (MACHADO, 2010, p. 115). No entanto, foram os resultados dos testes de desempenho dos alunos que obtiveram maior destaque na imprensa, o que se

⁷“Foram realizados em 1990/1991 três levantamentos interligados no âmbito da escola: gestão escolar, situação e competência do professor e rendimento do aluno, com base em uma amostra nacional, sendo pesquisadas as 1as, 3as, 5as e 7as séries, nas disciplinas Português, Matemática e Ciências” (BRASIL, 1994, p. [8]). “Em 1991, efetivados os trabalhos de campo da Primeira Aferição, passou a ser denominado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, tendo em vista que, no futuro, poderia se dedicar também à avaliação do Segundo Grau, num trabalho conjunto com as Secretarias Estaduais de Educação. Durante esse ano foram processados os dados em nível nacional” (BRASIL, 1994, p. [6]). A partir de 2005 o SAEB passa a ser composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil (BRASIL, 2005a). A Aneb é uma avaliação amostral da Educação Básica para as redes públicas e privadas. A Anresc é uma avaliação censitária aplicada aos alunos de 5º e 9º anos das escolas públicas, conforme os critérios de quantidade mínima de estudantes (BRASIL, 2005b).

justifica em face do apelo sensacionalista dos *rankings*, utilizados como instrumento para comparar as escolas.

1.1.4 Contexto dos efeitos

Para compreender como a rede estadual de educação veio a configurar-se no formato que apresenta atualmente, é necessário compreender o processo de instauração dos discursos que viabilizaram/legitimaram a efetivação das políticas educacionais. Segundo Pablo Gentili (1997, p. 244-245), a adoção de “estratégias privatizantes” representou, neste período, uma “mudança cultural”. Com base nas políticas antidemocráticas, a reforma produziu a “despolitização” da educação, o que foi estratégico à sua ressignificação como mercadoria. Assim, as medidas “mercantilizantes” do projeto neoliberal foram se materializando, dando a impressão de haver um consenso geral em torno do discurso gerencialista.

A efetividade de um discurso sobre outros possíveis deriva de um processo mais complexo do que a imposição de um projeto e o consentimento da população. Na análise de Foucault, as relações sociais são conduzidas por discursos que adquiriram o valor de verdade e circulam amplamente, não por meio da coerção, mas em virtude de estratégias diversas de legitimação. Como resultado, esses regimes de verdade produzem efeitos de poder sobre a população. Nestes termos, o sujeito não é concebido meramente como alvo de um poder capaz de impor o consenso ou o consentimento, como propõe a teoria contratualista (FOUCAULT, 1995, p. 243).

As relações sociais se constituem, portanto, dentro de regimes de verdade. Por isso, a descrição de um conjunto de ideias, somente em termos abstratos, não explica como uma determinada política tornou-se efetiva. Segundo Popkewitz (1992, p. 95), “a avaliação é uma estratégia estatal que aparece como parte da produção de ideias em um campo social. Esta produção inclui as relações de poder. Estudar as estratégias de avaliação requer compreender os processos de produção e a relação de poder”.⁸ É preciso considerar os mecanismos, as instâncias, os modos, as técnicas, os procedimentos e o estatuto dos sujeitos que dizem o que é verdadeiro (FOUCAULT, 2011a, p. 12), ou seja, o que tornou possível legitimar um discurso e interditar outros. Então, para compreender as relações de dominação,

⁸ No original: “La evaluación es una estrategia estatal que aparece como parte de la producción de ideas em un campo social. Esta producción incluye las relaciones de poder. Estudar las estrategias de evaluación requiere comprender los procesos de producción y la relación de poder”.

tanto na rede de ensino, como na sociedade em geral, é preciso desvelar como os discursos produziram efeitos do poder, que por sua vez, deram origem a certa configuração da realidade supostamente consensual. São justamente as disposições de condução das ações por meio de táticas de governamentalidade que instauram o consenso factício.

O fato de o SARESP ser uma avaliação censitária não é resultado de um consenso, mesmo porque, no nível federal, o SAEB utiliza o critério amostral. Ambos os exames são avaliações externas, porém adotam metodologias diferentes, o que revela objetivos diferentes – mesmo em face dos objetivos proclamados serem semelhantes. Há consideráveis diferenças entre a modalidades de avaliação censitária e a amostral. A utilização de amostra tem o objetivo de informar sobre o funcionamento do sistema de educação, com a finalidade de subsidiar a elaboração de políticas públicas. Além disto, implica menores custos, maior precisão e agilidade na análise dos dados, como indicam Vincent Greaney e Thomas Kellaghan (2011, p. 33). Por outro lado, a utilização do censo pode representar a partilha de informações e de responsabilidades com a comunidade escolar. Todavia, a possibilidade de se utilizar os resultados da avaliação com a finalidade de promover a competitividade nos níveis institucional e individual é, particularmente, maior na modalidade censitária, uma vez que o envolvimento de toda a população-alvo permite determinadas ações (GREANEY; KELLAGHAN, 2011, p. 33-34): “Isso facilita o uso de sanções (incentivos ou penalidades), o fornecimento de informações às escolas sobre seu aproveitamento individual e a publicação de tabelas classificativas, bem como a identificação das escolas com maior necessidade de assistência”.

O SARESP teve efeitos expressivos sobre as rotinas escolares, e sobre a nova configuração da rede estadual, chegando mesmo a mudar o paradigma da avaliação, como indica Paulo Henrique Arcas. “A centralidade do objetivo da avaliação deslocou-se, em certa medida, da decisão sobre a aprovação/reprovação para o Saresp. Essa situação revela que ele é, atualmente, o mais potente indutor e implementador de políticas educacionais no Estado de São Paulo” (ARCAS, 2010, p. 487). De fato, as políticas decorrentes deste modelo de avaliação estabeleceram uma ligação entre os consecutivos governos do PSDB, possibilitando o surgimento de outros instrumentos de controle vinculados ao SARESP, entre os quais se destacam: a Bonificação por Resultados – BR (SÃO PAULO, 2008a), o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP (SÃO PAULO, 2008b), o Currículo Oficial do Estado de São Paulo – Cadernos do Professor e do Aluno (SÃO PAULO, 2008d).

Outras questões, tão ou mais importantes para a efetivação da reforma gerencialista revelam-se em outros momentos, em outros tipos de relação, em outras esferas de atuação do governo. Considerando a noção foucaultiana, em que governar significa aplicar certas regras e práticas racionais para fortalecer o Estado diante de tudo que possa ameaçar sua solidez (FOUCAULT, 2008a, p. 6), então, a implantação de políticas públicas ganha uma dimensão para além da instituição estatal. As táticas que visam conduzir a vida da população são verificadas, ao mesmo tempo, no interior e no exterior do Estado. Este conjunto de relações é descrito por Foucault como governamentalidade.

Isto significa que o governo da população exercido a partir de regimes de verdade conta com a participação de vários dispositivos e não apenas as práticas estritamente estatais. É importante enfatizar que a implantação de uma política não resulta automaticamente de dispositivos jurídicos (leis, normas). Centralizar no Estado a função de dominação significa desconsiderar o papel da produção cultural neste processo. Levando em consideração a organização da sociedade industrial, os veículos de comunicação de massas – jornais, revistas, televisão, rádio, internet – são fundamentais à divulgação e materialização das táticas que visam conduzir as ações dos sujeitos.

O processo de implantação do SARESP consistiu de um movimento que mobilizou diversas estratégias discursivas, entre as quais as táticas de resistência das escolas, dos professores, da organização sindical e da sociedade em geral. Um dos principais efeitos decorrentes das práticas de governo foi tornar legítimo o discurso da avaliação da educação. Este processo resultou na viabilidade da realização do SARESP e na sua implementação como política educacional do governo paulista. Com a utilização deste tipo de avaliação e de seus resultados, outras estratégias foram adotadas e converteram-se em políticas educacionais vinculadas ao SARESP, destacando-se, como mencionado acima, o IDESP, a Bonificação e o currículo oficial do Estado, na forma de apostilas.

1.1.5 Contexto de estratégia política

A “impressão do consenso” sobre a necessidade de uma avaliação da educação, nos moldes do SARESP, resulta de uma mudança cultural, como aponta Gentili (1997). Assim também ocorre com as estratégias privatizantes e com a despolitização: ambas resultam de uma mudança cultural. Portanto, a impressão de que o projeto neoliberal seja um consenso decorre do fato de que as soluções de base gerencialista tornaram-se dominantes; não por meio da imposição, mas sim por serem consideradas soluções “verdadeiras”.

A constatação de Jacques Rancière (2014), para quem as populações vivem hoje em “Estados de direito oligárquicos” (p. 94), significa, entre outras questões, a conjugação do poder estatal e do poder da riqueza “em uma única e mesma gestão especializada dos fluxos de dinheiro e populações. Eles se empenham juntos para reduzir os espaços da política” (p. 120). Com base nesta conjugação, percebe-se que as “democracias” contemporâneas caracterizam-se pela redução da esfera pública e que este processo é parte das estratégias do projeto neoliberal.

Isto ocorre na medida em que as soluções para as questões públicas “não precisam ser escolhidas”, como aponta Jacques Rancière (2014, p. 100). As “soluções certas”, explica o autor, “decorrem do conhecimento do estado objetivo das coisas, que é assunto para o saber especialista, e não para a escolha popular”. A lógica deste modo de governar, verificada nas “democracias” ocidentais contemporâneas, representa o estreitamento da esfera pública. Assim, a configuração dos governos democráticos repele os atores não estatais para a vida privada, assumindo o controle dos assuntos públicos como se fossem assuntos privados do governo. De outro modo, Rancière (2014, p. 72), aponta que a democracia deveria representar a ampliação da esfera pública, nos seguintes termos:

Longe de ser a forma de vida dos indivíduos empenhados em sua felicidade privada, é o processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera. Ampliar a esfera pública não significa, como afirma o chamado discurso liberal, exigir a intervenção crescente do Estado na sociedade. Significa lutar contra a divisão do público e do privado que garante a dupla dominação da oligarquia no Estado e na sociedade.

Uma questão estratégica importante é compreender como as “soluções” têm sido elaboradas e como o discurso da “mudança” tem se configurado, considerando as composições políticas que passaram a reger o cenário político mundial, a partir da década de 1980. Segundo Carlos Estêvão (2012, p. 18), “a globalização neoliberalizada” corresponde a uma ruptura entre eficiência e distribuição, pois as medidas para aumentar a eficiência não estão direcionadas à redistribuição dos seus efeitos. Neste sentido, as desigualdades sociais são vistas como oportunidades de crescimento e as políticas públicas devem ser direcionadas para o correto funcionamento do mercado. A defesa do “globalismo” é baseada na crença de que o capital pode levar à equidade, à justiça e ao cosmopolitismo, num contexto em que as individualidades em competição são constituídas em detrimento do exercício da cidadania (ESTÊVÃO, 2012, p. 18-19).

Com relação ao movimento de “resistência” aos efeitos da globalização cabe mencionar a potencialidade da formulação elaborada por Anete Abramowicz, Tatiane Consentino Rodrigues e Ana Cristina Juvenal da Cruz (2011, p. 96) a cerca da “pedagogia da intolerância”:

Na realidade precisamos de uma pedagogia do intolerável. Temos assistido passivamente um processo de aniquilamento sutil e despótico das diferenças: seja sexual, racial, étnico, estético, entre outras, ao mesmo tempo em que há uma resistência cotidiana a esta processualidade de submetimento realizada por pessoas ou coletivos sociais excluídos, a pedagogia do intolerável não é a monumentalização da tragédia, do miserabilismo ou da vitimização. Nada tem a ver com isto. É a afirmação absoluta da vida, resistência do poder da vida contra o poder sobre a vida, resistência inabalável ao aniquilamento e a uma vida não fascista que se faz a toda hora e todo dia e por cada um.

A desconstrução da vitimização, como sugerem as autoras, é um mecanismo para reverter este processo em favor do exercício da cidadania, contra o poder sobre a vida.

1.2 A ARCA DO TEMPO: DOS ARQUIVOS AO *CORPUS*

A análise político-epistemológica do discurso político tem como objeto de estudo a cobertura jornalística do SARESP por dois jornais, um comercial e outro sindical, respectivamente, a Folha de S. Paulo e o Jornal da APEOESP. Nesta seção, são apresentados os aspectos gerais dos arquivos pesquisados, os procedimentos metodológicos e as técnicas utilizadas para a análise dos textos dos jornais. Os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados estão relacionados diretamente aos pressupostos teóricos e metodológicos adotados e apresentados nas seções seguintes.

O conceito de “arquivo” aqui adotado está relacionado à noção expressa por Foucault (2005, p. 145):

Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

Portanto, esta noção de arquivo não se refere aos “lugares” onde se guardam documentos do passado, mas sim às “regularidades” ou “possibilidades” dos discursos terem efetivamente acontecido. A propósito dos jornais pesquisados, arquivo representa o conjunto do que pôde ser dito, em determinado momento, nas páginas de cada periódico. Em certos

casos, como afirma Foucault, os enunciados continuam a funcionar; repetem-se, transformam-se, fazem surgir outros discursos.

A delimitação temporal da pesquisa compreende o período de 1995 a 2010, o que representa uma duração histórica relativamente curta. Contudo, o arquivo da Folha de S. Paulo, um jornal diário, reúne mais de 5800 exemplares nestes 16 anos. Muito menor é o arquivo do Jornal da APEOESP, que compreende 83 exemplares, no mesmo período.

Os dois arquivos utilizados na pesquisa apresentam características específicas. Por isto, os documentos analisados – os textos dos jornais – foram selecionados de modo diferenciado. Os textos do Jornal da APEOESP foram identificados durante a leitura de todos os exemplares do jornal publicados no período pesquisado. Entretanto, devido ao grande volume de exemplares, seria inviável realizar a seleção dos textos da Folha de S. Paulo do mesmo modo. Por isso, optou-se por utilizar o acervo digital deste jornal, disponível na Internet.

1.2.1 O arquivo da Folha de S. Paulo

O Grupo Folha é um conglomerado de mídia brasileiro, cuja publicação principal é a Folha de S. Paulo. O Grupo publica também o diário popular “Agora”, o diário especializado em economia, negócios e finanças “Valor Econômico” (este, em associação com as Organizações Globo), ambos de circulação nacional, e o jornal “Alô Negócios”, que circula em cidades do Paraná e de Santa Catarina. Controla, ainda, o site de notícias “Folha.com”, a empresa de conteúdo e serviços de internet “UOL” e a “Gráfica Plural”. Além destas, outras empresas integram o Grupo: o instituto de pesquisas “Datafolha”, a editora de livros “Publifolha”, a livraria virtual “Livraria da Folha”, a agência de notícias “Folhapress”, o Centro Tecnológico Gráfico-Folha – “CTG-F”, a distribuidora “Transfolha”, a gráfica “FolhaGráfica”, a São Paulo Distribuição e Logística – “SPDL” (estabelecida em parceria com o grupo Estado – que edita o jornal “O Estado de S. Paulo”) (CONHEÇA O GRUPO..., 2014; VALOR ECONÔMICO, 2014; CENTRO TECNOLÓGICO..., 2014).

O “Banco de Dados da Folha” é formado basicamente pela coleção de jornais⁹ e pelo acervo de microfimes dos jornais publicados pela Empresa Folha da Manhã S/A, proprietária da Folha de S. Paulo. Além disso, reúne o acervo de pastas temáticas com

⁹Coleção composta pelos seguintes jornais: Folha da Noite (19/02/1921 a 31/12/1959); Folha da Manhã (01/07/1925 a 31/12/1959); Folha da Tarde (01/07/1949 a 31/12/1959 e 19/10/1967 a 21/03/1999); Notícias Populares (15/10/1963 a 20/01/2001); Última Hora - SP (1952 a 1979); Folha de S. Paulo (desde 01/01/1960); Agora São Paulo (desde 22/03/1999) (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

recortes de periódicos, o acervo de imagens em diversos formatos, as bases de texto integral (desde 1994) e uma biblioteca. Localiza-se no prédio da Folha de S. Paulo, na Alameda Barão de Limeira, 425, 7º andar, na cidade de São Paulo e pode ser consultado pelo público em geral, mediante pagamento por período de permanência. É possível também encomendar pesquisas por *e-mail* ou por telefone, com valores que variam de acordo com a solicitação (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

A partir deste acervo, a Empresa Folha da Manhã criou outros dois serviços, ambos disponibilizados na Internet, o Acervo Folha e a Folha Online. Esta pesquisa utiliza estes dois bancos de dados, sendo que o Acervo Folha é a fonte principal por conter versões *fac-símile* (cópias digitalizadas) dos textos, conforme foram publicados no jornal impresso. As bases de textos da Folha Online são utilizadas como fonte secundária devido à existência de lacunas no Acervo. Embora estas lacunas ocorram com maior frequência nas coleções mais antigas e sejam menos prováveis no período pesquisado (1995 a 2010), não é possível descartar totalmente sua ocorrência. Isso porque a busca no Acervo é realizada com base na imagem das palavras-chave contidas nos documentos digitalizados, o que pode gerar resultados imprecisos, principalmente por existirem documentos com problema de legibilidade. Tendo em vista estas possíveis deficiências, optou-se por realizar a pesquisa também na base de textos da Folha Online, buscando uma maior precisão dos dados.

O Acervo Folha¹⁰ é composto de imagens digitalizadas do jornal impresso. Segundo informações disponíveis no *website* do jornal, o acesso ao conteúdo é gratuito durante um período de demonstração chamado de “degustação”. O acesso é livre para os assinantes da Folha de S. Paulo e do UOL, um dos principais portais de informações e serviços da Internet no Brasil¹¹, também controlado pelo Grupo Folha.

A coleção disponível para consulta *on-line* corresponde aos títulos Folha da Noite (1921-1959), Folha da Manhã (1925-1959) e Folha de S. Paulo¹²(desde 1960). A maior parte do Acervo resultou da digitalização de cópias em microfilme, obtidas a partir de coleções pertencentes ao acervo da própria Folha e das seguintes instituições públicas: Biblioteca Nacional, Biblioteca Mário de Andrade, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. As edições mais recentes são provenientes de arquivos do tipo *Portable Document Format* (PDF), extraídos durante o processo de publicação do jornal. Além da incorporação das novas edições, busca-se preencher as lacunas

¹⁰Disponível no endereço eletrônico: <http://acervo.folha.com.br>.

¹¹Segundo informações disponíveis em: <http://sobreuol.noticias.uol.com.br/>.

¹²Em 01/01/1960 ocorreu a fusão dos diários Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde (1949-1959), dando origem à Folha de S. Paulo.

na coleção e realizar gradualmente a substituição de imagens com problemas de legibilidade (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

Para realizar o levantamento das matérias publicadas pela Folha de S. Paulo sobre o SARESP no período de 1995 a 2010, foi preciso pesquisar as especificidades do banco de dados disponibilizado na Internet. O conhecimento do arquivo deste jornal, de suas características e de seu funcionamento, propiciou a construção dos procedimentos adequados à recuperação dos dados a serem utilizados, ou seja, o *corpus* da Folha de S. Paulo.

1.2.2 Definição do *corpus* da Folha de S. Paulo

O Acervo Folha disponibiliza um formulário eletrônico para a realização da “busca detalhada” (FOLHA DE S. PAULO, 2014), como mostra a Figura 1. Neste formulário de busca, foi selecionada a opção “Folha de S. Paulo” para definir o título pesquisado. Foram inseridas as palavras-chave no campo “com a frase exata”. No campo “Escolha o período” foram inseridos os períodos pesquisados. Inicialmente, foram inseridas as datas do início e fim da delimitação da pesquisa (1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2010), com a finalidade de realizar um estudo exploratório do banco de dados.

Como resultado, a busca gera um relatório com as páginas que contém cada palavra-chave. Este relatório é baseado em páginas, portanto, cada palavra-chave pode aparecer mais de uma vez em cada item do relatório. É necessário acessar as páginas individualmente para identificar os textos pertinentes à pesquisa.

Foi realizado um estudo preliminar do arquivo da Folha, utilizando a o formulário *on-line* “Busca Detalhada”, como mostra a Figura 1. Selecionou-se o jornal: “Folha de S. Paulo”, em seguida, no campo “com a frase exata”, digitou-se “SARESP” e nos campos “Escolha o período”, digitou-se: de “01/01/1995” até “31/12/2010”. Este procedimento serviu como parâmetro quantitativo, resultando um total de 235 páginas, para este período. A partir deste primeiro resultado, obteve-se uma delimitação preliminar do *corpus* da Folha de S. Paulo.

Constatou-se a necessidade de acessar cada uma das páginas para contabilizar o número de textos em que o termo SARESP aparecia. Esta verificação foi realizada por meio do mesmo procedimento de busca descrito acima, porém, em intervalos de um mês. Com este procedimento, houve considerável redução do número de textos a serem utilizados na pesquisa e também foi possível reduzir as possibilidades de erros do sistema ao realizar a busca.

Figura 1– Busca detalhada no Acervo Folha, na Internet.

Fonte: Folha de S. Paulo, Busca detalhada, disponível em: <http://acervo.folha.com.br/>

O *corpus* da pesquisa está compreendido no período de 192 meses, entre 1995 e 2010. Para defini-lo com maior precisão, procedeu-se a construção de uma planilha de dados no programa *Apache OpenOffice Calc*. Com auxílio deste instrumento foi iniciada a coleta de dados no Acervo Folha, utilizando-se a palavra-chave “SARESP”.

Em seguida foram utilizadas outras palavras-chave para a “Busca detalhada”. Para reduzir as possibilidades de erro, foram adotados os seguintes critérios para a utilização das palavras-chave: a) cada palavra chave é composta por um único substantivo ou pela combinação de dois substantivos, entre aspas; b) em cada busca foi utilizada uma única palavra-chave ou a combinação de, no máximo, duas palavras-chave; c) as palavras-chave são digitadas no espaço de busca e não coladas, pois este segundo procedimento pode alterar o resultado.

No total, foram relacionados 267 textos por meio deste procedimento. As palavras-chave utilizadas foram as seguintes:

- SARESP;
- "Avaliação de Rendimento";
- “Avaliação do Rendimento”;
- “Rendimento Escolar” avaliação;
- "Sistema de Avaliação” Rendimento;
- Provão “rede estadual”;

- Provão “ensino fundamental”;
- Provão “1º Grau”;
- “avaliação dos alunos” “rede estadual”;
- “avaliação dos alunos” indicador;
- “avaliação dos alunos” indicadores;
- “avaliação dos alunos” desempenho;
- “avaliação de alunos” “rede estadual”;
- “avaliação de alunos” indicador;
- “avaliação de alunos” indicadores;
- “avaliação de alunos” desempenho;
- “desempenho de alunos” “rede estadual”;
- “desempenho de alunos” indicador;
- “desempenho de alunos” indicadores;
- “desempenho de alunos” avaliação;
- “desempenho dos alunos” “rede estadual”;
- “desempenho dos alunos” indicador;
- “desempenho dos alunos” indicadores;
- “desempenho dos alunos” avaliação;
- “desempenho escolar” “rede estadual”;
- “desempenho escolar” indicador;
- “desempenho escolar” indicadores;
- “desempenho escolar” avaliação.

Durante o levantamento e organização dos dados, *ocorpus* foi delimitado aos cadernos principais da Folha de S. Paulo, incluindo seções como Cotidiano, capas, editoriais, colunas, cartas dos leitores e cadernos especiais. Foram excluídos os textos publicados nos cadernos regionais¹³. Com este procedimento foi possível excluir textos repetidos nos cadernos regionais e focalizar a análise nos textos que tem maior alcance, que são partilhados pelos leitores do jornal em todo o estado de São Paulo. Os textos selecionados, que compõem *ocorpus* da Folha de S. Paulo constam separadamente ao final, em “Referências – *Corpus* da Folha de S. Paulo”.

¹³ Em alguns casos, o mesmo texto foi publicado nos quatro cadernos regionais: Folha São Paulo, Folha Campinas, Folha Ribeirão e Folha Vale. Isto ocorreu com quatro textos, publicados entre dezembro de 1998 e fevereiro de 2000, e optou-se por selecionar o texto publicado na Folha Ribeirão.

O “Apêndice B” apresenta os textos do gênero “reportagem” selecionados da Folha de S. Paulo que tratam sobre o SARESP, com suas respectivas data de publicação e autores, no período de 1995 a 2010. O Apêndice C apresenta os textos do gênero “opinião”, selecionados da Folha de S. Paulo que tratam sobre o SARESP, com suas respectivas datas de publicação, autores e seções, no período de 1995 a 2010.

1.2.3 O arquivo do Jornal da APEOESP

O Jornal da APEOESP, com esta denominação, circula desde 1992. Antes disto, o “principal meio de comunicação da entidade com seus associados”, desde a década de 1970, denominava-se *Apesnoespem Notícias* (PAULA, 2007, p. 15).

Em relação à mantenedora do jornal, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), sua fundação ocorreu em São Carlos, em 12 de março de 1945, quando ainda denominava-se Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo (APESNOESP). Até meados da década de 1970, a entidade atuou como uma associação representativa do professorado paulista, prestando orientação e assistência jurídica, permanecendo à margem do movimento sindical (PAULA, 2007, p. 24).

Ao contrário da Folha de S. Paulo, que possui um acervo digital acessível aos assinantes, o Jornal da APEOESP requer a consulta ao acervo físico. Os exemplares do Jornal da APEOESP encontram-se arquivados junto à Redação do jornal, na sede da APEOESP, localizada na Praça da República, 282, 5º andar, na cidade de São Paulo. A distribuição do Jornal da APEOESP é exclusiva aos filiados do sindicato, porém seu acervo pode ser consultado, sem custo, pela população em geral. Neste acervo, encontram-se exemplares desde a década de 1970, organizados cronologicamente e reunidos em encadernações.

O Jornal da APEOESP encontra-se disponível também na internet, contudo, apenas as edições mais recentes são disponibilizadas. À medida que novas edições são disponibilizadas, as mais antigas são retiradas do *website* da APEOESP.¹⁴

Em função das características do arquivo, a pesquisa foi realizada junto ao acervo do jornal. Após a localização dos exemplares referentes ao período pesquisado, os responsáveis pelo arquivo permitiram que os mesmos fossem fotocopiados na própria sede da APEOESP. Sete exemplares foram fornecidos no formato original, correspondendo aos

¹⁴ Em 15/11/2013, a edição mais antiga do Jornal da APEOESP disponível no *website* da APEOESP era o n. 290, de agosto de 2011 (SINDICATO..., 2013).

números mais recentes. Este procedimento facilitou consideravelmente o manuseio e a leitura dos exemplares.

1.2.4 Definição do *corpus* do Jornal da APEOESP

Entre 1995 e 2010 foram publicados 84 edições do Jornal da APEOESP, do número 203 ao 286. A periodicidade varia entre duas e onze edições por ano. Observa-se que o número 255, de outubro de 2001 não está disponível no acervo. Portanto, o *corpus* do Jornal da APEOESP foi definido a partir dos 83 exemplares disponíveis.

Foi necessário realizar a leitura de todos os exemplares coletados no acervo, a fim de identificar todos os textos relacionados ao SARESP, ou que mencionavam o assunto indiretamente com outras denominações. Com este procedimento foi possível delimitar o *corpus* do Jornal da APEOESP, que corresponde a 58 textos.

Durante a leitura, os textos identificados foram organizados numa planilha de dados *Apache OpenOffice Calc*. Com isto, foram coletados os dados sobre os textos, possibilitando sua localização para a realização da próxima etapa do trabalho, a análise individual dos textos. Os dados foram organizados nas colunas da planilha, agrupados de acordo com a natureza das informações, da seguinte forma:

O conjunto dos textos selecionados, que constitui o *corpus* do Jornal da APEOESP, informando a data de publicação dos textos, as palavras-chave utilizada na seleção e o título pode ser consultado no Apêndice D.

Quanto à organização do trabalho, este foi dividido em cinco seções. A primeira delas, denominada “Impressões iniciais” corresponde a uma explanação geral e introdutória sobre os principais aspectos da pesquisa, contendo a apresentação de alguns aspectos do ciclo político do SARESP e a descrição dos arquivos e do *corpus* utilizado na pesquisa.

A segunda seção, “Caixa de ferramentas”, trata sobre a construção do quadro teórico-metodológico e articula determinados conceitos de modo a fundamentar o tipo de análise denominada político-epistemológica. São apresentados os pressupostos teóricos referentes aos estudos de Michel Foucault.

A terceira seção, “Mercado de notícias”, discute a participação da imprensa na construção social da realidade e apresenta alguns aspectos da constituição histórica da atividade jornalística. A relação entre mídia e imprensa também é abordada, a fim de

evidenciar a constituição de um campo convergente no qual são constituídas certas práticas discursivas. Apresentam-se, instrumentos específicos das práticas jornalísticas e sua dimensão no cenário político, por exemplo, a construção de notícias pautadas nos valores da imparcialidade, credibilidade, noticiabilidade e objetividade e sua articulação com certos enunciados dos jornais analisados.

A quarta seção, “Governo da educação”, aborda os programas de reforma neoliberal, relacionando-os à instauração de práticas gerencialistas, a partir da década de 1980. Discutem-se aspectos decorrentes deste processo, que tornaram viável a implantação de políticas públicas, especialmente as políticas de avaliação da educação que foram implantados dentro desta lógica. A questão do consenso é tratada de modo articulado com as noções de assujeitamento e governamento. Com base nestas questões, são discutidos certos enunciados veiculados nos jornais, que são constituintes do discurso da performatividade e do discurso de resistência relacionados ao regime de verdade que tornou possível a veiculação destes enunciados sobre o SARESP, possibilitando a legitimação deste modelo de avaliação externa no estado de São Paulo.

A quinta seção, “Análise dos textos dos jornais”, apresenta a classificação dos textos selecionados dos jornais pesquisados. Por meio da identificação de enunciados referentes a determinados descritores, os textos foram classificados segundo os enunciados neles presentes. De acordo com estes enunciados, os conjuntos de textos classificados foram analisados em função de sua participação no discurso da performatividade ou nos discursos de resistência.

2 CAIXA DE FERRAMENTAS: INSTRUMENTALTEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta seção articula os conceitos fundamentais e os aspectos metodológicos envolvidos na construção de uma epistemologia pluralista que visa analisar o discurso educacional veiculado na imprensa. Neste processo, destacam-se os aspectos políticos envolvidos na interação entre governo, educação e imprensa, utilizando-se uma noção ampliada de política. Não há, portanto, um centro de produção e reprodução das práticas políticas, uma vez que estas se encontram dispersas na rede de relações sociais. Desta forma, busca-se compreender o espaço em que as práticas de governo, as práticas educativas e as práticas jornalísticas são analisadas, seus pontos consonantes por meio entre estas práticas dizem respeito relacionada ao exercício do poder, às práticas discursivas e outras categorias provenientes da arqueologia e da genealogia, constituindo-se um modelo interpretativo baseado em pressupostos epistemológicos formulados por Michel Foucault.

O pensamento de Foucault não está inscrito num domínio específico do conhecimento, por isto percorre áreas de confluência entre as disciplinas. Embora Foucault não tenha estudado problemas específicos da educação, é possível utilizar muitos de seus conceitos como ferramentas para compreender questões educacionais. Para isso, é necessário realizar deslocamentos conceituais, que operam como um movimento de “desterritorialização” dos conceitos e sua “reterritorialização” no campo educacional, como sugere Sílvia Gallo (2008, p. 53-54).

A própria ampliação do conceito de política permite uma aproximação muito maior e com mais sentido entre as questões tratadas por Foucault e a educação. Trata-se, portanto, de também ampliar a noção de educação, da mesma forma como foi feito com a política. Pensando como Foucault, o que há de central nestes dois campos é a construção histórica e discursiva do sujeito.

O conceito de discurso, de modo geral, diz respeito ao estudo da linguagem e como ela é usada pela sociedade para comunicar-se, tanto oralmente como por meio de documentos. A análise do discurso, de acordo com Kay Cook, (2008, p. 216), constitui-se como um estudo da linguagem, porém focado no significado da conversa ou do texto:

Discurso, no sentido mais geral, é o estudo da linguagem como ela é usada na sociedade, expressada quer através de conversas ou nos documentos. No entanto, o termo discurso também carrega consigo várias tradições históricas que influenciam a definição utilizada e o tipo de pesquisa realizada.

As duas principais abordagens para a análise de discurso são influenciadas tanto por tradições etnometodológicas quanto foucaultianas. Independentemente da abordagem, a análise de discurso pode ser distinguida da estrita análise da conversação e outras formas de análise linguística por seu foco estar principalmente no significado da conversa (ou texto), e não na organização linguística dos componentes da conversa (por exemplo, a gramática, a estrutura da sentença, a escolha de palavras)¹⁵ (itálico no original).

A análise político-epistemológica focaliza a questão do discurso com a finalidade de compreender como as práticas discursivas operam em meio aos jogos de poder e de construção da “verdade”. Para isto, são utilizados diversos pressupostos da análise foucaultiana do discurso, embora não se trate de realizar um estudo estritamente foucaultiano. A análise político-epistemológica configura-se, então, por meio de um quadro conceitual que possibilita estudar uma política educacional para além dos seus elementos jurídico-normativos. Isto significa que a análise da política está voltada para a compreensão de suas condições de possibilidade. Em outros termos, a análise político-epistemológica é uma forma de voltar o olhar para a produção/dispersão do saber/poder e colocá-lo em questão, interrogando a própria constituição do campo de estudos sobre a política. Deste modo, empreende-se um estudo do discurso da política veiculada na imprensa, a fim de compreender de modo abrangente o processo de constituição e de efetivação de determinada política educacional.

Objeto de estudo é o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e a análise das práticas discursivas é realizada por meio dos textos publicados em dois jornais de natureza diversa: um comercial, a Folha de S. Paulo e outro sindical, o Jornal da APEOESP. A explicitação do quadro teórico-metodológico, a seguir, indica como os dados colhidos na pesquisa foram utilizados para analisar a dispersão do discurso do SARESP, revelando a participação da imprensa no processo que tornou legítimo este instrumento de avaliação da educação.

¹⁵No original: *Discourse, in the most general sense, is the study of language as it is used in society expressed either through conversations or in documents. However, the term discourse also carries with it various historical traditions influencing the definition employed and the type of research conducted. The major disciplines that have contributed to the development of these traditions include diverse fields such as psychology, sociology, philosophy, and linguistics. The two major approaches to discourse analysis are influenced by either ethnomethodological or Foucauldian traditions. Regardless of the approach, discourse analysis can be distinguished from strict conversation analysis and other forms of linguistic analysis by its focus primarily on the meaning of talk (or text) rather than on the linguistic organization of the components of talk (e.g., grammar, sentence structure, word choice).*

Esta modalidade de conhecimento – uma epistemologia do conhecimento político – coloca-se numa posição interpelante em relação aos saberes instituídos da Ciência Política. Neste sentido, diferencia-se da noção de metodologia mencionada por Nicola Abbagnano (2000, p. 669), uma análise filosófica dos procedimentos científicos. A análise aqui proposta, embora adote pressupostos filosóficos, aproxima-se mais da modalidade de epistemologia chamada por Hilton Japiassu de “metacientífica”, pressupondo “que o conhecimento é um fato que pode ser estudado em sua natureza própria e nas condições prévias de sua existência. As questões colocadas por este tipo de epistemologia referem-se sobretudo à possibilidade do conhecimento” (1977, p. 26-27). Este caráter metacientífico, entretanto, extrapola qualquer vinculação com a noção de progresso científico. Desde modo, não importa analisar a verdade dos procedimentos científicos, mas evidenciar a participação dos discursos científicos e tecnológicos na constituição de um regime de verdade. Cabe destacar, também, que o caráter radical da análise não visa superar possíveis limitações enquanto perspectiva sobre a realidade. Não é possível, por exemplo, realizar um estudo acadêmico desconectado das práticas da Academia.

A utilização de procedimentos científicos demonstra que a análise está circunscrita a certos princípios da objetividade, em consonância com os rituais de validação científicos. O pressuposto é o de que não há como realizar uma leitura da realidade e uma análise das práticas discursivas que seja neutra. As interpretações sobre a sociedade são efeitos das relações humanas e do exercício do poder. Tendo isto em vista, não cabe afirmar ou negar a verdade dos procedimentos e das justificativas do campo científico (ou técnico, econômico), mas questionar a própria ideia de uma verdade instauradora do discurso político.

2.1 UMA EPISTEMOLOGIA PARA ANALISAR A RELAÇÃO POLÍTICA/IMPrensa

O estudo proposto fundamenta-se principalmente na Epistemologia Política, que fornece os pressupostos metodológicos principais da análise político-epistemológica aqui desenvolvida. Epistemologia Política é uma construção teórico-metodológica elaborada por José Carlos Rothen (2004), aplicada ao estudo da política e fundamentada na Epistemologia Social, proposta por Thomas Popkewitz. Partindo deste referencial, o arcabouço teórico assenta-se nos princípios de uma abordagem pluralista, pautada numa “concepção construtivista do pensamento científico” (TORRES, 2005, p. 25). Nesta perspectiva, a realidade é considerada uma construção social, definida pelos indivíduos e pelos grupos concretos (BERGER; LUCKMANN, 1990, p. 157). Deste modo, refutando a perspectiva

positivista e o acesso a uma realidade objetiva, cabe aos pesquisadores sociais acessá-la por meio da interpretação (TELLO; MAINARDES, 2012, p. 12).

Busca-se compreender, assim, a política educacional como uma prática discursiva, inserida numa teia de relações, definidas a partir do jogo¹⁶ saber/poder. Nesta dinâmica, encontra-se propriamente o sentido de estudar a política, não como objeto isolado, mas como um dos elementos que caracterizam a formação humana, de modo a propiciar o escrutínio do que Foucault denomina como assujeitamento (recusando a ideia de consenso). A partir deste enfoque, o sujeito é compreendido em sua posição ativa em meio às relações sociais, subsumindo sua função irrevogável na teia de relações de poder. Assim, considerando a política como o próprio campo de atuação dos sujeitos, ou ainda, o palco onde os atores sociais experimentam seus papéis de modo sempre transitório, em função das dinâmicas do exercício do poder, percebe-se que os efeitos desta dinâmica não podem ser apenas negativos. Da mesma forma como o poder, de modo geral, não apenas oprime e esconde, mas também produz, a política é parte dessa rede que “produz realidade”, que “produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2000, p. 161).

O quadro interpretativo que se configura a partir desse pressuposto, tem no discurso o ponto de fuga desta perspectiva sobre a formação do sujeito. Focalizam-se determinados aspectos discursivos veiculados socialmente e que se encontram na interface entre as atividades da imprensa e a implementação de programas políticos educacionais. Não se trata meramente de uma análise de políticas educacionais, tampouco da cobertura jornalística isoladamente, mas do campo de influências mútuas, e de efeitos difusos.

Para realizar o estudo da relação política/imprensa e a constituição do discurso veiculado nos jornais, são articulados à Epistemologia Política alguns elementos da teoria do jornalismo, em especial algumas contribuições do *newsmaking*, que compreende a notícia como uma construção social da realidade (RAMÍREZ, 1997, p. 223). Resulta disto, a construção de uma abordagem metodológica pluralista que, ao estabelecer a ligação entre teoria e técnicas de investigação adequadas ao problema investigado, não se furta a assumir um posicionamento a partir de sua coerência interna (TORRES, 2005, p. 25). A importância de apontar um posicionamento epistemológico, evita alguns problemas, entre os quais César Tello e Jefferson Mainardes (2012, p. 6) destacam: desviar-se de uma posição positivista, que

¹⁶ Na concepção de Michel Foucault, o termo jogo refere-se a “um conjunto de regras de produção da verdade. Não um jogo no sentido de imitar ou de representar...; é um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda” (FOUCAULT, 2006a, p. 282).

considera a produção científica como uma atividade neutra além de evidenciar que o pesquisador optou por uma perspectiva epistemológica adequada à investigação. Assumir uma posição pluralista, ademais, não significa abandonar o rigor nos procedimentos de pesquisa, ainda que seja necessário desconstruir certas exigências formais preestabelecidas e legitimadas no campo científico. Utilizando a imagem proposta por Paul Feyerabend (2010, p. 16-17), admite-se haver rigor no *Les Demoiselles d'Avignon*¹⁷, ainda que em princípio pareça caótico, “é um rigor que se encaixa na situação, que é complexo” e que põe em questão a objetividade dos “procedimentos bem definidos” da ciência.

No quadro de Picasso, os corpos aparecem numa disposição que sugere interação sensual entre as mulheres retratadas e aqueles que as observam. Em meio às cores e às formas, as figuras permanecem na memória do observador como uma confiança subjetiva do pintor. Algo semelhante ocorre em termos epistemológicos, quando a construção da realidade extrapola os limites de um quadro teórico-metodológico preestabelecido. Os cientistas construtivistas ou pluralistas, assim como Picasso, não estão preocupados em revelar verdades ocultas, pois isto colocaria em evidência aquele que observa e dá sentido ao objeto. As *demoiselles* não afirmam “uma” verdade. Sua rigorosa complexidade estética sugere aos observadores inúmeros significados. De modo análogo, na perspectiva pluralista, o objeto aparece com suas múltiplas possibilidades de leitura. O desejo, portanto, emerge da clandestinidade e vem dialogar com o observador, que o presente e o torna presente ao interpretar a realidade.

A análise político-epistemológica tem como objetivo analisar a dispersão do poder na teia de relações sociais, utilizando os conceitos e instrumentos adequados para interpretar a realidade, o que não significa revelar verdades ocultas. Leva-se em consideração a noção de Feyerabend (2007, p. 46), segundo a qual

o conhecimento não é uma série de teorias autoconsistentes que converge para uma concepção ideal; não é uma aproximação gradual à verdade. É, antes, um sempre crescente oceano de alternativas mutuamente incompatíveis, no qual cada teoria, cada conto de fadas e cada mito que faz parte da coleção força os outros a uma articulação maior, todos contribuindo, mediante esse processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência. Nada jamais é estabelecido, nenhuma concepção pode jamais ser omitida de uma explicação abrangente (itálico no original).

¹⁷*Les Demoiselles d'Avignon* (As mulheres de Avignon), de Pablo Picasso, óleo sobre tela, 243,9 x 233,7 cm. Paris, 1907. Museum of Modern Art, Nova Iorque. Reprodução em: WALTHER, 2005, p. 35.

Por isso, a noção de conhecimento tem como ponto de partida a suspeita sobre as certezas teóricas que teriam impulsionado o desenvolvimento científico, tendo em vista as múltiplas contribuições do meio social, da produção humana em diversas áreas e a imprevisível jornada do cientista para interpretar o mundo.

A epistemologia na medida em que é utilizada para estudar as práticas discursivas relacionadas à política, enseja a elaboração de procedimentos de pesquisa apropriados às noções e categorias utilizadas para construir a realidade a ser estudada. Em outras palavras, a análise epistemológica visa explicitar as práticas e o regime de verdade que possibilitam o funcionamento de um dispositivo que define regras para o que é considerado verdadeiro no âmbito do governo da população. Este dispositivo, segundo Michel Foucault (2008a, p. 26-27) é a biopolítica – uma articulação entre política e economia que funciona como princípio de autolimitação do governo. A biopolítica, portanto, está inscrita no real, nas práticas de governo, e permite o funcionamento de um regime de verdade.

César Tello e Jefferson Mainardes (2012, p. 6) consideram que as referências utilizadas numa investigação definem um conjunto de categorias e conceituações relacionadas com as indagações sobre política educacional. Este conjunto deve coerentemente indicar a perspectiva assumida, isto é, a matriz epistemológica. Segundo os autores,

é necessário assinalar que o investigador em Política Educacional pode tomar uma posição epistemológica eclética, mas também se requer explicitar e conjugar teoricamente os conceitos e/ou vinculações entre perspectivas, possivelmente com maior esforço e precisão que aquele que assume somente uma única perspectiva epistemológica para o desenvolvimento de sua investigação.

A epistemologia, neste sentido, não está dada *a priori*, como uma aplicação mecânica de métodos preestabelecidos por uma tradição teórica. Uma posição epistemológica eclética, antes disso, sintetiza um modo de conceber o mundo, de construir a realidade e interpretá-la. Assumir um posicionamento epistemológico, portanto, não representa apenas uma escolha metodológica entre as tradições científicas disponíveis, mas direciona a uma tomada de posição política por parte do investigador. Esta posição resulta da construção epistemológica utilizada pelo investigador, a qual “está inerentemente vinculada à perspectiva ou aos vínculos entre perspectivas que são construídas e assumidas numa investigação” (TELLO; MAINARDES, 2012, p. 6).

Segundo Nicola Abbagnano (2000, p. 140), o termo “epistemologia” é frequentemente usado para designar a “disciplina que considera as formas ou os procedimentos do conhecimento científico”. O autor preocupando-se em diferenciar a teoria

da ciência da epistemologia, que estaria mais ligada à teoria do conhecimento. Todavia, o conhecimento discutido pelo autor é aquele considerado “científico” e que, por isso tem a possibilidade de fundamentar as reflexões epistemológicas neste campo. Nesta perspectiva, é mesmo a “metodologia” de cada área da ciência que tem assumido a tarefa filosófica de problematizar o saber, analisando os procedimentos, os limites e a validade do conhecimento científico (ABBAGNANO, 2000, p. 449). Portanto, parecem ser tênues os limites que separam epistemologia e metodologia, sendo esta última mais utilizada atualmente, como uma extensão de cada disciplina científica ou grupo de disciplinas. O objetivo da metodologia, segundo Abbagnano (2000, p. 669), é “garantir às disciplinas em questão o uso cada vez mais eficaz das técnicas de procedimento de que dispõem”.

Etimologicamente, epistemologia é definida como teoria do conhecimento, levando-se em consideração a origem grega (*episteme e logia*) (HOUAISS; VILLAR, 2009, p.783). No entanto, atualmente não há consenso sobre que tipo de conhecimento faria jus a uma teoria, ou se deveriam haver teorias independentes para conhecimentos diferentes. Jean-François Lyotard, por exemplo, defende que o conhecimento deve correlacionar os saberes populares e aqueles dominados pelos cientistas.

Na sociedade pós-industrial (contemporânea), a ideia de progresso, segundo Jean-François Lyotard (1986, p. 55), resulta da suposição de que o saber é cumulativo. O autor, contudo, refuta a autonomização do saber científico, defendendo a necessária correlação entre os saberes narrativos (tradicionais, do povo) e científicos (dominado pelos *experts*¹⁸). Afirma, ainda, que a legitimidade sociopolítica assenta-se na definição daqueles que decidem pela sociedade e prescrevem normas. Neste movimento, “o povo acumula leis civis, como os cientistas acumulam as leis científicas”, o que se traduz na impossibilidade de haver outra prova de verdade que não o fato das normas resultarem de um consenso de *experts* (LYOTARD, 1986, p. 54-55). O papel da ciência tende a alargar-se, no contexto da mercantilização do saber: “sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder” (LYOTARD, 1986, p. 5).

Para Gaston Bachelard (2000, p. 167), o epistemólogo realiza a triagem dos documentos históricos, levantando questionamentos sobre as ideias e não apenas considerando-as como fatos. Diferente do historiador das ciências, como adverte Bachelard (2000, p. 168), “o epistemólogo tem de tomar os factos como ideias, inserindo-os num

¹⁸Especialistas.

sistema de pensamento. Um facto mal interpretado por uma época continua a ser um *facto* para o historiador. Para o epistemólogo, constitui um *obstáculo*, um contrapensamento”. A história da ciência e dos problemas epistemológicos, na visão de Bachelard, é marcada pela “descontinuidade”, o que implica em fundar o “espírito científico” nos obstáculos, nas rupturas epistemológicas que tornam a ciência um campo aberto, em constante renovação. “Assim, o conhecimento se estrutura na fronteira do desconhecido e do conhecido, instaurando a permanente necessidade de rupturas e abertura a uma dialética da descontinuidade, de olhares múltiplos para um mesmo objeto” (FONSECA, 2008, p. 365).

A noção de progresso racionalmente neutro e previsível foi analisada por Thomas Popkewitz, que percebeu uma alteração epistemológica a partir do século XVIII. Antes disso, o conhecimento estava intimamente ligado à ordem do mundo natural, posto que a existência não era questionada por raciocínios individuais (POPKEWITZ, 1997, p. 41). Cabia ao homem adaptar-se à ordem divina, dentro da qual todo o conhecimento estava relacionado ao ato da criação. A mudança epistemológica ocorreu quando os indivíduos perceberam uma vida interior que se abria para as novas relações sociais e para o desenvolvimento racional da sociedade. A construção da coletividade moderna foi marcada pela crença nos ideais de progresso que se tornaram o fundamento da sociabilidade sob o governo dos estados democráticos. “A capacidade para refletir criticamente e promover o auto-aperfeiçoamento individual continha uma ruptura epistemológica com formas anteriores de ordem” (POPKEWITZ, 1997, p. 42).

As perspectivas epistemológicas tem se defrontado frequentemente com a questão do progresso, assumindo posicionamentos diversos neste sentido. Sobre este problema, Abbagnano (2000, p. 800) afirma que

na cultura contemporânea a crença no progresso foi muito abalada pela experiência das duas guerras mundiais e pela mudança que elas produziram no campo da filosofia, pondo por terra a tendência romântica que a tinha como pedra angular. Portanto, no estágio atual dos estudos, essa idéia só pode ser considerada válida como esperança ou empenho moral para o futuro, e não como princípio diretivo da interpretação historiográfica.

A visão de autores pós-estruturalistas sobre o progresso é bastante cética. Peter Burke (2008, p. 74) deixa isto claro quando menciona a posição de Foucault a este respeito:

Foucault foi um crítico severo das interpretações teleológicas da história em termos de progresso, evolução ou crescimento da liberdade e do individualismo, apresentadas por Hegel e por outros filósofos do século XIX e que muitas vezes, na prática cotidiana dos historiadores, eram adotadas sem questionamento.

Oscar Wilde, no ensaio *A alma do homem sob o socialismo*, publicado em 1895, apresenta uma ruptura quanto à ideia de progresso. Embora seja inspirado pelo ideal iluminista, Wilde articula dois aspectos do progresso que rompem com as interpretações teleológicas vigentes, como o positivismo e o materialismo dialético. A defesa do Individualismo, como realização da liberdade e da desobediência, como manifestação da virtude humana, são fatores que aproximam sua reflexão do niilismo nietzschiano que, por sua vez inspira muitos pensadores pós-estruturalistas. Wilde (1905, p. 11, tradução nossa) coloca nos seguintes termos: “Desobediência, aos olhos de qualquer um que tenha lido a História, é a virtude original do homem. É através da desobediência que o progresso tem sido feito, através da desobediência e através da rebelião.”¹⁹ Ao afirmar que a desobediência atribui humanidade ao homem, o escritor desconstrói a noção de Utopia, pois cabe ao homem livre duvidar dos valores e criar um lugar diferente ou melhor. O progresso, para Wilde, não é um projeto previamente definido, mas o resultado não previsível da realização da liberdade e dos conflitos permanentes entre os homens.

Richard Miskolci (1997, p. 238-239), utiliza o termo *homo aestheticus* para aproximar a noção de homem novo wildiana e a noção de *übermensch* (além-do-homem) nietzschiana:

A necessidade de transformação do homem, de sua superação, é expressa em Nietzsche pela afirmação do *Übermensch* (além-do-homem), o qual deve menos a uma concepção evolucionista do século passado do que à crença nas potencialidades humanas atrofiadas por uma sociedade mediocrizante. [...]

Wilde não cunhou um termo específico para sua idéia de um homem superior, mas cremos que não ficaria incomodado se o denominássemos de *homo aestheticus*. O termo, por ser invenção nossa, ambiciona ser o híbrido perfeito do *Übermensch*nietzschiano, com o homem novo sonhado por Wilde. O *homo aestheticus* caracterizar-se-ia pela exaltação do mudo como fenômeno estético e pela independência moral (negritos no original).

Ainda sobre a ideia de progresso e sua ligação com a ciência, Jorge Dias de Deus (1974, p. 15) pondera sobre a desconexão do mundo científico com a vida social, fazendo com que a ciência seja entendida “como um *a priori* inamovível, uma entidade etérea de valor indiscutível, útil a gregos e troianos, uma bênção milagrosa dos céus ou da razão”. Com a institucionalização das comunidades científicas, a autenticidade das proposições científicas passou a ser consolidada por meio de questionamentos internos de cada grupo em

¹⁹ No original: “*Disobedience, in the eyes of anyone who has read history, is man’s original virtue. It is through disobedience that progress has been made, through disobedience and through rebellion.*”

relação a suas próprias teorias, não ultrapassando as questões de valor, epistemológicas e lógicas. “De arma ideológica na luta anti-religiosa e pela reforma a ciência passou depois a inspiradora das ideologias do progresso, recebendo apoios proporcionais à confiança que indivíduos e classes punham nesse progresso” (DEUS, 1974, p. 16). A análise científica da ciência por ela mesma, evidenciando o modo como se produz o conhecimento tornou-se possível por meio dos trabalhos da Sociologia da Ciência. A questão deixa de ser apenas o que a ciência é, buscando compreender como ela é produzida: uma nova perspectiva que “faz baixar a ciência da torre dos gênios para a terra dos homens” (DEUS, 1974, p. 17). Um dos precursores destas investigações foi Robert K. Merton, que “abriu caminho para a ciência como realidade eminentemente social e pública” (DEUS, 1974, p. 26).

A partir dessa visão sobre o conhecimento e a ciência, pode-se definir a epistemologia como o conjunto de pressupostos teóricos e de instrumentos articulados em relação à complexidade dos objetos investigados. A posição assumida pelo construtivismo considera que “a realidade objetiva não é acessível aos investigadores, inclusive que ela não existe, já que cada indivíduo pode ver a realidade de forma diferente. A realidade é relativa” (DEUBEL, 2008, p. 74-75, tradução nossa). Pressupondo que “o conhecimento e os investigadores são parte da mesma realidade subjetiva” e que o conhecimento é “resultado da interação entre diferentes saberes”, André-Noël Roth Deubel, afirma que dentro desta posição epistemológica

é impossível elaborar teorias ou modelos de explicação, e, ainda menos, modelos de predição ou normativos da realidade política não é mais que uma construção entre outras igualmente válidas, que buscam credibilidade social mais que certeza científica para impor-se na atividade política (itálico no original).

A epistemologia, em sua perspectiva construtivista/pluralista, permite compreender a política em sua complexidade, o que significa extrapolar sua dimensão científica mais tradicional e considerar outros aspectos da formação do conhecimento. A arte de governar, vista desta forma, expande-se para outros territórios além da razão econômica, abrindo espaço para a criação artística. Governar é a arte de compatibilizar a busca por resultados e a configuração de um ideal estético (DEUBEL, 2008, p. 75). A utilização de referenciais epistemológicos construtivistas/pluralistas conforme discutido anteriormente, leva em consideração a interação entre arte e política, por meio da participação de múltiplos saberes nas práticas de governo. Este é ponto de partida para a construção de uma análise epistemológica da política.

2.2 A ANÁLISE POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICA

A análise político-epistemológica realizada nesta pesquisa tem como objeto a cobertura jornalística do SARESP em dois veículos de comunicação que, em princípio, possuem naturezas distintas²⁰. Trata-se de um estudo sobre a dimensão política das notícias, mais especificamente, das notícias sobre avaliação da educação, sobre o SARESP. É uma forma de desvelar o processo de constituição e dispersão do discurso que tornou viável a implantação e a legitimação deste instrumento de avaliação da educação. Em sua complexidade, será enfatizada dimensão midiática deste processo, por meio da publicação de textos pela Folha de S. Paulo e pelo Jornal da APEOESP. Como mencionado, os fundamentos teórico-metodológicos têm na Epistemologia Política (ROTHEN, 2004) seu ponto de partida. Utilizando seus pressupostos articulados a outros elementos teóricos realiza-se o escrutínio das relações de poder existentes na interseção entre as práticas políticas e midiáticas.

A Epistemologia Política consiste de um estudo epistemológico da política e do exercício do poder, tomando como base os princípios metodológicos formulados por Thomas Popkewitz (1994). A forma de compreender a realidade, denominada por Popkewitz como Epistemologia Social, busca analisar as regras e os padrões que formam o mundo. Partindo desta perspectiva, o autor estudou o currículo e avaliou a capacidade deste instrumento influenciar nos modos de ver e formar o mundo. No âmbito da história cultural, seu objetivo era compreender como os indivíduos concebem a realidade social e como se constituem por meio dessa representação, que inclui “as distinções, as categorizações que organizam as percepções, as formas de responder ao mundo e as concepções do ‘eu’” (POPKEWITZ, 1994, p. 197).

A diferença está no objeto de pesquisa: enquanto Popkewitz preocupou-se com a formação do conhecimento sobre o mundo, num sentido mais geral, isto é, com a configuração “social” do conhecimento, José Carlos Rothen(2004) buscou construir um modelo apropriado ao estudo da configuração discursiva da política, o que justifica a denominação Epistemologia Política.

É possível relacionar estas duas perspectivas com a proposta de investigação de Foucault, que está orientada para identificar certos regimes de verdade, a partir da análise dos discursos e das relações de poder por eles instaurados. Foucault argumenta que não há importância política numa história sobre o verdadeiro ou o falso. Historicamente, não são os

²⁰ Algumas diferenças e semelhanças da atuação dos jornais estudados são discutidas na seção 4.

discursos considerados verdadeiros ou falsos que importam, são os regimes de verdade ou de veridicção²¹ que possuem um alcance político, como exposto no trecho a seguir (FOUCAULT, 2008a, p. 50):

para que tenha um alcance político, a análise tem de visar não a gênese das verdades ou a memória dos erros. Saber quando determinada ciência começou a dizer a verdade, que importância tem? Lembrar-se de todos os erros que os médicos cometeram ao falar sobre o sexo ou a loucura não adianta nada... A meu ver, o que tem uma importância política atual é determinar que regime de veridicção foi instaurado num determinado momento, que é precisamente aquele a partir do qual podemos agora reconhecer, por exemplo, que os médicos do século XIX disseram tantas tolices sobre o sexo. Lembrar-se que os médicos do século XIX disseram muitas tolices sobre o sexo não tem politicamente nenhuma importância. Só tem importância a determinação do regime de veridicção que lhes permitiu dizer como verdadeiras e afirmar como verdadeiras algumas coisas que, aliás, hoje sabemos talvez não fossem tanto assim. É precisamente esse o ponto em que a análise histórica pode ter um alcance político.

A partir destas questões, busca-se compreender como o discurso político se relaciona com as práticas sociais, possibilitando sua veiculação. Se o discurso, por um lado, existe dentro de um regime de verdade, por outro, ele representa a própria manifestação viva deste regime, traduzida nas práticas e nas relações intermediadas pelos discursos. Ambos participam de um movimento circular que conduz a conduta dos indivíduos na rede de relações sociais.

A base da reflexão nesta pesquisa encontra-se em algumas perguntas desencadeadoras. Por que o SARESP é um formato possível de avaliação da educação? Como o SARESP tornou-se viável e até mesmo desejável? Como o SARESP chegou a ser a política que é hoje? Como se constituiu o discurso do SARESP, que possibilitou seu “investimento” sobre o corpo da população? Ainda que existam inúmeras possibilidades e perspectivas para tratar destas questões, optou-se por analisar a política por meio do discurso impresso, por meio dos textos publicados em dois jornais.

Este tipo de análise leva em consideração a complexidade das relações políticas. Possibilita, com auxílio de instrumentos e técnicas específicos, compreender como se constitui certos aspectos da sociabilidade contemporânea, formada pelos discursos midiáticos e pelas práticas políticas. A via de acesso são os documentos recolhidos pela técnica arqueológica e a construção de uma interpretação sobre os vestígios deixados pelo

²¹ Existe uma correlação entre os conceitos “regimes de veridicção” e “regimes de verdade”, embora o primeiro tenha uma relação mais direta com as modalidades do “dizer-a-verdade” e o segundo, com o regime instaurado social e historicamente (FOUCAULT, 2011b, p. 23-30). A diferença entre os termos veridicção e veridicção consiste de opções diferentes de tradução para a Língua Portuguesa.

exercício do poder. A análise político-epistemológica supõe que os enunciados encontram-se dispersos de tal modo e que formam os discursos em determinado campo de sentido, apontando as condições de existência de uma dada realidade, num determinado momento histórico. Compreender esta rede de dispersão do saber/poder permite desvelar como certos aspectos da política moldam o mundo.

O termo “desvelar” é utilizado aqui não como sinônimo de descobrir, mas no sentido nietzschiano apontado por Rosa Dias (2011, p. 58-59), como o ato de “interpretar e organizar o mundo”, sem a intenção de conhecer sua essência, mas de criá-lo.

Na prática, os textos jornalísticos que tratam do SARESP estão inseridos numa teia de relações políticas que compõem o próprio sentido de sua existência. As questões que neles aparecem são os problemas tornados legítimos no processo de sua elaboração e publicação. Os textos não são mais ou menos do que as possibilidades históricas de seu surgimento. Mais do que opiniões e informações dispersas e aparentemente desconexas, os textos são resultado de uma complexa rede de interações entre diferentes grupos e instituições que lhe imprimiram mais do que simples caracteres: quando o jornal publica algo sobre o SARESP, as ações anteriores e as expectativas futuras também deixam vestígios nos textos. Não é o caso de desvendar os interstícios da matéria, de descobrir verdades ocultas, mas sim desvelar relações de poder inclusive na superfície no texto e em sua dispersão. O que é dito, enfim, desafia continuamente o não dito a resistir aos processos de apagamento. O discurso não é toda a realidade; ele também é formado pela parte da realidade que não aparece, ou que apenas é considerada menos importante. Deste modo, a identificação das questões problematizadas e das questões não problematizadas fornecem indícios sobre como a realidade está a ser impressa.

A análise político-epistemológica é uma forma de compreender os fatos históricos segundo suas próprias configuraçõesespacotemporais. Esta descontinuidade histórica indica uma disposição em rejeitar interpretações preestabelecidas, prontificando-se a indagar sobre os aspectos característicos das práticas de assujeitamento²². Assim como ocorre na história cultural, trata-se de rejeitar as tendências teóricas que buscam explicar a realidade como evolução unidirecional, afirmando, por vezes que tudo piorou ou acreditando no progresso gradual da sociedade (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 12).

²²*Pratiques d'assujettissement*, no original (FOUCAULT, 1994, 733), traduzido como “práticas de sujeição” (FOUCAULT, 2006b, p. 291). Embora o termo francês *assujettissement* também seja traduzido para a Língua Portuguesa como “sujeição” e “sujeitamento”, optou-se pela tradução “assujeitamento”, semelhante ao original e utilizado por alguns autores (MISKOLCI, 2006; WEINMANN, 2006).

Em termos epistemológicos, o objetivo desta modalidade de construção do pensamento é dissipar a impressão de continuidade histórica que colocaria, como afirma Foucault, nossa razão num movimento quase ininterrupto desde o Renascimento. Segundo o autor, “toda esta quase-continuidade ao nível das idéias e dos temas não passa, certamente, de um efeito de superfície; no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positivities mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII e XIX” (FOUCAULT, 2007, p. XIX).

A crença num processo gradual de progresso científico-tecnológico tem sido consideravelmente questionada, tendo em vista seu fracasso em impulsionar a ocupação do espaço público. Certamente, a ciência e a comunicação “evoluem”, contudo, isto ocorre de acordo com as condições definidas pela episteme da modernidade. Em outras palavras, a ocupação do espaço público tem sido definida segundo o discurso que viabiliza a racionalidade moderna. Com efeito, a ideia de progresso sinaliza para o aperfeiçoamento da racionalidade vigente, deixando de problematizar as questões que fundamentam epistemologicamente o presente e sua teia de relações. Segundo Pedrinho Guareschi (2003, p. 45), o debate político “se dá quase integralmente através da mídia, o que confere aos órgãos de comunicação um considerável poder de convencimento”. Levando em consideração o que Pierre Bourdieu afirmou sobre a televisão, os meios de comunicação participam cada vez mais da criação da realidade e chegam mesmo a controlar o “acesso à existência social e política” (1997, p. 29).

A construção da realidade, como afirma Guareschi (2003, p. 27-28), comporta uma dimensão científica, filosófica e ética que extrapola as ciências relacionadas diretamente com a tecnologia (exatas e naturais). Assim, a construção e a organização da sociedade deve ser também uma reivindicação do espaço público. Para o autor, a realidade está sendo demasiadamente construída pela mídia. “A comunicação ‘cria’ a realidade, constrói a realidade. Uma coisa passa a existir, sociologicamente falando, quando é veiculada” (GUARESCHI, 2003, p. 28). Em meio a isto, a ciência tornou-se “uma maneira especial de organizar, estocar e distribuir as informações”, deslocando a produção do conhecimento científico para a condição de mercadoria (GUARESCHI, 2003, p. 44). Isto revela o quanto a mídia tem exercido um poder político, baseado na credibilidade alcançada por ela. Este processo está vinculado à crença no discurso científico e na sua apropriação estratégica pela imprensa, indicando a dimensão do saber na distribuição do poder.

As práticas jornalísticas repercutem na construção da realidade social, sendo em parte responsáveis pela legitimação dos discursos científicos. Grande parte dos discursos

veiculados pela imprensa também é validado por teorias científicas, propiciando um diálogo profícuo entre as duas áreas.

Tendo isso em vista, cabe situar neste quadro relacional o objeto desta pesquisa, o SARESP. Sabe-se que a avaliação, como instrumento e como técnica comporta uma teoria própria: é, portanto, um objeto de conhecimento da ciência da educação. Sua definição como tal envolve diversas áreas científicas e tecnológicas como matemática, estatística, diagramação, impressão. Contudo, existem aspectos políticos envolvidos no seu processo de elaboração, aplicação e utilização dos resultados. Além disso, como fato histórico, surgem questões sociológicas, psicológicas, filosóficas que interrogam, por exemplo, seu papel disciplinador do corpo social. Por último, há implicações econômicas envolvidas, ainda que nem sempre muito evidentes. Sendo assim, a cobertura jornalística do SARESP é tanto um meio de circulação e legitimação de certas teorias científicas quanto de produção de saberes sobre as escolas e os alunos. Por isso, constata-se que sua divulgação pela imprensa produz efeitos de poder sobre a população. Interessa, pois, desvelar como o jornalismo tem atuado na sua interface com a política.

Para realizar a análise sobre a política, convém ressaltar o modo como Foucault (2008a, p. 4-6) compreende a “*ratio* governamental”(razão governamental), ou seja, as práticas governamentais. O autor propõe inverter a análise usualmente realizada pela Sociologia, Filosofia e História e não tomar certas noções consideradas “universais” como ponto de partida, como algo dado em princípio. Duas categorias foucaultianas são importantes para situar este procedimento de análise: o “Estado”, em primeiro lugar, representa certa racionalidade que se materializa nas regras e, conseqüentemente, nas práticas governamentais. Ainda que exista um Estado a ser governado, também há uma dimensão que ainda não existe e é construída. Sendo assim, Foucault afirma que “a razão de Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar” (2008a, p. 6). A “arte de governar”, em segundo lugar, compreende o estabelecimento de regras, a partir das quais se constitui o modo de fazer. Em outras palavras, a arte de governar é a definição dos objetivos que, segundo Foucault (2008a, p. 6), vinculam o dever-fazer do Estado como o seu dever-ser.

Portanto, a análise da política envolve estas questões sobre o desvelamento do processo de constituição do Estado, o que requer o uso de certos conceitos foucaultianos relacionados à “*ratio* governamental”. As noções descritas anteriormente são o fundamento

dos estudos que levaram Foucault a questionar e propor uma resposta ao que seja governar: “segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo” (2008a, p. 6).

A visão do Estado como um ator, em relação com outros atores, isto é, como regulador de práticas sociais é dada por Deubel (2002, p. 25):

O Estado – como outros atores sociais com os recursos que têm a sua disposição – busca incidir ou modificar em certo sentido a regulação operante em um espaço social preciso. No marco de um Estado de direito, é a adoção de uma regulamentação jurídica que legitima a implementação de sua estratégia. A definição da estratégia estatal legítima é o resultado da mobilização de certos atores, públicos e privados, com interesses contraditórios. Portanto, as políticas públicas são o resultado destas mobilizações; por isso a análise das políticas públicas se constitui em uma porta de entrada para a compreensão do Estado e de suas relações com a sociedade.

Com base nisto, pode-se conceber as políticas públicas como estratégias tornadas legítimas em meio às relações de poder, isto é, em termos de governamentalidade. Portanto, a análise das políticas públicas demanda a compreender como os atores (inclusive o Estado) mobilizam-se estrategicamente no cenário social em busca dos seus interesses.

2.3A PERSPECTIVA FOUCAULTIANA: ENUNCIADO E REGIME DE VERDADE

A análise político-epistemológica utiliza, entre outras referências, alguns dos principais conceitos da obra de Michel Foucault. Estes conceitos são articulados com o objetivo de compreender a política por meio das práticas discursivas. Neste sentido, emprega-se a perspectiva foucaultiana da análise do discurso, na qual o texto não é simplesmente um registro de enunciados, mas também revela as condições de sua existência. As principais questões sobre o discurso são sistematizadas por Foucault em *A arqueologia do saber*, publicado em 1969, fazendo com que o livro se tornasse uma importante referência no campo da análise do discurso. Posteriormente, o autor amplia seu ponto de vista, deslocando o eixo da análise para as questões referentes aos dispositivos e às estratégias de governo – ou governamento, mas o discurso permanece como questão subjacente em sua obra.

O trabalho de Foucault, durante a década de 1970, desloca-se do eixo do saber para o do poder e da ética. A periodização que normalmente se faz de sua obra corresponde à arqueologia e à genealogia, incluindo-se ainda a ética já na década de 1980 (CASTRO, 2009, p. 189). Sendo este um estudo do discurso político, é particularmente útil articular aos

conceitos do período arqueológico os do período genealógico. Alguns autores chegam mesmo a utilizar a denominação arqueogenealogia, para definir a confluência dos períodos. Segundo Alfredo Veiga-Neto, “na terceira fase não há um método novo; a ética é um campo de problematizações que se vale um pouco da arqueologia e muito da genealogia, o que leva alguns a falar que, no terceiro Foucault, o método é a arqueogenealógico” (VEIGA-NETO, 2011, p. 37). Quanto ao termo “método”, o próprio Veiga-Neto (2011, p. 37) ressalva que é problemático aplicá-lo à obra de Foucault, por conta de sua amplitude e complexidade. Os deslocamentos, portanto, resultam da mudança dos problemas tratados pelo filósofo, e não da definição de novos métodos de pesquisa.

Carlos Noguera defende que uma noção metodológica é criada por Foucault como uma ferramenta para pensar, um instrumento que provoca, tenciona, incita o pensamento, levando a “pensar de outro modo, pensar o impensado antes que conhecer ou reproduzir o já sabido”²³ (NOGUERA, 2009, p. 25, tradução nossa). Neste contexto teórico, as ferramentas da arqueologia e da genealogia são articuladas para realizar o estudo do discurso político na imprensa.

O projeto arqueológico pode ser definido como um conjunto de ferramentas por meio do qual Foucault propõe realizar uma “*descrição pura dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (1972, p. 38, itálico no original). Isto corresponde a um reposicionamento epistemológico por parte do historiador, que coloca sob suspeita as “formas prévias de continuidade” e as sínteses que se apresentam com pleno direito de balizar a leitura da história, sem que sejam problematizadas (FOUCAULT, 1972, p. 37). Em outras palavras, a análise dos acontecimentos discursivos busca descrever relações entre os enunciados, rejeitando uma “história global” descrita por meio de fenômenos que orbitam “em torno de um centro único”, de um princípio unificador (FOUCAULT, 1972, p. 18).

Contrapondo-se à análise do pensamento, que busca atribuir aos discursos as intenções ocultas dos sujeitos, Foucault (1972, p. 39) esclarece os objetivos da análise do discurso:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa,

²³ Texto original: “Si una noción metodológica (como por ejemplo, la de gubernamentalidad) es diseñada como herramienta para pensar, entonces se trata de un instrumento para provocar, para tensionar, para incitar el pensamiento: pensar de otro modo, pensar lo impensado antes que conocer o reproducir lo ya sabido”.

de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Percebe-se que a pesquisa arqueológica desenvolve-se em função dos acontecimentos discursivos e comporta um modo de análise bastante flexível. Isto ocorre porque as relações entre os enunciados não são dadas de antemão, uma vez que as categorias prévias que visam organizar a realidade não podem ser consideradas neutras, antes disso, devem ser problematizadas. A arqueologia, portanto, é realizada a partir de pressupostos teóricos que, num sentido bastante particular, podem ser considerados como referências metodológicas. Ao abordar a questão do método no período arqueológico, Roberto Machado (2006, p. 51) esclarece:

Não se deve pensar, no entanto, que se trata de um método cujos princípios básicos possibilitarão, pela aplicação a diferentes objetos de pesquisa, uma série de análises empíricas. Se pode ser considerada um método, a arqueologia caracteriza-se pela variação constante de seus princípios, pela permanente redefinição de seus objetivos, pela mudança no sistema de argumentação que a legitima ou justifica.

Por suas especificidades, a arqueologia pode ser melhor definida como uma tarefa historiográfica e ao mesmo tempo filosófica. Segundo Edgardo Castro (2009, p. 24), “é uma descrição dos acontecimentos discursivos”, que demanda à filosofia um diagnóstico acerca do que acontece, ou seja, o desvelamento dos acontecimentos que formam a atualidade.

A arqueologia propõe um tipo de análise na qual o enunciado é concebido como acontecimento discursivo, evidenciando toda uma dimensão exterior ao indivíduo. Por isso, o funcionamento do discurso supõe a articulação de uma rede de relações, sistemas e feixes (CARMO, 2010, p. 55). As práticas discursivas encontram-se ligadas ao exercício do poder e, por causa da natureza difusa, multiforme e estratégica do poder, não podem ser analisados como um padrão ou uma lei que secretamente se impõe às práticas dos atores sociais. As práticas discursivas encontram-se na superfície e são passíveis de interpretação; podem ser compreendidas e estudadas a partir do seu entrecruzamento, mas não no sentido de descobrir o segredo que lhes dá unidade e sim de compreender o estatuto que rege o seu funcionamento em determinadas regiões da teia do poder.

Foucault não está interessado propriamente em todo tipo de enunciado; ainda que considere “a existência de um tipo de comunicação direta e familiar”, ele privilegia o estudo dos discursos sérios (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 52). Para diferenciar o subconjunto de enunciados que interessa à análise foucaultiana, é necessário distingui-los

entre “atos discursivos cotidianos” e “atos discursivos sérios”, como propõem Dreyfus e Rabinow (1995, p. 53-54):

qualquer ato discursivo pode ser sério, se alguém fizer o levantamento dos procedimentos necessários de validação – a comunidade de especialistas etc. Por exemplo, ‘vai chover’ é normalmente um ato discursivo do cotidiano com apenas um significado local, mas pode ser também um ato discursivo sério se expresso verbalmente pelo porta-voz do Serviço Nacional de Meteorologia, como uma consequência de uma teoria meteorológica geral.

Além disso, os autores destacam uma característica da cultura atual apontada por Foucault²⁴: a tendência de converter cada vez mais os atos discursivos cotidianos em atos discursivos sérios, tendo em vista a preponderância da “vontade de verdade” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 54). Em termos arqueológicos, Foucault busca as relações e as regularidades entre os atos discursivos sérios num certo domínio do conhecimento – cada um destes domínios será considerado uma formação discursiva.

Para a análise do discurso foucaultiana importa investigar as condições de existência das práticas enunciativas. Segundo Michel Foucault (1972, p. 136-137):

A descrição dos enunciados se endereça, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes. Daí um paradoxo: ela não tenta contornar as performances verbais para descobrir atrás delas ou sob sua superfície aparente um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde nelas ou aparece através delas sem dizê-lo; e, entretanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se dá de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (mesmo se esta não está inteiramente clara, mesmo se é muito difícil de elucidar). O enunciado, ao mesmo tempo, não está visível e não está oculto.

O enunciado, portanto, como resultado de uma performance verbal, existe, basicamente, por produzir efeitos materiais. O enunciado, sendo visível, é passível de observação. Foucault (1972, p. 137) descreve esta premissa da análise do discurso da seguinte maneira:

Não oculto, por definição, já que caracteriza as modalidades de existência próprias a um conjunto de signos efetivamente produzidos. A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existir, oferece-as à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas. Só pode se referir a performances verbais realizadas, já que as analisa ao nível de sua existência: descrição das coisas ditas, precisamente porque foram ditas.

²⁴ Cf. FOUCAULT, 2004, p. 19.

Outra premissa diz respeito aos vestígios deixados pelas práticas enunciativas. Para a arqueologia, cabe analisar o significado da existência dos enunciados e não o que estes poderiam ocultar. Não há evidências em enunciações latentes, de modo que a análise do discurso dirige-se ao que foi manifestado por intermédio da linguagem efetiva. As práticas enunciativas podem ser analisadas em sua manifestação e permanência, nas marcas, pistas ou rastros que as caracterizam como elementos das relações de poder. Neste sentido, Foucault (1972, p. 137) esclarece:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que estava dito nelas e, apesar delas, o não-dito que recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de terem-se manifestado, de terem deixado traços e, talvez, de permanecerem para uma realização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. Desse ponto de vista, não se reconhece o enunciado latente: aquilo que se tenta alcançar está na evidência da linguagem efetiva.

Ao construir o objeto de pesquisa, é preciso lidar com diversas questões a fim de elaborar enunciados sobre este objeto. Num primeiro momento, depara-se com a impossibilidade da neutralidade. Isto porque o espaço da produção científica é atravessado por inúmeros fatores da ordem do saber/poder que ajustam, que conduzem o olhar do observador. A pesquisa, então, constitui-se nesta sucessão de acontecimentos que adquirem uma significação histórica tanto para o indivíduo quanto para a rede de poder na qual está inserido. A pesquisa não pode tudo, assim como não é livre das ressonâncias do jogo entre o mundo interior e o mundo exterior. Portanto, os problemas de pesquisa são como movimentos estratégicos no tabuleiro da realidade, acompanhando a contínua mudança na disposição das peças. As questões aparecem ou não conforme as regras e as táticas são percebidas e praticadas pelos jogadores. Esta dinâmica é ininterrupta, visto que os atores entram e saem de cena, reposicionando as relações, à medida que as partes do tabuleiro-cenário são iluminadas.

A produção científica constitui-se a partir do saber já produzido e da dinâmica dos acontecimentos discursivos. Segundo Veiga-Neto (2011, p. 130), o saber “se estabelece e se sustenta nas matérias/conteúdos e em elementos formais que lhe são exteriores: luz e linguagem, olhar e fala. É bem por isso que o saber é apreensível, ensinável, domesticável, volumoso”. O campo científico, então, é o lugar onde a comunidade científica compartilha certo tipo de saber, o lugar de construção de consensos, de consentimentos – que são mais

bem definidos por Foucault como práticas de assujeitamento. Entretanto, o saber é só um lado da questão, é o que define a forma das relações. Do outro lado, estão as relações de força, que constituem o poder. As relações entre saber e poder produzem efeitos no sujeito e isto ocorre por meio do discurso. A partir disto, a arqueologia fornece ferramentas para compreender qual é o discurso considerado verdadeiro: o que é aceito por muitos – sem entrar na discussão se os discursos correspondem ou não a uma verdade absoluta. Para a arqueologia, existem discursos que, em última análise, justificam um conjunto de práticas, em determinada formação discursiva.

Como já mencionado, os deslocamentos percebidos na obra de Foucault não representam rupturas, antes são ampliações do seu campo de estudos. Assim sendo, “a genealogia não abandonará o estudo das formas de saber, nem a ética abandonará o estudo dos dispositivos de poder, mas cada um desses âmbitos será reenquadrado em um contexto mais amplo” (CASTRO, 2009, p. 189).

A noção segundo a qual a perspectiva foucaultiana é ampliada indica que certos aspectos permanecem quando se pergunta como o mundo é formado. São aspectos que constituem uma visão geral da realidade, mas não por meio das respostas e sim por meio das perguntas que se pode fazer a esta realidade. Não existe, portanto, uma verdade a ser descoberta, mas existem relações e regularidades passíveis de escrutínio e interpretação. É isto que possibilita compreender as relações entre o saber e o poder, a participação do discurso nas práticas de assujeitamento, as relações entre as práticas discursivas e as práticas de governmentação. Com efeito, a análise do discurso não é uma técnica de decifração de sentidos e nem um método restrito às descrições contidas na obra “A arqueologia do saber”; é uma perspectiva epistemológica do poder/saber e de seus desdobramentos como estratégias de governo.

No período genealógico, ganha destaque a questão do poder e sua relação como o governo da população. Com este propósito, a genealogia inclui com maior precisão as práticas não discursivas, como afirma Castro (2009, p. 185):

a passagem da arqueologia à genealogia é uma ampliação do campo de investigação para incluir de maneira mais precisa o estudo das práticas não discursivas e, sobretudo, a relação não discursividade/discursividade. Em outras palavras, para analisar o saber em termos de estratégia e táticas de poder. Nesse sentido, trata-se de situar o saber no âmbito das lutas.

Para Foucault, poder “é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (1990a, p. 89). O poder não se possui, “o poder se exerce a

partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1990a, p. 89-90). As relações de poder estão em toda parte, e são imanentes, fazem parte de outras relações, como os processos econômicos, as relações de conhecimentos, as relações sexuais (FOUCAULT, 1990a, p. 90).

O poder não possui, nesta perspectiva, um centro irradiador que produza a oposição entre dominadores e dominados. O poder é o efeito da multiplicidade de correlações de força presentes nas relações sociais. Estas correlações, segundo Foucault (1990a, p. 90),

servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos os afrontamentos.

Portanto, as grandes dominações só têm sentido se pensadas no sentido ascendente do poder, como um efeito de convergência das correlações de força. Além disso, as relações de poder são simultaneamente intencionais e não subjetivas: “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (FOUCAULT, 1990a, p. 90). Isto não significa que as decisões individuais, ou de um grupo sejam capazes de gerir a rede de poderes que atua numa sociedade. A racionalidade do poder encontra-se nas táticas locais e seu encadeamento possibilita a formação de “dispositivos de conjunto”. De acordo com Foucault, no nível dos dispositivos “a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las” (1990a, p. 91).

Outro aspecto a ser destacado sobre o poder são as resistências. “Elas são o outro termo nas relações de poder”, estão presentes, junto com o poder, mas não como seu pólo negativo. “Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário” (FOUCAULT, 1990a, p. 91, *itálico no original*). As resistências são distribuídas irregularmente e constituem pontos móveis e transitórios na teia das relações de poder (FOUCAULT, 1990a, p. 92, *itálico no original*).

A noção de implicação entre o exercício do poder e as resistências desloca a análise das resistências para o terreno mesmo onde ocorrem as correlações de força, afastando-se das concepções teleológicas de mudança social, de progresso e de idealismo revolucionário. As resistências, portanto, são potencialidades imediatas ligadas ao exercício do poder.

O poder e o saber produzem efeitos no sujeito por meio do discurso. Mas não existem redes de discursos contrapostos, ao contrário, o mundo é formado por séries descontínuas, fragmentadas do discurso e, por isso, sua função estratégica não é uniforme e estável. Assim, as táticas de poder/resistência são formadas por “uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (FOUCAULT, 1990a, p. 95). O discurso não se constitui como binarismo: discurso dominante e dominado. Foucault (1990a, p. 96) argumenta a este respeito que o jogo do poder é formado por estratégias complexas e instáveis:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.

A perspectiva foucaultiana aponta para uma concepção de poder que não esteja pautada na lei e no privilégio da interdição ou da soberania, mas sim no ponto de vista do objetivo, da eficácia tática. Com base nesta noção de poder, realiza-se a análise “de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação” (FOUCAULT, 1990a, p. 97).

O poder circula e provém de todos os lugares, ainda que certos encadeamentos locais procurem fixar suas mobilidades. A análise do poder opera segundo um modelo estratégico, uma vez que ele não é permanente e não está localizado, de acordo com Foucault (1990a, p. 89):

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las [...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certapotência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.

A perspectiva genealógica corresponde à análise do poder, operando por meio da descrição dos discursos referentes às práticas e efeitos do governo. As relações políticas, em termos genealógicos, constituem-se no cenário dos acontecimentos discursivos e estão relacionadas à rede de elementos heterogêneos – o dito e o não dito – denominado como dispositivo (FOUCAULT, 2011a, p. 244).

O dispositivo é heterogêneo porque engloba diferentes formas de manifestação do saber/poder: “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2011a, p. 244). A relação entre estes elementos heterogêneos – discursivos ou não – demanda “um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” (FOUCAULT, 2011a, p. 244). A função estratégica do dispositivo constitui-se como resposta a determinada urgência, num certo momento histórico. “O dispositivo, portanto, tem uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2011a, p. 244).

Por meio do referencial arqueológico, busca-se analisar o poder, levando em consideração os aspectos heterogêneos do discurso e de seus efeitos. Consiste de uma análise histórica sobre as condições políticas que atribuíram maior legitimidade a um discurso e não a outros possíveis. Segundo Rogério Faé (2004, p. 416), trata-se da busca da proveniência dos discursos:

a genealogia — termo tomado de Nietzsche — é definida por Foucault como uma metodologia que visa analisar o poder em seu contexto prático, ligado às condições que permitiram sua emergência, fazendo a análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos; desta forma, o genealogista não busca a origem, mas a proveniência.

A análise dos acontecimentos discursivos, articulada com as noções genealógicas, permite compreender a dinâmica de circulação do poder. Isto é possível por meio do estudo das práticas discursivas inscritas em determinado dispositivo de poder. Com relação ao governo da educação, Foucault afirma: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (2004, p. 44). Percebe-se, então, que as políticas educacionais constituem uma rede de poder, formada pelo entrecruzamento complexo de práticas discursivas e não discursivas. Em outras palavras, as políticas educacionais podem ser estudadas em sua multiplicidade de acontecimentos discursivos, que funcionam dentro e a partir das regras do dispositivo de governamentalidade.

Foucault (1990b, p. 154) considera que praticar a crítica não é uma questão de indicar que as coisas não estão corretas do modo como elas estão. Trata-se, segundo ele, de voltar o olhar para os pressupostos e os modos habituais de pensamento, normalmente não colocados em questão, e sobre os quais repousam as práticas consideradas aceitáveis. Nas palavras de Foucault (1990b, p. 155):

A crítica é uma questão de explicitar este pensamento e tentar mudá-lo: para mostrar que as coisas não são tão autoevidentes como se acreditava, para ver que o que é aceito como autoevidente não será mais aceito como tal. Praticar a crítica é uma questão de tornar difíceis gestos fáceis (tradução nossa).²⁵

Praticar a crítica, portanto, é deixar de ver as coisas como se fossem naturais só porque são aceitas.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

O estudo da política, num sentido ampliado, não se restringe à análise das estruturas, normatizações e ações diretamente relacionadas ao Estado. A política é o campo de manifestação do exercício do poder, onde as estratégias convertem-se em práticas de governo. Não se trata, portanto, de analisar operações de submissão dos sujeitos, uma vez que os atores políticos – a população em geral – são sujeitos ativos. A política, compreendida como governo, abrange os “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Esta noção de política é indissociável das manifestações de resistência dos atores. Por isso, é imprescindível conhecer os dispositivos de poder que atuam na sociedade, que agem sobre a ação da população. De acordo com Foucault (2011a, p. 149-150), “nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”. Estes mecanismos de poder tomam a forma dos dispositivos que atuam estrategicamente instaurando discursos e capturando desejos de mudança dos atores.

Pensar a política em termos de governo torna a análise mais ampla e complexa. Esta premissa, portanto, refuta a classificação dos discursos como manifestações ideológicas de um poder central, uma vez que o discurso é um compartilhamento de enunciados que permite o exercício do poder. A crítica que se faz à política, nesta perspectiva, não diz respeito aos conteúdos ideológicos e à busca de uma ideologia justa. Por isso, a crítica às relações existentes está relacionada à possibilidade de mudança da política de produção de verdade, como afirma Foucault (2011a, p. 14):

²⁵No original: “Criticism is a matter of flushing out that thought and trying to change it: to show that things are not as self-evident as one believed, to see that what is accepted as self-evident will no longer be accepted as such. Practicing criticism is a matter of making facile gestures difficult”.

O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a "consciência" das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.

Neste aspecto, seria possível pensar numa aproximação entre a concepção foucaultiana de resistência e as linhas de pensamento que defendem a radicalização da participação política da sociedade nos processos de regulação social. Esta aproximação supõe identificar o mercado como instância de circulação de regras de verdade e reconhecer sua capacidade de regulação social, isto é, seus efeitos de poder. A preocupação expressa por David Harvey (2001, p. 112) sobre a necessidade de apreender os “processos político-econômicos” do capitalismo global não é um aspecto ausente no conjunto das interpretações pós-estruturalistas, como afirma o autor. Existem diversas tendências teóricas que compõem o pós-estruturalismo, mas certamente a análise do discurso foucaultiana não pode ser acusada de ignorar as relações que ocorrem na dimensão macro. Entretanto, a intensidade e o alcance dos efeitos destes processos sobre a população não justificam a preponderância de um discurso alternativo, seja ele de matiz revolucionário, reformista ou conservador.

A análise do discurso pode e deve investigar o discurso das determinações estruturais, inclusive a constituição da Economia como instância privilegiada de legitimação de certas práticas de governo. A diferença está na perspectiva em que os “processos político-econômicos” são interpretados. Eles são compreendidos como práticas discursivas e não como determinações sociais. A análise do discurso, ao estudar as relações de poder, não visa instituir um projeto alternativo para acabar com tais relações, o que é considerado impossível – tanto numa democracia avançada como numa ditadura, as práticas de governo produzem composições diferentes de relações de poder. Por outro lado, as estratégias de governo centradas na economia global são acompanhadas de práticas de resistências, que estão diretamente ligadas aos efeitos da globalização.

A dominação econômica no contexto da globalização econômica é um aspecto que tem sido muito enfatizado por certas correntes das ciências políticas, mas em termos da análise do discurso foucaultiana não faz sentido pensar num processo unilateral. Isto porque os aspectos político-econômicos correspondem aos efeitos das práticas discursivas, sendo estes efeitos produzidos a partir da rede de relações de poder. Invés de pensar numa sobredeterminação econômica da política, compreende-se que a economia, enquanto instância

de ordenamento e de circulação de determinados enunciados, participa do processo de dispersão discursiva. Deste modo, a governação neoliberal²⁶ é identificada a partir dos seus efeitos sobre a população, e somente assim, adquire materialidade. O gerencialismo, como estratégia de governmentação, é objeto da análise do discurso na medida em que age sobre a ação da população.

O neoliberalismo, por conseguinte, não existe sem a ação dos atores, que compartilham um regime de verdade. Todavia, o neoliberalismo não é o único discurso, assim como o gerencialismo não é a única matriz estratégica existente. A impressão de um consenso global que torna o gerencialismo uma opção de governo viável e justificável é apenas um dos efeitos produzidos em meio ao regime de verdade instaurado – e compartilhado – na atualidade.

Tendo isto em vista, retoma-se o problema da reconceptualização. A apropriação de certos termos e sua reconversão aos valores da agenda política modernizadora constitui-se como estratégia de sustentação dos programas de reforma do Estado na medida em que fazem parte das narrativas de legitimação da mudança necessária, conforme mencionado por Newman e Clarke (2012, p. 357).

O fato de um enunciado conter ambiguidades é um aspecto reconhecido por diversas correntes teóricas críticas e pode, inclusive, ser demonstrado por meio do esforço que muitos cientistas empenham na clarificação dos conceitos utilizados. Existe, então, uma preocupação em eliminar, senão totalmente, ao menos minimizar estas ambiguidades. Este ato de definir o que é dito, de explicitar tanto quanto possível um conceito e que não é exclusivo ao campo científico, mas pode dar-se em qualquer ato de enunciação, comporta necessariamente uma valoração. Isto significa que a definição não é a busca da essência, ou da verdade de um enunciado, mas sim uma estratégia para inscrevê-lo na ordem das relações de poder, produzindo, assim, os vestígios do que Foucault (1972, p. 185) irá denominar “campo de não-contradição lógica”. Alguns enunciadores – cientistas, para especificar o campo desta discussão – parecem negligenciar e até menosprezar o exercício da conceituação. O que ocorre nestes casos, longe de ser um descaso para com as relações de poder, é o fato de considerarem os conceitos como obviedades no campo científico. Quanto maior a dispersão de um discurso – sua disseminação na sociedade – maior é a tendência da relação enunciados/significante ser tratada como óbvia.

²⁶ O termo “governação” é utilizado no sentido que lhe atribui Roger Dale (2005). Ver subseção 4.3.

De qualquer modo, o conflito em torno das definições é um conflito da ordem dos significantes. O que se vê, por parte dos grupos em oposição, neste enfrentamento entre definições, é a luta pela legitimidade dos discursos, por meio da potencialização dos enunciados. Neste sentido, cada grupo adota certas estratégias que visam legitimar a dispersão do discurso e promover sua materialização no/sobre o corpo social.

Para analisar este conflito, Foucault (2004, p. 51) propõe deixar de lado a “soberania do significante” e considerar a diversidade de aspectos que tornaram possível a irrupção do discurso. Isto significa que um discurso compreende tudo aquilo que foi colocado de lado, que foi silenciado ou deixado às margens do discurso tornado legítimo. Assim, quando a “qualidade” aparece na mídia, certos valores são colocados em discussão e outros, colocados de lado. Quando a qualidade da educação é abordada, são acionados certos valores e estratégias. Portanto, se os resultados de um programa de avaliação externa são considerados indicadores legítimos de qualidade (ou da falta de qualidade), isto não resulta de um processo “natural”, mas sim de um conjunto de estratégias discursivas que indicam o que é qualidade naquele contexto. Em termos discursivos, então, a busca de significados que se mantém acima da realidade não faz sentido. O discurso é a sua materialidade. Este é o pressuposto que Foucault (2004, p. 70) utiliza em sua análise, conforme afirma:

a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante.

A intervenção na ordem social não pode ser vista apenas como participação consentida, permitida e normativamente estabelecida a propósito da democracia representativa. Em certas situações, o que se denomina “participação política” é uma forma de tornar menos política a manifestação pública, pois torna legítimos apenas certos discursos, enquanto outros são banidos, descartados *a priori*. Justifica-se, deste modo, a valorização da participação democrática, mesmo onde os governos tendem a centralizar as decisões. A questão que se coloca é se esta participação regulada não tem sido valorizada também como estratégia de dominação. Isto é cada vez mais evidente nos casos em que o contrato social é convertido numa espécie de procuração de amplos poderes, vindo a constrianger, quando não restringir, proibir, incriminar e eliminar qualquer tipo de manifestação que ameace a ordem – democrática – instituída. Se existe um governo ao qual foi dada a prerrogativa de regular

determinados aspectos da vida social, isto significa que esta é a forma tornada legítima da regulação. Os governos não são da ordem natural, mas construções humanas.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO

As discussões no âmbito das políticas públicas, segundo constata Alvaro Chrispino (2005, p. 63), nem sempre ocorrem a partir de um quadro teórico e conceitual devidamente explicitado. Isto pode gerar alguma ambiguidade sobre o sentido do que se está a tratar e mesmo alguma dificuldade na identificação dos grupos em disputa. De início, o próprio conceito “política pública” carece, muitas vezes, de uma adequada clarificação, sobretudo da explicitação do seu enquadramento teórico. Apela-se, em muitos casos, a que seja considerado segundo a tendência mais ou menos estabelecida, supostamente compartilhada pelos interlocutores.

Segundo Chrispino (2005, p. 63), a ausência de qualquer referência pode indicar que todos compartilham da ideia de que “política pública” seja algo como um “conjunto de expectativas geralmente dirigidas ao poder público”. Entretanto, o autor descreve a tentativa de estabelecer uma conceituaçãoum pouco mais sistematizada, tarefa esta bastante arriscada, dada a incompatibilidade entre as diversas perspectivas políticas. Primeiramente, propõe a elaboração de um “meta-conceito”, a partir do sentido atribuído a cada termo separadamente: Política: como “a arte de governar ou de decidir os conflitos que caracterizam os agrupamentos sociais”; Pública: como “aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades”. A redução de tais definições é o meta-conceito de Política Pública, quer seja, “a ação de governo que vise atender a necessidade coletiva” (p. 64). Numa articulação entre as disposições históricas atuais da sociedade, o meta-conceito supra e algumas definições já apresentadas por outros autores, Chrispino chega a seguinte redução conceitual: Política Pública pode ser conceituada como “a ação de governo que vise atender a necessidade da coletividade e a concretização de direitos estabelecidos” (p. 65). Certamente, qualquer conceituação deve levar em conta a perspectiva subjacente às definições de políticas e de público. O problema de estabelecer um conceito universalmente válido está na atribuição de valores às diversas perspectivas teóricas. A definição sempre deixará de fora um conjunto de aspectos, que deixam de ser problematizados. Esta valoração ocorre sempre em função das práticas discursivas, isto é, tomam como referência um regime de verdade que delimita estrategicamente o melhor conceito de políticas públicas.

Bruno Jobert (1989), por sua vez, descreve os principais aspectos relacionados à construção das políticas públicas. Embora seja o objeto principal de análise, não há uma explicitação do conceito política pública. É possível, no entanto, inferir que o sentido atribuído pelo autor, a partir de algumas ideias e termos como “intervenção estatal”, “mudanças no ambiente”, “processo político” e “jogo social” aproxima-se da redução conceitual apresentada por Chrispino. Neste caso, Jobert dá maior atenção ao modo como ocorre a “ação de governo”, sob o ponto de vista das relações de poder envolvidas na construção das políticas públicas. Dentre os aspectos mencionados pelo autor, é importante destacar que a manutenção da “coesão social” é considerada como função crucial das políticas, mas para alcançá-la é preciso lidar com certos conflitos.

Como visto, o conceito de políticas públicas tende a ser relacionado às práticas de governo, compreendendo a regulação normativa e a execução de programas políticos. De modo estrito, a utilização do adjetivo “pública” indica uma concepção de política mais direcionada e mais centralizada nas atividades regulatórias do poder público estatal. Certamente, seria desnecessário mencionar o caráter público da *politiké* na *pólis* grega, pois a arte de governar a cidade estava vinculada necessariamente à vida pública, a qual era regulada de modo muito menos centralizado. Em que pese suas especificidades e a distância histórica da *politiké* exercida na polis, a noção contemporânea de política tende a ser reduzida às práticas de governo. Isto se deve, em grande parte, à modernidade ter legitimado o monopólio do controle social pelo Estado.

A este respeito, e partindo da noção de que o poder não se concentra no Estado, Foucault afirma existir uma “rede institucional de sequestro”. A este respeito, o autor afirma: “a diferença entre aparelho de Estado e o que não é aparelho de Estado não me parece importante para analisar as funções deste aparelho geral de sequestro, desta rede de sequestro no interior da qual nossa existência se encontra aprisionada” (FOUCAULT, 2011bc, p. 115). As instituições de sequestro agem como mecanismos de controle e transformação. Estes mecanismos transformam o tempo, o corpo, a vida em força produtiva. Isto corresponde às novas formas de controle na sociedade moderna, a partir do início do século XIX. O controle espacial dos indivíduos é substituído pelo controle do tempo. Segundo Foucault (2011b, p. 122), a sociedade moderna exige que os homens coloquem seu tempo à disposição:

Parece-me que, quando interrogamos de perto estas instituições de sequestro encontramos sempre, qualquer que seja seu ponto de inserção, seu ponto de aplicação particular, um tipo de invólucro geral, um grande mecanismo de transformação: como fazer do tempo e do corpo dos homens, da vida dos homens,

algo que seja força produtiva. É este conjunto de mecanismo que é assegurado pelo sequestro.

Percebe-se, com isto, uma noção de política que abrange não só a estrutura e as instituições intraestatais. Existem instituições de sequestro que têm a finalidade de “garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma” (FOUCAULT, 2011b, p. 114). Trata-se de um processo de inclusão (por exclusão) e de normatização (FOUCAULT, 2011b, p. 114). O sequestro, portanto, é um aspecto das relações políticas na modernidade, um aspecto relacionado às estratégias de governo e ao exercício de um poder que Foucault caracteriza como “polimorfo e polivalente” (2011b, p. 120).

A rede institucional de sequestro atua em diversos níveis sobre o corpo dos indivíduos e está vinculada às diversas formas de reclusão. Esta rede inclui instituições como as escolas, as fábricas, os hospitais psiquiátricos, as casas de correção, as prisões. Inclui, também, formas mais “brandas” e “difusas” de reclusão (FOUCAULT, 2011b, p. 112).

A reclusão, em última análise, consiste em exercício de poder sobre o corpo, uma modalidade de prisão que opera com os instrumentos do panoptismo, isto é, por meio da vigilância, controle e correção (FOUCAULT, 2011b, p. 103). Todavia, na sociedade panóptica, o corpo não é mais “a superfície de inscrição de suplícios e de penas”, mas sim o alvo potencial de transformações, como afirma Foucault (2011b, p. 119):

nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar.

O poder que atua neste processo de reclusão e de sequestro caracteriza-se como um “poder epistemológico”: o “poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes” (FOUCAULT, 2011b, p. 121). O que seria, portanto, um exame como o SARESP senão uma forma de fazer os sujeitos “falarem”, de se colocarem sob o controle do governo? Além disto, Foucault menciona um segundo saber “que nasce da observação dos indivíduos, da sua classificação, do registro e da análise dos seus comportamentos, da sua comparação, etc.” (2011b, p. 121). Este acúmulo de saberes produzidos pelos indivíduos ou sobre eles retroalimenta as estratégias de poder e permite novas formas de controle. Com base nesta noção, percebe-se a dimensão da avaliação da educação, como estratégia de controle: ao produzirem um saber sobre si mesmos, os sujeitos são “sequestrados” e inseridos numa economia de relações de poder que funciona por meio de táticas refinadas de governo.

A descrição das estratégias de poder segundo as dinâmicas de reclusão e sequestro possibilita compreender as ideias-chave da política citadas anteriormente – intervenção estatal, mudanças no ambiente, processo político, jogo social²⁷ – do ponto de vista da análise do discurso foucaultiana. A diferença está no modo como estas ideias são articuladas numa concepção de política que engloba toda a rede institucional de sequestro e não apenas as ações estritas do Estado. Para Foucault, o controle é exercido sobre os indivíduos por meio de diversos mecanismos, entre os quais, menciona o consumo e a propaganda (FOUCAULT, 2011b, p. 118). Com base nisso, é possível identificar em diversos espaços do cenário social a manifestação destas ideias. Nesta pesquisa são analisados os mecanismos que permitem o funcionamento de duas formações discursivas, dois espaços deste cenário de relações de poder, que são as práticas da imprensa e as práticas de governo da educação.

Retomando a noção de rede de sequestro, cabe uma ressalva: a existência humana encontra-se aprisionada no interior desta rede, mas não de modo definitivo. Este aprisionamento deve ser compreendido no sentido da reclusão, expresso anteriormente. Esta situação, segundo a análise foucaultiana, não existe sem resistências, e neste sentido cabe notar que a noção de assujeitamento, ao rejeitar o princípio de submissão, coloca os atores e suas potencialidades em cena.

Foucault (2011b, p. 116) explicita, também, como as relações de produção na sociedade capitalista se efetivam no nível deste assujeitamento:

É preciso que o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção; que o aparelho de produção possa utilizar o tempo de vida, o tempo de existência dos homens. É para isso e desta forma que o controle se exerce. São necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontramos o problema e as técnicas da extração máxima do tempo.

Deste modo, Foucault considera que os homens encontram-se em relação uns com os outros, e compreende que o exercício do poder apela constantemente para a resistência. O que importa na análise do discurso é evidenciar a “luta perpétua e multiforme”, traduzida na possibilidade de resistência ao poder daquele que domina. Segundo Foucault (2006c, p. 232),

²⁷As ideias-chave citadas não representam uma síntese geral do que seja a política, são apenas algumas ideias utilizadas como referência para discutir diferentes pontos de vista entre os autores.

as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência.

Tais premissas justificam uma interpretação das políticas públicas baseada nas relações de poder, numa dinâmica incessante de luta. Por isso, as relações de produção, os processos político-econômicos, a economia globalizada são rejeitados como aspectos centrais da análise do discurso, devido ao seu caráter uniformizante, ao passo que enfatiza a agitação e o caráter dinâmico, complexo e disforme das práticas discursivas e das relações de poder. Todavia, estes aspectos estão presentes, de modo particular, na análise da rede institucional de sequestro.

2.6 SÍNTESE DA SEÇÃO

A análise político-epistemológica baseia-se, especialmente em dois pressupostos: a noção foucaultiana de poder e a Epistemologia Política. Com base nisto, o poder é percebido não apenas como força negativa, que oprime, mas como potencialidade para a atuação dos sujeitos ativos. A Epistemologia Política é uma construção teórico-metodológica elaborada por José Carlos Rothen (2004), a partir da perspectiva analítica adotada por Thomas Popkewitz (1994) – a epistemologia social. O modelo proposto por Rothen é direcionado ao estudo da configuração discursiva da política, o que justifica a denominação Epistemologia “Política”.

O estudo da relação política/imprensa, nestes termos, assume um enfoque epistemológico pluralista/construtivista, que articula diversos saberes, com a finalidade de analisar as políticas educacionais num sentido amplo, abrangendo a descrição das estratégias de governo da população – entendido como prática dos diversos dispositivos de poder/saber. O objetivo da análise político-epistemológica é identificar aspectos da dispersão do discurso e evidenciar exercícios de poder na rede de relações sociais, o que significa deslocar a pesquisa política da busca por verdades ocultas.

Por meio desta análise das políticas públicas busca-se compreender de que modo os sujeitos desenvolvem suas práticas discursivas e quais estratégias mobilizam para defender seus interesses.

Além do conceito de poder, são utilizadas outras noções de Michel Foucault, provenientes dos estudos arqueológicos e genealógicos do filósofo. Em linhas gerais, a

perspectiva foucaultiana possibilita questionar, duvidar e propor outra forma de interpretar a realidade.

Devido à importância que o conceito possui no campo político, foram apresentadas algumas de suas acepções, considerando a complexidade da questão. Esta discussão possibilitou confrontar noções contraditórias, isto porque Foucault busca outra forma de compreender o problema, propondo discuti-lo em termos de práticas de condução das condutas dos sujeitos. Chega-se, então, às noções de assujeitamento e governo, que permitem compreender o “consenso” por meio do estudo das formas de exercício de poder.

Outra questão discutida diz respeito ao discurso gerencialista como estratégia de governo, o qual se constitui como objeto da análise do discurso na medida em que produz efeitos sobre a avaliação da educação e é um aspecto constitutivo do SARESP.

Tendo em vista o quadro teórico-metodológico apresentado, a interpretação e a análise das políticas públicas são baseadas na descrição das práticas discursivas manifestadas nos textos dos jornais.

3 MERCADO DE NOTÍCIAS: OS JORNAIS E A POLÍTICA

Esta seção aborda a construção social da realidade e a participação da imprensa neste processo. São apresentados alguns aspectos referentes ao processo de constituição histórica da atividade jornalística, com destaque à reorganização da imprensa a partir do séc. XIX, com o “empresariamento” do setor.

A contextualização histórica visa situar a discussão a cerca da imprensa, que durante o século XX, converte-se num meio de comunicação de massas, atingindo cada vez mais repercussão na sociedade. A presença cada vez maior deste meio de comunicação e seu impacto no modo como a realidade social é construída, além da sua participação nos processos de subjetivação da população, possibilita um estreitamento na relação entre mídia e política, produzindo diversos efeitos nos modos como as notícias são construídas e nos modos como os jornais se constituem como produto comercializável. Neste sentido, a imprensa passa a valorizar instrumentos que implicam estratégias específicas de legitimação do discurso jornalístico em meio ao “mercado de notícias”²⁸ em escala industrial. Para que se possa compreender alguns aspectos fundamentais sobre os quais o jornalismo se constitui estrategicamente em relação com a política, discute-se questões como a imparcialidade, a credibilidade, a noticiabilidade, a objetividade, a espetacularização. Além disto, apontam-se determinadas particularidades da imprensa sindical, cuja relação com a política encontra-se já em sua constituição como atividade de comunicação dos trabalhadores/para os trabalhadores.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO JORNALISMO

Para compreender a imprensa a partir de sua relevância para a produção cultural, é preciso situar os jornalistas como integrantes de um grupo maior de intelectuais que desempenham seu ofício utilizando como ferramentas os artefatos simbólicos. Ao tratar da especificidade deste trabalho, Mauro Wolf (2009, p. 82) considera os *mass media* (conjunto dos meios de comunicação de massa ou dos profissionais que neles atuam) como “núcleo central da produção simbólica”. Por isso é importante conhecer os seus “sistemas de valores, de representações, de imaginário colectivo” e, além disso, “o modo, os processos, as

²⁸ A expressão deriva da peça *The staples of the news*, escrita pelo dramaturgo britânico Ben Jonson (1572-1637). “O mercado de notícias: um documentário sobre jornalismo”, filme dirigido por Jorge Furtado, utiliza trechos da peça de Ben Jonson para contar um pouco da história da imprensa no Brasil e levantar algumas questões críticas do jornalismo.

restrições e as limitações” relacionadas a esta produção. Na visão de José Marques de Melo (1985, p. 13), a comunicação tornou-se, na sociedade de classes, um privilégio dos “trabalhadores cerebrais”, dissociando-se do âmbito do trabalho material, ao passo que este se tornou atividade alienada. Isto significa que a comunicação foi se tornando, no decorrer da história, um campo dominado por especialistas e distanciado, por assim dizer, do cotidiano da maioria da população.

Estas transformações intensificaram-se em meio à expansão da produção capitalista. Durante o século XIX, a nova configuração da sociedade exigiu que os jornais se tornassem empresas, guiadas pela lógica comercial. Assumindo, assim, a nova condição de atividade econômica, o jornalismo teve de adequar-se às exigências da cultura de massas em formação. Com efeito, a propaganda política passa a ser repudiada pela indústria da comunicação, que assume desde então o paradigma da informação. Os leitores e os jornalistas passam a ver os jornais como fonte de informações, legitimando, dessa forma, os critérios estipulados para retratar a realidade. Nascia, então, o jornalismo factual, que buscava “libertar” o material jornalístico das opiniões. Contrariando a tradição partidária, assentada na circulação de ideias e não no lucro, a indústria da comunicação assumiu os novos valores e demandas da sociedade, tornando possível o surgimento do *mass media*, em meados do século XIX (TRAQUINA, 2005). As relações de poder passaram, então, a organizar-se numa arena em que à imprensa cabia articular diversos interesses, em especial os do Estado, dos anunciantes e dos leitores. Nesta tarefa, a crítica à ordem política e social teve de ser adaptada ao novo modelo factual e empresarial do jornalismo.

Em outras palavras, o discurso mudou, permitindo a disseminação dos valores burgueses (liberalismo econômico, igualdade formal, individualismo). A imprensa, para prosperar como indústria, desenvolveu técnicas próprias para criticar, sem comprometer seus interesses, e para seduzir a população com informações “imparciais” sobre a realidade, difundindo a ideia da isenção jornalística. Além disso, a publicidade desempenhou um papel importante para fazer dos jornais produtos lucrativos, apropriando-se cada vez mais da imprensa como veículo de propaganda, porém não mais estritamente política, como no passado.

O custo da independência financeira dos jornais representou, acima de tudo, a transformação do seu conteúdo, tendo em vista o caráter contraditório da produção de notícias. Neste sentido é importante salientar que a evolução do jornalismo não seguiu um único padrão no mundo, antes disso, cada país apresentou e ainda apresenta variações em

função do atendimento das demandas, obedecendo a suas configurações particulares, como aponta Afonso de Albuquerque (1998).

Contudo, mesmo atentando para as especificidades locais da imprensa, é possível utilizar como ponto de partida e como referência dois modelos de jornalismo: o italiano e o estadunidense. Na Itália, o papel de interpretar a política fica a cargo das instituições que dominam a esfera pública, “partidos políticos, sindicatos e associações industriais, e parte dos meios de comunicação impressos, que em muitos casos são orientados para o comentário político ao invés da cobertura de notícias, no sentido americano”.²⁹ (HALLIN; MANCINI, 1984, p. 841). No contexto estadunidense, a interpretação política é realizada, especialmente, pela Presidência e pelo jornalismo, sendo que este representa a principal instituição fora do Estado a fornecer a interpretação política e a crítica. Isto permite que os jornalistas atuem com maior autonomia e independência do que na Itália, uma vez que existe o reconhecimento de uma atividade profissional autônoma (HALLIN; MANCINI, 1984, p. 841-842).

O jornalismo no Brasil, em grande medida, assume o discurso da imprensa estadunidense, contudo, na realidade, a autonomia e a independência profissional são bem menos perceptíveis no caso brasileiro – ou, pelo menos, manifestam-se diferentemente. Considere-se que os meios de comunicação brasileiros evoluíram de modo muito distinto, tendo, inclusive, passado por períodos de censura, durante as ditaduras. Ademais, a influência de determinados partidos políticos e a prevalência de interesses dos proprietários das organizações noticiosas é um dado constitutivo do jornalismo nacional. Inclusive o grau de profissionalização é bastante diferenciado entre os dois países, fazendo com que ainda hoje a carreira de jornalista não tenha alcançado os níveis de autonomia dos profissionais estadunidenses. Um dos efeitos desta situação é que as grandes empresas de comunicação brasileiras, ao invés de interpretarem a realidade de maneira autônoma, “tendem a conceber a sua atuação em termos pedagógicos”, atuando no sentido de “orientar” seu público sobre as questões públicas (ALBUQUERQUE, 1998, p. 20-21).

A função pedagógica da imprensa também pode ser verificada na atuação da Agência Brasil, uma agência de notícias pública, gerida pela Empresa Brasil de Comunicação

²⁹ No original: “Political interpretation is provided in Italy by the institutions that have traditionally dominated the modern public sphere - political parties, unions and industrial associations, and parts of the print media, many of which are oriented toward political commentary rather than news coverage in the American sense”.

S.A. (EBC)³⁰. A Agência Brasil constitui-se como fonte para outros veículos de comunicação, na medida em que divulga em seu *websites* textos sobre diversos assuntos no formato de *press releases* (comunicados de imprensa). O conteúdo produzido pela Agência Brasil é de livre utilização, o que contribui para a divulgação dos textos na mídia – bem como sua perspectiva política sobre os fatos.

Francisco Laerte Juvêncio Magalhães (2003, p. 130) também percebe esta prática quando aborda as revistas semanais e sua função pedagógica. Este aspecto foi percebido pelo autor no âmbito da disputa entre veículos de comunicação para conquistar espaço no mercado editorial. Magalhães analisou a cobertura de um caso criminal por duas revistas concorrentes e descreve uma delas como “enunciador autoritário e pedagógico”. Este veículo coloca-se numa “posição de superioridade” em relação aos interlocutores (outros veículos); sua credibilidade não é baseada na presença ou testemunho, mas sim no “saber demonstrado”, por meio de refinamentos em suas abordagens, “fechando o sentido aos não iniciados”; evita ponderar ou discutir outras possibilidades, uma vez que seus argumentos baseiam-se em “saberes inquestionáveis”, provenientes de “instâncias autorizadas a conferir o estado de verdade”. Este perfil lhe permite atribuir qualidade a determinados produtos e serviços, revelar certos aspectos históricos e políticos, ensinar critérios de escolha ao consumidor etc.

Este enunciador, portanto, articula os aspectos específicos do mercado, tornando-se bem sucedido em razão de determinados fatores, entre os quais se destacam: o desempenho do papel “enunciador autoritário e pedagógico” (linguagem), a posição privilegiada alcançada pelo veículo no mercado editorial (vendagem), a legitimação dos enunciados que veicula pelos leitores e demais veículos de comunicação (validação).

A atuação da Folha de S. Paulo pode ser descrita com base nestes fatores – linguagem, vendagem e validação. Entre os jornais diários, a Folha é o mais vendido no país. Sua posição no mercado permite desempenhar o papel de “enunciador autoritário e pedagógico”, produzindo enunciados que são considerados válidos pelos leitores e por outros veículos. Assim como outros veículos de grandes empresas de comunicação – Veja, O Estado de São Paulo, Rede Globo de televisão – a Folha de S. Paulo busca coloca-se numa posição

³⁰A EBC é uma empresa de comunicações pública, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Lei n. 11.652, art. 5º). Foi criada por meio da Medida Provisória n. 398, de 10/10/2007, convertida na Lei n. 11.652, de 07/04/2008. É gestora dos canais TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Radioagência Nacional e do sistema público de Rádio (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÕES, 2013)

de superioridade, na medida em que atribui pouca ou nenhuma importância para o que outros veículos concorrentes divulgam.

Uma das estratégias adotadas pela Folha refere-se à frequência com que o jornal constrói notícias apenas com base em declarações oficiais. Isto ocorre quando o SARESP é aplicado pela primeira vez, em 1996. No texto intitulado “Superprova avalia 1 milhão de alunos”, a Folha divulga alguns aspectos do exame, utilizando declarações oficiais como fonte principal: “A secretária estadual da Educação, Rose Neubauer, afirma que os testes não serão usados para confrontar o desempenho das escolas”. O objetivo, segundo Neubauer, não seria o de comparar escolas “como se fossem iguais”, mas sim “saber em quais disciplinas uma escola vai mal e tentar corrigir isso” (AGOSTINHO, 1996, p. 1).

A estratégia da Folha de S. Paulo, baseada na articulação dos fatores citados anteriormente: linguagem, vendagem e validação, pode ser verificada, por exemplo, por meio das constantes inserções (transcrições) de textos da Folha no Jornal da APEOESP. Isto ocorre, principalmente, no primeiro período pesquisado, nos números veiculados na década de 1990. Neste período, houve constantes inserções de textos da Folha de S. Paulo, tratando da política nacional e internacional, os quais utilizam uma linguagem excessivamente “política”. A frequência destas inserções indica uma intertextualidade relevante, na medida em que as análises políticas publicadas pela Folha de S. Paulo são consideradas válidas a ponto de serem reproduzidas no jornal do sindicato. Embora não seja este o foco do estudo em tela, é significativo o fato de todos os exemplares do ano de 1997, por exemplo, conterem textos da Folha de S. Paulo, escritos por diferentes autores diferentes: Aloysio Biondi, Janio de Freitas, Mário Sergio Cortella, Carlos Heitor Cony, Angeli, Fernando Rodrigues, Sérgio Penna Kehl, Gilberto Dimenstein, Clóvis Rossi, Fábio Konder Comparato, Miguel Jorge.

A inserção de textos da Folha de S. Paulo torna-se menos frequente nos últimos anos pesquisados, durante a década de 2010. Entretanto, isto não significa ter havido uma ruptura em relação às linhas editoriais adotadas pelos dois veículos no período final da pesquisa. Tampouco, significa ter havido maior proximidade entre as mesmas no período inicial. Uma explicação possível é o fato do Jornal da APEOESP utilizar os textos da Folha de S. Paulo que criticam o governo de FHC para validar suas próprias críticas. Ao fazer isto, acaba validando também os textos do outro jornal. O sindicato, então, opera no sentido de reconhecer o papel de enunciador autoritário e pedagógico da Folha de S. Paulo, admitindo a importância dos seus enunciados, tendo em vista seu reconhecimento (legitimidade) comercial e social. Portanto, ainda que possuam linhas editoriais distintas, o Jornal da APEOESP acaba

legitimando a Folha de S. Paulo. Do ponto deste último, as críticas ao governo não se constituem como a essência da sua linha editorial, mas o jornal também não se furta de exercer o papel de intérprete dos fatos, seja qual for sua posição política. Além disto, os textos inseridos no Jornal da APEOESP são crônicas e análises políticas escritas por colunistas da Folha de S. Paulo, aos quais é permitido produzir certo nível de distensão em relação à linha editorial institucional. Neste sentido, a Folha articula o fator linguagem, buscando estabilizar estrategicamente o exercício do seu papel enunciador autoritário e pedagógico.

Ainda sobre as inserções, verifica-se a circulação de determinado discurso presente no âmbito midiático, tendo em vista os pontos tangenciais entre a imprensa comercial e a imprensa sindical. Ainda que os textos do jornal da APEOESP sejam estruturados de outra forma, existem enunciados – como a necessidade da avaliação da educação – que são comuns aos veículos. Isto não significa que a posição política dos dois jornais seja a mesma, mas ambos compartilham, eventualmente, determinados discursos, ou seja, podem compartilhar certas estratégias de governo.

“Avaliação de rendimento escolar”, texto de Sandra Zákia Sousa, professora do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da USP, foi publicado pela Folha de S. Paulo, em 14 de maio de 1996. Representa um espaço de resistência dentro do jornal, embora, como supracitado, seja um texto assinado por uma especialista, que levanta questões não problematizadas pelo jornal. Os aspectos apontados por Sousa são um exemplo disto. Segundo ela, o “Sistema de Avaliação de Rendimento do Estado de São Paulo” distorce o sentido da avaliação, ao valorizar o desempenho dos alunos por meio de provas, com o objetivo de classificar os mesmos. Critica, também, o estímulo à competição (SOUSA, 1996, p. 2):

Estimulando a competição entre eles, tem se caracterizado como um ritual improdutivo para o aprimoramento do trabalho escolar, deixando de cumprir sua função eminentemente educacional. Ou seja, a avaliação é vivenciada com ênfase em sua finalidade classificatória e não em seu potencial de apoiar o encaminhamento e aprimoramento do trabalho escolar.

Em relação ao sucesso ou fracasso escolar, Sousa considera que esta questão não deveria ser colocada como “questão individual”. Trata-se, na verdade, de um efeito da política educacional implementada, a qual deveria ser contemplada na avaliação do sistema de ensino. A professora conclui afirmando que a avaliação é um importante instrumento político (SOUSA, 1996, p. 2):

Entendida como instrumento político, a avaliação tanto pode servir à democratização da educação como pode ser utilizada como instrumento de discriminação. Sua forma, seu conteúdo e o uso que se fizer de seus resultados podem servir a um ou outro propósito.

O texto de Sousa levanta, portanto, diversos pontos críticos sobre o SARESP, tornando visível uma posição de resistência. Em sua posição supostamente neutra, a Folha deixa que apareçam as resistências, o que não significa uma ameaça ao oficialismo (a tendência a dar voz aos atores oficiais) presente na maioria dos textos sobre o SARESP. As manifestações de resistência são parte constitutiva dos jogos de verdade. Elas comportam uma potencialidade de mudança, mas atuam no campo das táticas de governamentalidade, o que dificulta seu reconhecimento como discurso legítimo. Em outras palavras, um jornal comercial, como a Folha de S. Paulo, articula os discursos considerados verdadeiros com opiniões divergentes, as quais são apresentadas como opiniões individuais ou de grupos específicos. Além disto, as opiniões divergentes aparecem com menor frequência do que o discurso considerado verdadeiro. Portanto, não existem movimentos separados, há apenas um movimento que atua na legitimação/deslegitimação discursiva. Quando o jornal deixa aparecer certos discursos mas, sistematicamente, não problematiza as questões que divergem do que é considerado verdadeiro, isto contribui para a deslegitimação destes discursos (e para a legitimação do discurso “verdadeiro”).

Além das características apontadas sobre o contexto midiático, cabe mencionar que ao competir no mercado as empresas de comunicação brasileiras exercem um poder sobre os jornalistas, numa dimensão maior do que ocorre nos EUA. Principalmente, porque existe menos autonomia e não há consenso profissional sobre objetivos e métodos da profissão. A este respeito, Silvio Waisbord (1996, p. 100) considera que uma das características própria da constituição do jornalismo sul-americano diz respeito à indefinição de um consenso sobre o “papel da imprensa”.

No caso específico da Folha de S. Paulo, a discussão do papel político da imprensa passa por questões organizacionais e interesses comerciais. A reestruturação promovida pelo Diretor Otávio Frias Filho, em meados dos anos 1980, muito se distanciou de um *éthos* profissional que garantisse maior autonomia jornalística. De acordo com Afonso Albuquerque (1998, p. 22-24), a implantação do Projeto Folha foi, na realidade, uma guerra declarada aos jornalistas daquela empresa, instituindo de modo autoritário um novo padrão competitivo de jornal, que estava menos voltado à objetividade jornalística do que à implantação de estratégias comerciais eficientes.

As questões relativas ao papel da imprensa podem ser referidas a partir de duas perspectivas teóricas: a “manipulação editorial” e a “produção da notícia”. O problema com o primeiro deles é sua limitação em explicar como ocorre a manipulação, restringindo-se a abordar fatores “extrajornalísticos”, ao passo que valoriza a busca de uma imparcialidade, como uma questão moral e psicológica. Por sua vez, a produção da notícia procura superar estas limitações, valorizando o processo histórico e cultural em que o jornalismo e os jornalistas estão inseridos, discutindo a organização do trabalho, a cultura profissional e a relação dos fatores extrajornalísticos com a produção noticiosa, considerando a participação ativa dos sujeitos (ALBUQUERQUE, 1998, p. 24-25).

Dentre as abordagens teóricas existentes, a do *newsmaking* contribui especialmente à concepção política aqui adotada, pois compreende a notícia como uma construção social da realidade, isto é, os fatos e acontecimentos não se constituem independentemente da forma como os jornalistas os concebem no momento da produção da notícia. Esta perspectiva valoriza as “rotinas de produção”, as quais devem ser estudadas como elemento constituinte das notícias, o que demanda compreendê-las “como uma certa forma de conhecimento que se deriva dos métodos empregados pelos jornalistas para dar conta do acontecer social” (RAMÍREZ, 1997, p. 224). Desse modo, a elaboração da notícia nas redações dos grandes jornais perpassa as condições de trabalho dos sujeitos que as constroem. Existe não só uma cultura do jornalismo, como assinala Robert Darnton (2010, p. 76-109) como também um conjunto de rotinas de produção da notícia.

Na redação dos grandes jornais, as notícias não são elaboradas a partir do zero. Existe não só uma cultura do jornalismo, como indica Robert Darnton (2010, p. 76-109) como também rotinas de produção de notícias, indissociáveis dos mecanismos de governação/assujeitamento. Ao ponderar sobre o jornalismo comercial, Foucault (2005, p. 185) não acredita que a burguesia tenha interesse pela qualidade das políticas e pela qualidade política dos jornais e sim pelo poder, pelos mecanismos de controle e formulação das políticas, assim como pelos resultados financeiros dos jornais.

Para atender às demandas da industrialização do jornalismo, foram introduzidas nas redações eficientes instrumentos de racionalização. “É nesse contexto que a proposta de observância da objetividade jornalística vê-se absorvida pelos manuais de redação, convertendo-se em certo sentido em *norma de estilo*” (MELO, 2006, p. 43, itálico no original). Grandes empresas jornalísticas adotaram esta ferramenta e têm seus próprios manuais: “*The style book of The New York Times*”, “Manual de redação do Estado de São

Paulo”, “Manual da redação da Folha de S. Paulo”. Ainda assim, o máximo de rigor na comunicação dos fatos e acontecimentos não é capaz de garantir a objetividade. Clóvis Rossi, um dos integrantes do Conselho Editorial do Grupo Folha, chega a considerá-la um “mito”, importado dos padrões estadunidenses (ROSSI, 2007, p. 9). Por sua vez, a Folha de S. Paulo, em seu Manual da Redação, admite não haver objetividade no jornalismo. “Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”, (FOLHA DE S. PAULO, 2010, p. 46). Para Debora Lopez e Ivo Dittrich (2004, p. 4), “o mito jornalístico da objetividade, intensamente defendido pela escola americana de comunicação, deve ser posto de lado, levando-se em consideração que a total isenção na transmissão e construção da informação jornalística é inviável”.

Contudo, os veículos de comunicação têm proclamado cada vez mais a objetividade como sua principal meta. Segundo Rossi (2007), apenas os jornais de cunho ideológico ou partidário poderiam prescindir da objetividade e da neutralidade na publicação das notícias. Mas a objetividade pode ser pensada de outra forma, não apenas como negação da subjetividade, como propõe Nelson Traquina. Ela pode ser uma série de procedimentos que venham assegurar maior credibilidade às notícias e proteção aos jornalistas (2005, p. 139).

3.2 POLÍTICA E IMPRENSA COMERCIAL

Cada formação discursiva concorre para a construção da realidade: é o caso da correlação de força entre mídia e governo, sendo que ambas interessadas em atuar no cenário social, por meio do domínio da “tecnologia governamental moderna” (FOUCAULT, 2008a, p. 404). No cenário social, os atores precisam lidar com uma determinada realidade, isto é, com uma tecnologia de governo específica que faz parte das relações de poder existentes na sociedade. A relação entre mídia e governo também possui uma tecnologia de governo que está direcionada à construção e divulgação de discursos, com o propósito de serem assimilados e, tanto quanto possível, serem considerados verdadeiros e legítimos. De fato, o avanço tecnológico dos meios de comunicação contribuiu substancialmente para a consecução dos objetivos políticos, especialmente com o estreitamento da relação entre as duas áreas. Podemos dizer que a relação entre jornalismo e política produziu uma área de intersecção na qual os enunciados chegaram a constituir um discurso ambíguo, porém eficaz, derivado dos interesses comuns entre as duas formações discursivas.

O discurso político é um dos muitos que compõem a teia de relações das sociedades complexas contemporâneas, formadas também “por padrões de comportamentos socialmente definidos e aceitos, por variadas formas de interação que ganham visibilidade e forma por meio de dispositivos técnicos; dentre os quais se destacam os de comunicação” (GADINI, 2007, p. 80). Desta forma, a mídia e a política participam da construção da realidade social e compartilham o objetivo de atingir o maior público possível. Na medida em que buscam trabalhar em sintonia, as ressonâncias da tecnologia de governo recaem sobre os usuários dificilmente distinguidos entre receptores (diante das notícias) e cidadãos (diante das políticas). A ambiguidade torna, em certos momentos, difícil identificar quais são as táticas do jornalismo e quais são as estratégias políticas em jogo. As estratégias políticas, portanto, constituem-se como parte da realidade social compartilhada, visando conduzir a conduta dos receptores/cidadãos. Tendo isto em vista, os diversos discursos provenientes da política como formação discursiva terão papel preponderante sobre a leitura de mundo dos cidadãos. Os discursos políticos, todavia não determinam os rumos da política, pois outros discursos entram em cena na construção da realidade.

Na comunicação, o processo também não é unilateral, pois os receptores reconhecem a função da mídia e das notícias como aspectos importantes na construção da sociedade; é um “fenômeno social compartilhado”. Além disso, as notícias definem os acontecimentos segundo um estatuto próprio do jornalismo. Contudo, é imprescindível que a mídia leve em consideração as estratégias relacionadas à construção da credibilidade, para que venha a participar efetivamente do processo de construção da realidade social (ALSINA, 2009, p. 95). A notícia pode ser definida como uma negociação entre subjetividades, uma vez que o receptor precisa acreditar numa determinada interpretação dos fatos. Esta interpretação produzida pelo jornalista é a sua “proposta de interpretação da realidade” (ALSINA, 2009, p. 257). A credibilidade também precisa ser negociada no âmbito da política, razão que justifica, em certos momentos, o compartilhamento de uma tecnologia de governo.

Na área do jornalismo, acredita-se que a construção da credibilidade esteja ligada à objetividade das notícias. Para Sérgio Gadini (2007, p. 79), o “mito da objetividade” está relacionado ao viés tecnicista da própria formação do jornalista. Esta tendência resulta na valorização do discurso da objetividade jornalística, produzindo efeitos sobre a atuação dos profissionais da área. Na prática, afirmar que o jornalismo é pautado pela objetividade significa que existe um estatuto profissional capaz de relacionar a construção das notícias com

sua função comercial. Neste sentido, há um entrecruzamento de interesses expresso pelas táticas de construção da credibilidade e pelas táticas de construção objetiva das notícias.

A interpretação jornalística da realidade, expressa na forma de notícias, é produzida de modo a responder às demandas éticas da atividade profissional, às implicações da lógica de mercado e às dinâmicas das práticas discursivas. A objetividade torna-se, portanto, uma das principais estratégias da tecnologia de governo, transformando as notícias em dispositivos tecnológicos que passam a atuar nas formas como a realidade social é construída. Miquel Alsina (2009, p. 260) considera que ao distinguir fatos e opiniões, o jornalismo objetivo privilegia os acontecimentos, mostrando-os por meio de uma interpretação usual e legítima em determinado meio social – ainda que não exista uma interpretação universalmente válida, uma “verdade aceitável para todos”. O discurso da objetividade produz a dissociação entre fatos e opiniões, possibilitando a legitimação de interpretações baseadas em critérios objetivos. A opinião é considerada um aspecto subjetivo, de menor valor no processo de aproximação à verdade dos fatos. Neste sentido, o discurso jornalístico busca objetivar ao máximo a interpretação da realidade, tornando-se um discurso legítimo, porque passível de se crer.

O Jornal da APEOESP, embora não pretenda ser “neutro”, incorpora alguns pressupostos da objetividade. Este princípio, entretanto, funciona de modo diferenciado. Enquanto a Folha de S. Paulo constitui-se por meio de uma linha de produção de notícias colocadas à venda diariamente, o Jornal da APEOESP é um veículo de comunicação que visa integrar o sindicato e seus sócios. Sua função não é transmitir um retrato dos acontecimentos cotidianos, em geral, mas sim transmitir significados sobre as lutas da categoria docente e do sindicato. Estes significados são dados, em última análise, pela diretoria da instituição. A partir disto, seguem determinadas regras que definem o que, quem, como e por que as coisas são ditas.

O sindicato, por exemplo, não utiliza fontes oficiais (secretários da Educação, governadores etc.) para explicar políticas educacionais. As “vozes” oficiais, quando aparecem nos textos, expressam determinadas orientações políticas ou opiniões que são “do outro”, daquele que não pertence ao grupo que “dialoga” por meio do jornal. Isto não é mais que uma estratégia para assegurar a credibilidade do que é dito. É preciso construir um espírito de coletividade, uma vez que o papel mais relevante do jornal é garantir a reprodução do próprio sindicato. Para isto, é fundamental que os docentes/leitores acreditem no que é veiculado. Isto não significa que o sindicato busque a aceitação de todas as suas posições e lutas, o que está

em jogo é garantir a verdade expressa pelo espírito coletivo. Este é o valor que norteia a objetividade no Jornal da APEOESP. A valorização da luta coletiva integra o eixo dos valores que sustentam a relação sindicato/professores e é o que explica a diferença na formulação e circulação de enunciados entre este jornal e a Folha de S. Paulo.

Quando o Jornal da APEOESP critica a atribuição de cores às escolas, de acordo com seu desempenho, considera esta prática do governo como uma “brincadeira de mau gosto”, argumentando com base nos direitos das crianças e dos adolescentes, entre outras questões (SECRETARIA..., 2001, p. 6). Então, para alcançar a credibilidade, o jornal utiliza estratégias para desconstruir verdades que fundamentam certas políticas educacionais. Percebe-se que os padrões de objetividade são diferentes dos padrões da imprensa comercial, que dificilmente se disporia a formular críticas para defender interesses de parte da população.

A lógica da objetividade adotada pela Folha de S. Paulo não impede que se façam críticas, mas o movimento segue outra direção. Quando aborda a grave situação educacional do país, aponta para a situação de miséria de milhares de crianças. Esta análise crítica foi publicada no editorial do dia 10 de junho de 1998, logo após a divulgação dos resultados do SARESP, e indica o posicionamento político do jornal. Assim como publicado anteriormente, em outros textos, as medidas adotadas pelo governo paulista são apresentadas como soluções válidas para enfrentar o “desafio” que representa o “drama educacional brasileiro”. Entretanto, o jornal reconhece que “décadas de incúria com a educação e a miséria” não serão resolvidos somente com as iniciativas do governo. “Os graves danos educacionais” exigem que se dê prioridade não só às “exigências do ensino, mas também às condições materiais da população mais pobre”.

A Folha, neste editorial, realiza dois movimentos: 1) apresenta o problema educacional e indica que as políticas do governo de São Paulo têm procurado atenuá-lo; 2) considera a situação de miséria de milhares de crianças e aponta um problema decorrente disto: “não se pode pretender que elas [crianças] saiam da escola devidamente preparadas”. Mas o que não está dito – e que tem relevância no discurso da Folha – diz respeito ao significado desta “preparação”. Preparar para quê? O movimento realizado pelo jornal percorre este caminho: as “técnicas de mapeamento” (entre elas o SARESP) são uma demonstração de “empenho” dos governos em solucionar os problemas educacionais; as políticas educacionais paulistas não são problematizadas; as condições de miséria impedem que muitas crianças “saiam da escola devidamente preparadas”. Ainda que sejam considerados os aspectos sociais, ao contrário da maioria dos textos que tratam do

SARESP, não há indicações para resolver o problema da miséria, entretanto legitimam-se as políticas educacionais que “atenuam o problema”.

O jornalismo, como atividade profissional e comercial, possui um conjunto de saberes que tornam as notícias objetivas e, portanto, legítimas, reforçando seu papel como dispositivo tecnológico, o que inclui sua lucratividade e credibilidade. Ao problematizar a questão da objetividade, Miquel Alsina (2009, p. 251-257) aponta uma tendência contemporânea: a de tornar a imprensa uma intérprete legítima dos fatos e da realidade. Assim, as técnicas de construção de notícias tornaram-se responsáveis pela atribuição de valor a determinados fatos, ou seja, determinam a noticiabilidade a partir de critérios considerados imparciais, porque fundamentados numa técnica capaz de selecionar os acontecimentos públicos noticiáveis (ALSINA, 2009, p. 162).

No que diz respeito às políticas de educação, esta é uma área tornada de interesse tanto da população como dos governantes e do mercado. Assim, a educação constitui-se como um campo privilegiado para a execução das estratégias de exercício de poder sobre a população. Com base em Foucault (2008b, p. 143), podem-se analisar as políticas educacionais por meio da noção de governamentalidade, o que supõe uma concepção ampla de política. Deste modo, as estratégias de governo possuem uma interface com a Comunicação Social. Dois fenômenos recentes colaboraram para o estabelecimento de um campo híbrido de atuação política: as configurações relacionadas à figura do Estado-avaliador de um lado, e a revolução tecnológica de outro, disponibilizando um aparato inimaginável de ferramentas para a veiculação de informações e para a comunicação (PINA, 2007, p. 105). Por isso, mídia e política aproximam-se num campo de atuação marcado pela ambiguidade. Um efeito desta relação, apontado por Ana Pina (2007, p. 105), é a construção da ideia da “crise da escola”, entendida como instituição pública em relação direta com os desígnios das políticas públicas. Segundo a autora, a mídia influencia diretamente na elaboração das políticas públicas e por isso é imprescindível “desvelar o papel crescente dos meios de comunicação na produção do conhecimento comum sobre a educação” (PINA, 2007, p. 104). Pina preocupa-se com o fato deste conhecimento comum ser construído sem maiores critérios, permitindo que todos os atores sociais participem do debate sobre educação. O problema não seria o debate em si, mas a desconstrução do conhecimento científico e a sobrevalorização do conhecimento comum. Este seria o efeito do processo de espetacularização da política, o que não significa hierarquizar os saberes, mas sim constatar que existe um tipo de conhecimento mais extraordinário – e, portanto, mais valorizado como notícia.

Em relação à cobertura do SARESP pela Folha de S. Paulo, a questão da espetacularização está presente nos momentos de divulgação dos resultados. É com base nestes dados que a Folha elabora diversos enunciados vinculados ao discurso da performatividade. Na ocasião em que os dados do SARESP/96 são divulgados o jornal informa ter obtido acesso ao “Relatório Final dos Resultados da 1ª Aplicação”, “com exclusividade”. Além das médias de acertos, a Folha informa que a secretaria da educação elaborou uma “lista com as cem melhores escolas de 3ª série e das cem da 7ª série do diurno em todo o Estado”, também publicada no jornal. (ROSSETTI, 1996a, p. 1).

Um dos enunciados formulados nos textos da Folha de S. Paulo consiste em tratar como equivalentes o “desempenho” dos alunos e a “qualidade do ensino”. Isto é feito sem problematizar as possíveis limitações que uma avaliação pode apresentar como medida (única) de qualidade do ensino. Outro enunciado, presente também em diversos momentos posteriores diz respeito ao “pior desempenho dos alunos da capital”, ao qual se vincula considerações sobre o “melhor desempenho das escolas do interior”, atribuído à “participação dos pais na educação dos alunos”(ROSSETTI, 1996b, p. 3). Estas questões aparecem na Folha quando da divulgação dos resultados do SARESP e são partilhadas pela Secretaria de Educação. Em determinado momento, os enunciado já são considerados legítimos, como no lançamento do *site* para a “fiscalização” dos pais: “No último SARESP, em 1998, a maioria das 400 escolas mais bem avaliadas estavam em municípios pequenos, onde a participação dos pais, tradicionalmente, é maior” (GOIS, 2000, p. C1).

Em comum, tanto o jornal como o governo – em suas declarações – não problematizam as condições da rede de ensino que levaram aos resultados, considerados insatisfatórios. Apenas em relação à cidade de São Paulo são reconhecidas as deficiências da infraestrutura, atribuídas à administrações anteriores. A questão salarial, por exemplo, uma das grandes lutas dos professores, não é tratada. Assim como as desigualdades e uma série de questões sociais, que interferem diretamente na qualidade da educação – e que não podem ser resolvidas apenas no âmbito das políticas educacionais, exigindo uma política integrada por parte do governo.

O fato de os resultados terem sido divulgados com “exclusividade” na Folha de S. Paulo é um aspecto importante da relação política/imprensa. A questão que pode ser levantada diz respeito ao interesse que poderia ter o governo estadual em agir de tal modo. Ainda que o objetivo da pesquisa seja analisar o discurso constituído na Folha de S. Paulo, sem compará-lo com outro jornal comercial, a questão da exclusividade, representa uma

estratégia midiática da Folha, implicando relações de concorrência no âmbito da imprensa. Por isto, cabe uma rápida verificação.

Quando comparada com a cobertura dos resultados do SARESP realizada do jornal O Estado de S. Paulo, apenas quatro dias depois, percebe-se que um dos maiores concorrentes da Folha não deu o mesmo destaque ao fato. Pelo contrário, os resultados são apresentados em um texto sucinto, utilizando como fonte a secretária da Educação. O relatório com os resultados, utilizado pela Folha, não é mencionado. Não há chamada de capa, como ocorreu na Folha, o que representa menor importância atribuída à questão. Enquanto a Folha anuncia na capa a “reprovação” dos alunos de 7ª série, O Estado dá menor visibilidade à questão, indicando o “fraco desempenho escolar” demonstrado na avaliação. O texto d’O Estado de S. Paulo é mais objetivo, porque se atem aos resultados, porém apresenta (apenas) as interpretações do governo, por meio de declarações da secretária da Educação (AVALIAÇÃO..., 1996, p. 14). Sendo assim, a maior visibilidade aos resultados, incluindo a publicação do *ranking* (lista das cem melhores escolas estaduais) elaborado pela Secretaria da Educação, constitui um aspecto relevante à concessão de informações “exclusivas” para a Folha de S. Paulo. De fato, o que ocorreu foi uma antecipação da divulgação dos resultados, que são informações públicas e, portanto, não podem ser restringidas a determinados veículos de comunicação.

Levando em consideração a organização da sociedade industrial, os veículos de comunicação de massas – jornais, revistas, televisão, rádio, internet – são fundamentais à divulgação e materialização das táticas que visam conduzir as ações dos sujeitos. A imprensa, enquanto dispositivo de saber/poder, organiza e põe em circulação um conjunto de informações, participando efetivamente do processo de construção, partilha e legitimação dos discursos. Sua atuação vincula-se às estratégias de governamentalidade, dentro do amplo quadro de relações de poder que viabilizam as políticas públicas.

O jornalismo impresso, atuando como formação discursiva, possui técnicas e estratégias específicas, que funcionam como práticas discursivas inseridas em determinado regimes de verdade. Além disto, as práticas jornalísticas possuem uma interface com as estratégias de governo e com as práticas de assujeitamento. Portanto, o jornalismo fundamenta-se em saberes específicos, mas também compartilha saberes vinculados a outras formações discursivas, atuando também em meio às estratégias de governo. Com isto, pode-se afirmar que a reforma política neoliberal e os discursos gerencialistas são partilhados

entre diversos dispositivos de poder, sendo que o exercício de poder apoiado nestes princípios discursivos só é possível em função da dinâmica que movimenta o poder.

Autores como Gaye Tuchman (1972), Nelson Traquina (2005) e José Marques de Melo (2006) abordam a objetividade, percebendo-a como um elemento contraditório e ao mesmo tempo fundamental no jornalismo. Isso porque a cultura de massas forjou um ritual, um *background* (saber acumulado), para garantir a suposta neutralidade das notícias. Segundo Traquina, “a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (2005, p. 139).

Outro aspecto caro ao jornalismo, a noticiabilidade, significa o valor dos fatos a serem noticiados. De acordo com Luiz Costa Pereira Junior (2009, p. 21-24), o editor é o maior responsável pelas triagens que ocorrem nas redações dos jornais. Selecionar e produzir as notícias compreende dar-lhes atratividade capaz de seduzir o leitor em meio ao bombardeio de estímulos cotidianos. Nestes termos, a educação nem sempre despertou interesse editorial, como demonstrou Belarmino Cesar Guimarães da Costa (1993, p. 104), em estudo realizado no ano de 1992.

Contudo, as novas formas de avaliar a educação a partir da consolidação dos instrumentos como SAEB, Exame Nacional de Cursos e SARESP, passaram a oferecer material de grande noticiabilidade à imprensa. De acordo com Gladys Barreyro (2004), a divulgação de resultados, expressos por conceitos ou notas, revelou-se de grande “eficácia comunicativa”, colaborando para a viabilidade deste tipo de avaliação. Percebe-se, com isso, que a noticiabilidade dos resultados, tendo grande repercussão na cobertura jornalística do SARESP é uma das hipóteses da relação entre a imprensa e as estratégias de governo, a serem analisadas nesta pesquisa.

O conjunto de saberes da prática jornalística repercutiu na construção da realidade atual, em que a avaliação assume um papel disciplinador do corpo social, tanto no sentido de reproduzir verdades científicas quanto na produção de novos saberes sobre o objeto avaliado. Em razão disto, compreende-se que a cobertura jornalística do SARESP produziu efeitos de poder sobre a população. Assim, interessa desvelar o que é próprio do jornalismo em sua interface com o poder.

Na maior parte do tempo, a mídia utiliza o conhecimento comum para veicular um fato, tornando-o mais atraente ao público. No entanto, são raras as oportunidades em que

o conhecimento comum é problematizado efetivamente pela mídia. O mesmo ocorre com o conhecimento científico, que acaba sendo veiculado como verdade. Estrategicamente, a mídia utiliza a realidade socialmente construída como ponto de partida para apresentar interpretações “objetivamente” construídas. O processo de validação das notícias também pode apoiar-se no discurso científico, como se o jornalismo assumisse a função de traduzir a linguagem científica. Em ambos os casos, a mídia utiliza os conhecimentos como instrumentos para construir um mundo extraordinário e sedutor. Em outras palavras, a mídia atua por meio de estratégias de saber/poder. Isto ocorre quando os enunciados espetaculares são tornados legítimos por meio da utilização do discurso científico, embora este seja apresentado de forma descontextualizada e fragmentada. Deve-se levar em consideração que o objetivo imediato da mídia não é o de transformar a realidade, pois isto ocorre num processo mais amplo e complexo; seu interesse é atuar dentro de uma realidade socialmente construída, apresentando os acontecimentos como produtos competitivos no mercado da comunicação.

A espetacularização mediatizada atua por meio de práticas de assujeitamento, produzindo nos indivíduos o desejo de uma vida extraordinária. O efeito disto materializa-se de diversas formas no comportamento, nas relações sociais e nas relações de consumo. Trata-se, portanto, de um recurso poderoso quando utilizado para finalidades políticas, o que explica sua presença constante como tática de governamentalidade, ou seja, como instrumento estratégico para a legitimação dos discursos contidos nas políticas educacionais.

A veiculação espetacularizada da política pode ser definida conforme sua origem: a espetacularização pode ser deliberadamente planejada pelo governante ou pode ser o resultado das próprias rotinas de construção da notícia. De qualquer forma, a política cotidiana raramente torna-se pauta para a mídia. A vida cotidiana possui uma atmosfera *blasé*³¹, o que não significa ausência de dramaticidade, como lembra António Rubim (2002, p. 8). A política cotidiana, embora desperte menos interesse e não seja mediatizada, é ainda o cenário da ação política, isto é, da *encenação*. Esta forma específica de atuação no cenário político não ocorre apenas na vida mediatizada. A encenação é constante, e ocorre em função das interações entre os atores. Entretanto, a mídia busca mostrar os acontecimentos não cotidianos, as encenações mais extraordinárias possíveis. Por isso, a realidade apresentada pela mídia segue uma rotina, algo como uma estética midiática, compondo uma *mise en*

³¹ Que exprime indiferença pela novidade.

*scène*³² específica da cena política. Dessa forma, mesmo atividades cotidianas podem ser transformadas em notícia se apresentadas num contexto fora do comum. Depende do modo como a cena é construída e mostrada.

Segundo Mauro Wolf (2009, p. 196), existem rotinas para a produção das notícias, algo como uma linha de produção que permite acessar a realidade por meio de uma atividade rotineira e padronizada. Intuitivamente, os atores da política apropriam-se dos critérios de construção de notícias, especialmente para atuarem em conjunto com os jornalistas na construção da imagem da política. A capacidade de lidar com o aparato instrumental da mídia é um efeito das relações de poder e representa uma possibilidade de apropriação dos critérios a partir dos quais os acontecimentos cotidianos são comunicados, ou seja, a própria lógica da noticiabilidade (WOLF, 2009, p. 196). Em outras palavras, este é um processo estratégico da política para lidar com os procedimentos midiáticos. Ademais, em meio às relações sociais contemporâneas, a mídia está cada vez mais presente na construção da realidade social, e exige dos atores o desenvolvimento cada vez maior de habilidades comunicativas e publicitárias.

Considerando que nem tudo o que ocorre na esfera política é interessante à mídia, os atores políticos utilizam táticas de visibilidade, com a expectativa de atuar segundo a lógica da noticiabilidade. Cada vez mais está em jogo a valorização da imagem dos atores, o que está vinculado à mediatização da política. A exaltação da imagem e o apelo ao sensacionalismo repercutem de modo a tornar as práticas midiáticas mais próximas do processo de legitimação dos discursos políticos e da construção da credibilidade dos atores políticos. Esta justaposição das práticas discursivas midiáticas e políticas pode ser compreendida como uma espécie de *mise en scène*, isto é, uma atividade que extrapola a mera encenação, exigindo um complexo planejamento (RABIGER, 2007, p. 253). Este termo significa “colocar em cena”, e no sentido da discussão aqui proposta, é pertinente para descrever a disposição de estratégias no cenário social, a sobreposição de aspectos que podem vir a compor a imagem que representa a realidade social. Com isso, verifica-se que a relação mídia-política exige uma abordagem que leve em conta as práticas discursivas específicas e os saberes articulados na construção de notícias políticas (FARIAS, 2012b, p. 89).

³² Originalmente utilizado no teatro, o termo foi apropriado pelo cinema. A *mise en scène* é uma atribuição da equipe de direção, que corresponde ao conjunto de atividades cênicas necessárias como preparação para a realização da cena. Envolve um planejamento complexo, pois são muitos os recursos técnicos, tecnológicos e humanos envolvidos. Utiliza-se o termo para enfatizar um tipo de encenação que ocorre atrelada às condições e critérios técnicos. Segundo Michael Rabiger (2007, p. 196), *mise en scène* é “a combinação entre atuação, marcação de cena, posicionamento de câmera e edificação que produz a imagem dramática no filme”.

John Thompson (2005, p. 121) constata aspectos da relação entre os dois campos quando afirma que “graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido”. É necessário administrar a ampla visibilidade propiciada pela mídia como oportunidade para construir uma imagem junto aos potenciais eleitores, contudo Thompson adverte sobre os riscos envolvidos: a visibilidade pode se converter num novo tipo de fragilidade (THOMPSON, 2005, p. 126). Por isso, as estratégias que visam utilizar a mídia para manipular a construção da realidade não ocorrem unilateralmente, sem resistências, sendo mais apropriado considera-las como parte das relações de poder, ou seja, como um dos aspectos estratégicos das práticas de governo.

Walter Lippmann, em 1922, atribuiu à imprensa um papel preponderante no processo como os indivíduos percebiam e representavam o mundo. Segundo ele, as notícias fornecem aos leitores informações sobre o que ocorre em toda a parte, e isto lhes possibilita construir uma noção do mundo, ainda que baseada nas diversas versões dos fatos narradas pelos jornalistas. Supõe-se que a imprensa deveria apresentar ao público, diariamente, “uma imagem verdadeira do mundo exterior”, na qual todos estariam interessados (LIPPMANN, 2008, p. 275). A partir disso, conforme Lippmann, as pessoas constroem posições, opiniões sobre os mais variados assuntos e atuam na sociedade por meio de uma realidade mediada pela imprensa, e não de acordo com sua percepção individual dos fatos.

Atualmente, em decorrência do desenvolvimento midiático e sua difusão, percebe-se que os atores constroem e atuam no mundo não apenas em função das informações que recebem da mídia. A noção de opinião pública, como um grande consenso da sociedade, suscetível à manipulação, funciona como constructo ideológico, o que implica as críticas mencionadas anteriormente sobre a questão da ideologia. Enquanto a formação de uma opinião pública é pensada como dominação, em sentido descendente, a formação do discurso e seus efeitos são concebidos em função de uma rede de poder/saber. Além disto, o encadeamento das práticas discursivas não é formado apenas pelas informações da imprensa, mas pelos efeitos dos diversos dispositivos de poder que atuam na sociedade. A partir desta leitura, os meios de comunicação não são capazes de determinar a conduta da população por meio de falseamentos deliberados da realidade. Entretanto, a mídia participa das táticas de governo, junto com outros dispositivos, na medida em que utiliza estratégias específicas para tornar legítimo determinados discursos.

Os critérios de factualidade, objetividade e imparcialidade adotados na imprensa comercial, presentes, portanto, no modo de produção da Folha de S. Paulo, delimitam quais fatos serão noticiados, bem como a forma como os fatos devem “aparecer” no jornal. Esta estratégia permite que a Folha coloque-se como um veículo imparcial, uma vez que as notícias são construídas “objetivamente” a partir de fatos. Para que o tema avaliação da educação apareça nas páginas do jornal, é necessário que ele esteja ligado a algum acontecimento.

Na ocasião da primeira edição do SARESP, a Folha de S. Paulo realiza a cobertura do “fato” mantendo um enfoque favorável ao que foi chamado de “superprova”. Alguns aspectos críticos foram apontados, todavia, não foram problematizados pelo jornal: 1) a participação das redes municipais e da rede privada foi parcial; 2) a prova pode ter sido “fácil” demais. Caso estas questões fossem abordadas com maior profundidade, poderiam aparecer implicações (ou complicações) políticas. Do modo como os fatos foram abordados, com a “exclusão” da dimensão política da avaliação, evidencia-se a posição favorável da Folha. Isto porque o jornal noticia o fato, mas não fornece uma análise política. O mais próximo que chega disto diz respeito às declarações de “especialistas”. Quem analisa, portanto, são outros, não a Folha. A crítica aparece, mas o lugar de onde os sujeitos falam é devidamente situado, eles têm uma opinião técnica ou acadêmica sobre o tema. Cabe a eles, neste momento e neste espaço, fazer falar o contraditório. Os “especialistas”, segundo a Folha, acreditam que “a avaliação única, aplicada em toda a rede [...] não vai dar uma indicação da realidade do ensino em São Paulo”. Para a professora da Faculdade de Educação da USP, Sandra Zákia, “O que falta é priorizar a educação” (GASPAR; AGOSTINHO, 1996, p. 1). Declarações deste tipo aparecem como opiniões divergentes, embora sejam atribuídas aos atores sociais devidamente identificados. As opiniões parecem não fazer parte da cobertura do SARESP, uma vez que as críticas deveriam ser tratadas, elas mesmas, como acontecimentos. Se o fato, a realização do exame, constitui-se no jornal como um acontecimento, o mesmo não ocorre com o discurso crítico ou de resistência. O modo como as opiniões críticas aparecem, sem que sejam problematizadas, lhes dá poucas possibilidades para desconstruir a lógica empregada na cobertura do fato. São declarações avulsas, que seguem à deriva, sem qualquer tipo de intervenção ou comentário capaz de potencializar sua legitimação como críticas válidas.

Percebe-se que a Folha de S. Paulo, por meio de diferentes estratégias, como as apontadas acima, realiza a mediação da realidade. Apresenta o fato, porém, a partir de uma

determinada perspectiva. Apresenta opiniões divergentes, contudo, evita sua repercussão. Diante disto, pode-se compreender como o jornal utiliza a factualidade e a objetividade para construir significados sobre os fatos que noticia.

Ponderando sobre a perspectiva de Lippmann acerca da influência da imprensa na percepção que os sujeitos têm da realidade, Melvin Defleur e Sandra Ball-Rokeach (1993, p. 279-280) afirmam que os padrões de seletividade e de construção das notícias, assim como a factualidade e a objetividade constituem um conjunto meticuloso de filtros que confirmam a função de construtora de significado atribuída à mídia.

3.3 JORNALISMO DE INFORMAÇÃO SINDICAL

Um sindicato, como nós entendemos o termo, é uma associação contínua de assalariados com a finalidade de manter ou melhorar as condições de suas vidas de trabalho³³ (WEBB; WEBB, 1950, p. 1, tradução nossa).

O jornalismo possui especificidades, em função do público-alvo e da área de atuação. Uma de suas modalidades é o jornalismo sindical, cujos aspectos formais são distintos do modelo comercial/industrial. Em alguns pontos, o jornalismo sindical aproxima-se do jornalismo operário, sendo ambos direcionados à função de informar a classe trabalhadora. Um jornal desta natureza deve, portanto, considerar as qualidades distintas do seu público-alvo, a fim de “transmitir a notícia que reflete o mundo de quem irá ler esse jornal” (GIANNOTTI, 2004, p. 12). A preocupação maior, segundo Vito Giannotti (2004) é com a linguagem do jornal operário, com a compreensão do que está sendo veiculado. Percebe-se que existe uma assimetria entre enunciator (jornal) e enunciatário (leitor/trabalhador), que poderia equacionada por meio da assunção do papel pedagógico pelo primeiro. Entretanto, em muitos casos, o jornal sindical não apresenta uma assimetria tão expressiva, ou pelo menos ela ocorre em menor nível. O problema da linguagem, portanto, depende da escolarização média do segmento trabalhista representado por cada sindicato. No caso de um sindicato de professores (como a APEOESP), a linguagem pode representar um obstáculo menor, considerando a formação exigida formalmente para o exercício do magistério. Ainda assim, é preciso que os veículos, de modo geral, cumpram o papel pedagógico com relação às questões políticas, esclarecendo-as ao seu público-alvo.

³³No original: “A trade union, as we understand the term, is a continuous association of wage-earners for the purpose of maintaining or improving the conditions of their working lives”.

A autonomia do jornalismo sindical em relação ao jornalismo comercial deve ser ponderada, levando-se em conta que ambos constituem-se numa mesma configuração histórica e compartilham regimes de verdade, especialmente certos discursos provenientes dos campos da comunicação e da política. Vladimir Caleffi Araújo (2004, p. 20-21) aponta um exemplo desta situação: “Nas relações de poder e contrapoder que se estabelecem no interior das organizações sindicais, as equipes de redação encontram-se em desvantagem (geralmente em situação de grande dependência) em relação aos dirigentes”. Segundo o autor, as rotinas de produção de notícias na imprensa comercial constituem a própria profissionalização do jornalista, enquanto as rotinas de produção na imprensa sindical são marcadas pela dependência do jornalista em relação às fontes sindicais (dirigentes e militantes sindicais), que “constituem o núcleo informador desse jornalismo” (ARAÚJO, 2004, p. 17-18).

Esta situação cria uma tensão entre o modo de atuar dos sindicalistas e dos jornalistas, produzindo efeitos que caracterizam o próprio modo como o jornalismo sindical tem se constituído atualmente. Entretanto, as competências profissionais do jornalista são aspectos importantes nas relações de poder específicas do jornalismo sindical. De acordo com Araújo (2004, p. 24), esta modalidade de jornalismo apresenta cada vez mais possibilidades criativas, produzindo mudanças nas rotinas tradicionalmente instituídas:

Essa competência profissional constitui-se, portanto, em trunfo das redações, que dela tiram partido para resistir às pressões, estender seu espaço de liberdade jornalística e ampliar o controle sobre a produção da redação. O movimento crescente de profissionalização da informação sindical, a evolução dos meios e das técnicas de imprensa (surgimento de revistas de grande sofisticação editorial, informatização dos sistemas redacionais, criação de páginas na web propondo informações e serviços, produção de boletins eletrônicos, etc.) só fazem aumentar o caráter imprescindível de competências específicas.

Em meio aos conflitos e particularidades neste campo do jornalismo sindical cabe destacar outra questão importante, que diz respeito ao papel dos intelectuais responsáveis pela produção do jornal sindical. Foucault problematiza a função conscientizadora assumida pelos intelectuais, neste caso, uma função partilhada entre as lideranças sindicais e os jornalistas, afirmando que estes também fazem parte do sistema de poder. O fato é que as massas são capazes de saber e produzir conhecimentos sem a necessária mediação das lideranças. “Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber” (FOUCAULT, 2005, p.71). A preocupação de Foucault é a de lutar contra a ordem do saber e possibilitar a destruição do sistema de dominação, o que não significa lutar para uma “tomada de consciência” (2005, p. 71).

Assim como os meios de comunicação de massas, os jornais de cunho ideológico participam das estratégias de governamentalidade, ainda que seu campo de atuação seja tão complexo quanto a diversidade dos movimentos sociais e sindicais. Então, seria apropriado verificar qual o significado da diferença, independência e mesmo da liberdade supostamente atribuídas ao jornalismo sindical. Num campo dominado pelas lutas ideológicas, os indivíduos não elaboram os discursos apesar das condições em que estão inseridas. A crítica da realidade, no jornalismo sindical, é mediada pela visão de mundo dos representantes sindicais, o que significa imprimir certa perspectiva da realidade. Contudo, esta leitura da realidade não está desconectada de um contexto histórico e de um regime de verdade. Neste sentido, afirmar que um jornal sindical assume a luta pela liberdade indica também que esta luta só poderá se expressar por meio de um jogo discursivo historicamente situado. Segundo Thiago Fortes Ribas, a crítica à tradição só pode ser elaborada a partir das condições e dos instrumentos disponíveis historicamente. “Se flertamos com a possibilidade de sermos diferentes do que somos em face de algumas situações, isso não se dá porque alcançamos a liberdade em algum lugar não histórico” (RIBAS, 2009, p. 154-155). Em outros termos, um jornalismo diferente, que se opõe à dominação, deve recusar ser porta-voz da verdade, buscando estratégias que viabilizem desconstruir a legitimidade dos instrumentos discursivos de dominação.

O jornalismo sindical possui características, potencialidades e possibilidades interpretativas diferenciadas do jornalismo comercial e factual. Atribui-se ao jornal sindical uma função mais abrangente do que noticiar fatos, incluindo a análise e interpretação da situação política, o que exige romper com os critérios de objetividade e imparcialidade dos grandes veículos. As ideias discutidas neste tipo de jornal são constituídas a partir de um movimento coletivo e pretendem questionar e modificar a realidade. Por isso, este jornal é “uma forma de militância e tradução de preceitos políticos” (PENA, 2010, p. 172). A expressão da subjetividade, portanto, não deveria ser uma característica negativa neste tipo de jornal, ao contrário do que se verifica na imprensa comercial.

A questão da objetividade e imparcialidade tem uma dinâmica diferente num jornal sindical, como o Jornal da APEOESP. Embora, algumas vezes, um fato relacionado ao SARESP seja noticiado, há também momentos em que existe uma “oportunidade” de resistência fora da lógica adotada pela imprensa comercial. O Jornal da APEOESP não responde, necessariamente, aos fatos, pelo menos não da mesma forma como a Folha de S. Paulo responde. Mesmo porque estes jornais possuem características e objetivos diferentes.

Um dos principais pensadores a desenvolver uma teoria de imprensa revolucionária, que relaciona as funções da imprensa com as lutas proletárias, foi Antonio Gramsci. Em suas análises sobre a participação da cultura nos movimentos estruturais da sociedade, Gramsci descreveu a “hegemonia” como um movimento que busca equilibrar-se, “sem que a força suplante o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações” (2000, p. 95). Desta forma, a eficiência dos processos de dominação está ligada à força que certas ideias adquirem, considerando sua difusão, especialmente pelos meios de comunicação de massas.

A questão do conflito é central na filosofia da práxis, permeando todo o projeto revolucionário. Em relação ao jornalismo, devido à própria experiência neste campo de atuação, “Gramsci defendeu a participação da imprensa na formulação de um novo consenso, baseado na racionalidade dos valores universais comunistas” (FARIAS, 2012a, p. 1375). Segundo Nelson Traquina, a influência destas ideias podem ser encontradas nas “teorias de ação política”, que surgiram na década de 1970. Para estas teorias, o estudo das notícias deve levar em conta as “distorções” da realidade, produzidas em função dos “interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo” (TRAQUINA, 2005, p. 163).

Em suma, a filosofia da práxis discute “o conteúdo ideológico da imprensa” e, com isto, “destaca o problema da parcialidade das notícias e das informações, buscando, superá-lo por meio de um projeto revolucionário” (FARIAS, 2012a, p. 1375). Entretanto, é uma teoria direcionada ao “aprimoramento social baseado na ideia de progresso” (p. 1367), objetivo defendido com base no consenso sobre um conjunto de “verdades” revolucionárias. “Sua maior contribuição, contudo, está na análise do jornalismo como atividade eminentemente política, sujeita às relações de poder historicamente constituídas” (p. 1375).

3.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Um dos aspectos relacionados à imprensa é que sua atuação participa da construção social da realidade. Isto significa que o modo como os indivíduos concebem o mundo e atuam são mediados por um conjunto complexo de relações e de práticas discursivas, nas quais o dispositivo midiático cumpre um importante papel. Contudo, cada vez mais as práticas discursivas da imprensa constituem inter-relações com outros dispositivos, exigindo uma constante reorganização estratégica.

Em meio a esta dinâmica, contudo, os atores sociais não são apenas receptores, pelo contrário, ao expressarem suas experiências cotidianas por meio de enunciados, tornam-se simultaneamente produtores e participantes do que se denomina realidade.

Como resultado da expansão econômica, a imprensa desenvolveu novas técnicas para criticar, sem comprometer seus interesses comerciais. Além disto, para seduzir a população e conquistar os leitores (consumidores), novas estratégias foram estabelecidas, dentre as quais os critérios de imparcialidade. Isto significa que a imprensa assumiu o desafio de mostrar a realidade com a maior isenção possível – ou pelo menos, criou táticas para transmitir esta ideia.

Durante a implantação da reforma neoliberal, em meados dos anos 1980, a Folha de S. Paulo também passou por reformas estruturais, implantando um novo padrão competitivo de jornal, o que a fez distanciar-se de um padrão que viabilizasse a autonomia dos seus jornalistas. Com as mudanças ocorridas no cenário político e no âmbito dos grandes jornais comerciais, as características profissionais também são reorientadas, especialmente em função das rotinas de produção de notícias e a constituição de uma cultura das redações. Isto se dá ao mesmo tempo em que as práticas jornalísticas passam a ser conduzidas segundo as demandas da industrialização e massificação dos jornais, quando são introduzidas nas redações eficientes instrumentos de racionalização.

O avanço tecnológico contribuiu muito para o estreitamento das relações entre jornalismo e política, produzindo um campo de atuação de interesse recíproco. O discurso da objetividade resulta numa produção jornalística que rejeita as opiniões e as expressões de subjetividade, tornando legítimas as interpretações da realidade baseadas em critérios objetivos. Deste modo, o jornalismo passa a atuar como intérprete da realidade, na medida em que o discurso da objetividade atribui valor legitimado às notícias. Também os critérios de seleção das notícias são instrumentos considerados eficientes para determinar a noticiabilidade, isto é, o valor das notícias.

Diante disto, os novos instrumentos de avaliação, como o Exame Nacional de Cursos (Provão) e o SARESP tornam-se um material de grande noticiabilidade à imprensa, por conta da divulgação de resultados, expressos na forma de *rankings*. A noticiabilidade destes resultados, inclusive, representa um aspecto de como a imprensa tomou parte nas estratégias de governação, contribuindo para que o discurso do SARESP se tornasse aceitável pela população.

Outro aspecto da mídia convertido em práticas de assujeitamento diz respeito à espetacularização, pois atribui grande valor ao modo de vida e aos fatos extraordinários. Este poderoso recurso também é mobilizado como tática de governação, na medida em que possibilita a legitimação dos discursos contidos nas políticas educacionais.

Quando a imprensa atribui valor aos acontecimentos não cotidianos, entram em cena as estratégias dos atores para garantir a visibilidade. As táticas compõem uma espécie de estética midiática, ou *mise en scène* (encenação). Este é um exemplo de como as práticas discursivas se constituem no campo de intersecção entre mídia e política.

A formação da opinião pública, outra questão muito discutida na área da comunicação, é bastante utilizada como categoria explicativa, contudo, é possível argumentar com base na formação do discurso e de seus efeitos. Esta noção também é mais ampla, pois o discurso resulta do encadeamento de diversas práticas e exercícios de poder, de modo que não enfatiza as informações transmitidas pela mídia.

A partir do que foi discutido, percebe-se que o jornalismo pode apresentar especificidades, como é o caso do jornalismo sindical, entretanto, não é possível afirmar que esta seja uma atividade autônoma em relação ao jornalismo comercial. Ambos partilham regimes de verdade e aspectos da profissionalização. Diante disto, inclusive, os jornalistas que trabalham com veículos de informação sindical tem a possibilidade de romper com a dependência em relação às fontes sindicais verificada nas redações dos sindicatos. Outro fator específico do jornalismo de informação sindical é a menor intensidade com que os valores do jornalismo factual agem sobre a construção das notícias. Isto permite que se rompa com a lógica da objetividade, dando mais espaço às opiniões.

Foram discutidos alguns aspectos do pensamento de Gramsci, apresentando uma leitura sobre o papel político da imprensa, considerando sua participação na constituição da cultura. Contudo, a defesa do aprimoramento social está ligada às formas de pensar o mundo a partir dos aspectos da dominação estrutural e do discurso como manifestação ideológica. Há, portanto, um claro contraste com a forma de pensar as relações de poder e as práticas discursivas adotadas na pesquisa. Ainda assim, compreende-se que a contribuição do pensamento gramsciano à análise do jornalismo seja a sua caracterização como atividade política, sujeita às manifestações do poder.

4 GOVERNO DA EDUCAÇÃO: A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO

Esta seção aborda os aspectos dos programas de reforma do Estado que possibilitaram a instauração dos discursos gerencialistas, a partir da década de 1980. O objetivo, portanto, é discutir alguns aspectos decorrentes da instauração dos discursos gerencialistas que tornaram viável a implantação de políticas públicas vinculadas ao programa de reforma neoliberal.

É neste cenário que o papel do Estado é reconfigurado, bem como a relação deste com o mercado e a população. Os discursos gerencialistas produziram diversos efeitos no modo de governo, dentre os quais a implantação de instrumentos de regulação social, com o propósito de transportar para o setor público determinados valores típicos do mercado. É o caso da valorização da eficiência e da eficácia, que justificam certas práticas de controle por parte do Estado.

Diversas políticas de avaliação da educação foram implantadas dentro desta lógica, como por exemplo, exames aplicados em larga escala, que resultaram na formação de rankings, na liberalização do setor educacional e na responsabilização das escolas e dos indivíduos, possibilitando a instalação de uma cultura concorrencial nesta área. A partir desta discussão, são apresentados alguns aspectos ligados ao discurso que possibilitou a implantação do SARESP no estado de São Paulo.

4.1 A INSTAURAÇÃO DO DISCURSO DA REFORMA NEOLIBERAL

A polarização entre esquerda e direita, que vigorou no campo político com maior destaque até a década de 1970, começa a entrar em declínio a partir da década seguinte. O novo cenário configura-se, a partir de então, menos polarizado, porém mais heterogêneo do que no período anterior. As linhas divisórias entre os grupos tendem a tornarem-se menos definidas, o que não significa que tenham desaparecido as teorias, os discursos e as práticas dos grupos “de direita” ou “de esquerda”, nem os grupos ou correntes de pensamento mais ortodoxos – ou mesmo “radicais”. Dentre os fatos que contribuíram para esta mudança, dois foram especialmente importantes.

Em primeiro lugar, os programas de reforma do Estado conduzidos pelos governos do Reino Unido e dos Estados Unidos da América (EUA) durante a década de 1980 tornam-se referência para a elaboração de uma agenda política neoliberal que passa a informar

políticas públicas nacionais bem como programas de reforma no âmbito de organismos internacionais. De acordo com Newman e Clarke (2012, p. 354), os pressupostos da agenda neoliberal tiveram repercussão internacional:

Os pressupostos compartilhados de liberar as forças do mercado do controle do estado; liberar o consumidor da carga de impostos; e reduzir o tamanho, âmbito e custo do estado informaram todo um rol de governos nacionais e organizações internacionais ao longo deste período, frequentemente conceituado como neoliberalismo ou neoliberalização (itálicos no original).

Almerindo Afonso (1998, p. 105) afirma que as mudanças ocorridas nos países centrais, conduzidas pelos governos da “nova direita”³⁴ têm sua gênese na crise econômica dos anos 1970 (recessão, inflação, crise fiscal do Estado, desemprego) e ocorrem no contexto de críticas ao Estado-providência. Tanto o governo de Margaret Thatcher, no Reino Unido, como o governo de Ronald Reagan, nos EUA, visavam apoiar a acumulação capitalista, e neste contexto, a nova direita foi obrigada a usar a coação em detrimento da legitimação (WHITAKER, 1992, p. 35).

Em segundo lugar, a ordem mundial foi consideravelmente alterada com o declínio do império soviético e a queda do muro de Berlim, em 1989, a marcar o colapso da experiência do socialismo real. Carlos Alberto Regalo e Cesar Nunes (2009, p. 108) afirmam que, a partir destes acontecimentos, “o mundo passaria a viver uma Nova Ordem Internacional, chamada de Globalização”. Neste cenário, os antigos antagonismos da época da guerra fria são reposicionados, o que exige a rearticulação dos grupos e das diversas tendências políticas (socialistas, comunistas, anarquistas, sociais democratas, liberais, ultraliberais, conservadores etc.). Na última década do século XX, uma nova configuração social consolida-se, tendo como base estes dois movimentos: a dispersão global da agenda neoliberal e a renovação das estratégias discursivas de governação e de resistência.

No que diz respeito às tecnologias de governo e às estratégias de resistência, percebe-se uma nova configuração discursiva, resultado do processo de despolarização da arena política, antes definida, em termos gerais, entre direita e esquerda. Em função disto, os atores sociais encontram-se muito mais dispersos, numa rede de relações de poder tão mais complexa quanto ambígua. Dito de outro modo, o espaço político tornou-se mais permeável

³⁴ Denominação para o grupo heterogêneo, porém convergente no que diz respeito à implantação de um modelo híbrido de políticas neoconservadoras e neoliberais, além de atribuir importância à restauração da ordem social, como condição para o desenvolvimento econômico (AFONSO, 1998, p. 105-106).

aos valores da globalização econômica e, com isso, a disposição dos atores tornou-se mais flexível em termos políticos.

Certamente, existe muita ambiguidade em torno da concepção de “modernização”, o que se deve às distorções entre as práticas de governação e o discurso político, que explora as expectativas de melhoria das condições sociais. Esta ambiguidade, todavia, não é a única em meio às práticas discursivas. Muitas ideias têm sido reconvertidas e apropriadas pelo discurso gerencialistas. Por isso, chega-se mesmo a considerar esta “reconceptualização” de palavras-chave da política como um aspecto constitutivo – uma tática – do discurso reformista (LIMA, 1995, p. 53). É isto que ocorre com a noção de modernização que predomina nas políticas atuais, tendo em vista sua orientação segundo o discurso da capacidade reguladora do mercado. Segundo Lima (2011b, p. 132-133):

Diferentemente das décadas de 1960 e de 1970, em que as mitologias socialistas e autogestionárias concorriam com o liberalismo econômico e refreavam a fé depositada no mercado, atualmente resulta mais difícil encontrar alternativas credíveis. A crença nas capacidades reguladoras do mercado, na concorrência e na competitividade, nas ideologias meritocráticas e no sucesso, no racionalismo econômico, na empresa como sinônimo de organização, nos resultados quantificáveis, no controle da qualidade etc., é em boa parte sinônimo e significado essencial de modernização.

Esta reconceptualização efetuada no âmbito dos novos discursos e políticas de modernização torna problemática a “tentativa de desocultação das lógicas profundas que estão na sua base” (LIMA, 2011b, p. 139-140). Percebe-se que a necessidade de definir, de dar forma ao enunciado, assume um sentido estratégico, utilizado para desconstruir a racionalidade neoliberal e evidenciar as ambiguidades ou contradições do seu discurso.

As categorias “discurso” e “poder” tem grande relevância às teorias políticas, todavia, existem concepções diferentes sobre o modo de abordar estes temas. Decorre que a noção de resistência, tão importante quanto aquelas, assume dimensões consonantes às diversas teorias. Por isso, não se pode afirmar que as linhas teóricas críticas representam um grupo homogêneo. Há, entretanto, certos pontos em comum, certos aspectos políticos destacados por autores de correntes diferentes. É possível afirmar que a noção resistência seja um destes pontos de contato, ou melhor, que a ideia de resistência como algo positivo possibilite, em algum nível, o entrecruzamento de certas teorias.

O que se percebe é que grande parte dos autores críticos concentra esforços no embate “ideológico” por considerar imprescindível desocultar os aspectos que levam à reprodução da dominação. Esta noção, marxiana, da ideologia como “falsa consciência”

(DOHERTY, 2008, p. 203) é, fundamentalmente, o que justifica este embate de ideias conflitantes e que remetem às concepções de classes e de grupos sociais diversos e antagônicos. As críticas baseadas neste tipo de conflito têm como principais matrizes teóricas o materialismo dialético (em suas vertentes marxiana³⁵ e marxistas heterodoxas), o pensamento keynesiano (*Welfare State*³⁶), o pensamento libertário (englobando diversas correntes de inspiração anarquista) e algumas linhas do pensamento pós-estruturalista (também chamadas pós-modernas).

O embate ideológico é uma forma de resistência às políticas e práticas predatórias da globalização econômica, e esta resistência pode ser considerada um objetivo virtualmente consensual no âmbito das tendências teóricas críticas. Entretanto, existem outras formas de conceber a resistência e, neste sentido, é importante indagar sobre estas possibilidades de mudança da sociedade e também sobre as possibilidades de resistir para além do confronto ideológico.

Percorrer este caminho supõe enfrentar os desafios de realizar uma análise crítica que enfatize a desconstrução dos discursos a partir de uma epistemologia pluralista, que inclui pressupostos pós-estruturalistas (ou da pós-modernidade). Um dos desafios em empreender uma articulação teórica desta natureza está na desconfiança dos pós-modernos em relação aos princípios da modernidade.

Alguns aspectos deste conflito entre o pensamento da modernidade e da pós-modernidade podem ser apreendidos por meio da definição de Terry Eagleton (1997). Embora assuma uma posição contrária ao pensamento pós-moderno, o autor apresenta definições diferenciadas, que permitem estabelecer certos limites às designações pós-modernidade e pós-modernismo. A primeira seria “um período histórico específico”, descrita da seguinte forma (EAGLETON, 1997, p. 11):

A pós-modernidade é um estilo de pensamento que desconfia das noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, da ideia de progresso universal ou de emancipação, das estruturas isoladas, dos grandes relatos ou dos sistemas definitivos de explicação. Contra essas normas iluministas, considera o mundo como contingente, inexplicado, diverso, instável, indeterminado, um conjunto de culturas desunidas ou de interpretações que engendra um grau de ceticismo sobre a

³⁵ Pensamento marxiano, em referência específica ao pensamento de Karl Marx.

³⁶ Estado de Bem-Estar Social.

objetividade da verdade, a história e as normas, o dado das naturezas e a coerência das identidades (tradução nossa).³⁷

Já o pós-modernismo seria “uma forma da cultura contemporânea”, que teria – supostamente, segundo o autor – alguma relação com as mudanças históricas no Ocidente e o conseqüente aparecimento de uma “nova forma de capitalismo”. Com base nisto, Eagleton (1997, p. 12) descreve o pós-modernismo nos seguintes termos:

O pós-modernismo é um estilo de cultura que reflete algo desta mudança de época, em uma arte sem profundidade, descentrado, sem fundamentos, autorreflexivo, brincalhão, derivado, eclético, pluralista que rompe as fronteiras entre culturas “alta” e cultura “popular” tanto como entre a arte e a experiência cotidiana (tradução nossa)³⁸.

Normalmente, o termo pós-modernismo é utilizado de modo indiferenciado, como assumidamente faz o próprio Eagleton³⁹, devido à relação existente entre pensamento e cultura. No entanto, para uma reflexão acerca da desconstrução dos discursos da política educacional, a diferenciação dos termos é particularmente adequada. Isto porque a forma de pensamento da pós-modernidade teve uma importante contribuição para a dispersão do discurso neoliberal, especialmente durante o período de ascensão das políticas de reforma e “modernização” da sociedade. Há que se considerar que o neoliberalismo revelou-se muito mais pragmático e estratégico do que teórico – e, por isso, mais flexível, fragmentado e instável do que outras doutrinas políticas. Por isso, a identificação das práticas neoliberais com os princípios da pós-modernidade redundaria em estratégias que visam impor os interesses econômicos e fazer prevalecer os valores do mercado. Ao preconizar tais objetivos, o neoliberalismo revela sua ambigüidade, assumindo valores tanto da modernidade quanto da pós-modernidade. Além disto, no cenário atual, não há como ignorar a influência do discurso neoliberal e do seu pragmatismo sobre a constituição cultural e vice-versa, pois a cultura

³⁷ No original: “La posmodernidad es un estilo de pensamiento que desconfía de las nociones clásicas de verdad, razón, identidad y objetividad, de la idea de progreso universal o de emancipación, de las estructuras aisladas, de los grandes relatos o de los sistemas definitivos de explicación. Contra esas normas iluministas, considera el mundo como contingente, inexplicado, diverso, inestable, indeterminado, un conjunto de culturas desunidas o de interpretaciones que engendra un grado de escepticismo sobre la objetividad de la verdad, la historia y las normas, lo dado de las naturalezas y la coherencia de las identidades”.

³⁸ No original: “El posmodernismo es un estinlo de cultura que refleja algo de este cambio de época, en un arte sin profundidad, descentrado, sin fundamentos, autorreflexivo, juguetero, derivado, eclético, pluralista que rompe las fronteras entre cultura “alta” y cultura “popular” tanto como entre el arte y la experiencia cotidiana”.

³⁹ Segundo o autor: “Esta distinción entre posmodernismo y posmodernidad me parece útil, pero no la he respetado particularmente en este libro. He tendido a atenerme al término más familiar de “posmodernismo” para ocuparme de ambas cosas, dado que están claramente relacionadas” (EAGLETON, 1997, p. 12).

também é responsável pela manutenção deste discurso. Desta forma, as políticas e as práticas neoliberais tendem a confundir-se com a cultura e os valores do pós-modernismo.

É preciso reconhecer, entretanto, que as mudanças históricas recentes – especialmente a globalização econômica e o uso de novas tecnologias informacionais – não resultaram propriamente na consolidação do pós-modernismo como “a” cultura contemporânea, mas sim na construção de uma cultura híbrida, que se constitui na ambiguidade entre os valores da modernidade e da pós-modernidade. Convém destacar que a política é um cenário permeado pela cultura e, neste sentido, será também um território de ambivalências. O discurso político reflete este aspecto e, portanto, deve ser analisado como um conjunto de práticas híbridas – com efeitos igualmente ambíguos sobre a população, sobre a cultura e sobre os valores sociais.

A crítica de Eagleton à pós-modernidade guarda um tom de ironia – à semelhança da postura de Nietzsche em relação aos valores metafísicos. Com este espírito, Eagleton (1997, p. 51, tradução nossa) afirma: “Diferentemente da maioria dos pós-modernos, sou pluralista acerca do pós-modernismo, crendo de maneira pós-moderna que há diferentes narrações sobre o pós-modernismo, algumas das quais são consideravelmente menos positivas que outras”⁴⁰. Esta constatação revela, em princípio, haver uma pluralidade de perspectivas teóricas (narrações) inscritas no que se denomina pós-modernidade, mas indica algo mais importante do que a existência de aspectos “positivos” em algumas delas. Esta pluralidade revela também o quanto é problemático conceber o pensamento da pós-modernidade como um pensamento homogêneo, haja vista a existência de perspectivas menos dispostas a destruir certos valores e verdades estabelecidas. Sob este ponto de vista, é possível verificar a existência de grupos muito mais comprometidos com a preservação dos valores neoliberais do que com a sua desconstrução. Portanto, é necessário discutir se determinadas tendências da pós-modernidade não estão a deslegitimar certas “metateorias” (marxismo, social-democracia, anarquismo) enquanto outras são tornadas legítimas (neoliberalismo). É suposto que a idolatria ao mercado e a subordinação da cultura à globalização econômica são incompatíveis com o princípio que rejeita as metateorias, o que exige da pós-modernidade uma postura crítica também ao neoliberalismo.

Realizar esta crítica, entretanto, não significa como aponta Harvey (2001, p. 112) deslegitimar “toda a espécie de argumento”, até o ponto de nada restar como base de

⁴⁰ No original: “A diferencia de la mayoría de los posmodernos, soy pluralista acerca del posmodernismo, creyendo de manera posmoderna que hay diferentes narraciones sobre el posmodernismo, algunas de las cuales son considerablemente menos positivas que otras”.

ação. A pós-modernidade, se não for confundida com o discurso pragmático neoliberal, é potencialmente produtiva. Se algumas teorias optam pelo “silêncio político” ou pela “retórica”, como sugere Harvey (2001, p. 112), há que se reconhecer a potência de outras linhas de pensamento. Pós-modernidade, enfim, não é um convite à imobilidade, à passividade e ao egoísmo, nem uma condenação ao isolamento. Por outro lado, a modernidade não se resume somente à opressão. As relações sociais contemporâneas, como já mencionado, articulam-se entre os valores destas duas concepções. Se por um lado a modernidade foi capaz de criar sociedades fundadas em valores como cidadania e participação democrática – mas também no totalitarismo e na barbárie – a pós-modernidade torna possível perceber a subordinação do ser humano a determinados discursos e a certas verdades legitimadas e, por isso, não problematizadas. Existe, enfim, muita polêmica em torno da pós-modernidade, mas o objetivo – ao menos neste estudo – não é discutir o quadro geral do pensamento contemporâneo, mas indicar uma direção, dentro das inúmeras linhas teóricas, que possa balizar uma reflexão crítica e que forneça elementos para a análise político-epistemológica.

Um destes pontos de referência é a noção positiva de niilismo. Em Nietzsche, este conceito aparece atrelado à vontade, pois, levado às últimas consequências, o niilismo é uma força orientada para a ação. Não há, entretanto, um “fundamento ontológico” (VATTIMO, 1987) neste pensamento, mas sim a percepção de um processo de intensificação do niilismo que levará a transmutação dos valores, isto é, à destruição dos valores que negam ao ser humano a realização da vontade. Nietzsche (2011, p. 475) deixa claro sua posição ao afirmar:

Estimo o homem pela quantidade de potência e pela plenitude de sua vontade; e não conforme o enfraquecimento e a purificação da vontade; considero uma filosofia que ensina a negação da vontade como uma doutrina de aviltamento e de calúnia...

A desconstrução subjacente nesta afirmação demonstra ao mesmo tempo uma negação da resignação e da passividade. Por isso, a pós-modernidade, no que recupera o niilismo, segundo a proposta nietzschiana, não pode ser compreendida como uma teoria politicamente inerte, muito menos como ideologia de sustentação do neoliberalismo. Simplesmente porque não haveria sentido em desconstruir as verdades para deixar reinar o aviltamento e a calúnia do tempo presente.

Mas o que torna esta linha de pensamento singular, mesmo em face de muitas outras teorias consideradas pós-modernas, é o seu caráter antimetafísico, ou seja, não pretende

substituir uma verdade por outra verdade. É neste sentido que o pensamento da pós-modernidade, em sua vertente mais próxima da proposta nietzschiana, desconfia e desconstrói os fundamentos ontológicos e as metateorias. Por fim, cabe enfatizar que a atitude niilista é prenhe de efeitos sobre o mundo, mesmo porque é uma força potencialmente voltada para transmutação dos valores, como afirma Nietzsche (2011, p. 136):

Por que se impõe desde já a vinda do niilismo? Porque precisamente foram os valores, predominantes até o presente, que no niilismo alcançaram as últimas consequências; porque o niilismo é o último limite lógico dos grandes valores e de nosso ideal; porque precisamos transpor o niilismo para compreendermos o verdadeiro valor dos “valores” do passado... Não importa qual seja esse movimento, dia virá em que teremos necessidade de valores novos...

Na perspectiva de Michel Foucault (2011a, p.7), é muito difícil pensar numa resistência potencialmente transformadora sustentada pela noção de ideologia. Isto porque a ideologia “está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade” e, segundo ele, a questão mais importante é “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. Outro aspecto ligado à ideologia é a centralidade do sujeito, tomado como referência. Além disso, Foucault aponta a posição secundária atribuída à ideologia diante da infraestrutura, ou seja, as condições materiais da determinação econômica. Portanto, adverte ele, é preciso utilizar a noção de ideologia com certa precaução.

Uma importante questão na análise proposta por Foucault é a instauração de “regimes de verdade”, que estabelecem, em determinada sociedade, os critérios para dizer o que é válido e o que não é válido. No que concerne aos regimes de verdade, é importante notar a produção de efeitos do poder. “A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (Foucault, 2011a, p. 14). O “controle” sobre os indivíduos – a regulação da sociedade – é um efeito do poder, que opera, segundo Foucault (2011a, p. 80), não “pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”.

A relação poder/saber não é sinônimo de repressão apenas; é também uma força que instaura, produz, induz. O poder, portanto, não está localizado no aparelho do Estado, nem nas ideologias ligadas a ele, mas antes, está disseminado no corpo social, como explica Foucault (2011a, p. 8):

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz

coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Com base nisto, a noção de resistência está implicada nas relações de poder, o que significa que não há luta “contra um poder” localizado ou apropriado por certos indivíduos. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que “o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 2011a, p. 183). Portanto, o indivíduo, ele mesmo é um “efeito do poder” e ao mesmo tempo é seu “centro de transmissão”. Os indivíduos situam-se nas “malhas do poder”, onde não apenas circulam, “mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2011a, p. 183). Deve-se levar em conta que os indivíduos, antes de tudo, estão inseridos ativamente na rede de relações de poder que instaura certo tipo de “dominação” – que não pode ser pensada sem a participação dos indivíduos e, por isso, é mais apropriadamente concebida como *pratiques d’assujettissement* (práticas de assujeitamento) (FOUCAULT, 1994, 733).

É importante destacar que as resistências não são exteriores às relações subjacentes a um “regime de verdade”. Não há uma verdade da resistência, mas sim múltiplos processos: as resistências incorporam-se às práticas de assujeitamento e, por isso, não faz sentido pensar numa coerção total, tão eficiente a ponto de assegurar um consentimento universal – o consenso, como ideia, não resiste à materialidade, pois está sempre a ponto de ser rompido. De fato, o que torna o consenso uma impossibilidade, enquanto força mobilizadora de resistências, são os seus aspectos de violência e provisoriedade. Então, já não se pode pensar que determinada racionalidade seja capaz de instaurar uma adesão universal e duradoura em torno de um projeto de sociedade. Tampouco, pode-se pensar que a racionalidade da governação neoliberal não exija a utilização de diversas estratégias para manter-se como regime de verdade em meio às relações sociais contemporâneas.

A instauração de determinada racionalidade governamental e a legitimação dos seus discursos podem ser descritos com base na noção de “governamentalidade”, compreendida a partir da ideia de governo, ou governmento, porém mais direcionado às estratégias de governo da população. Segundo Foucault (2008b, p. 143), governamentalidade refere-se ao “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análise e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (FOUCAULT, A governamentalidade fundamenta-se nos saberes da economia política e atua por meio dos

dispositivos de segurança (técnicas políticas de controle, direcionadas às populações). Então, o governo atua a partir de uma complexa rede de relações de saber/poder, fazendo com que a sobrevivência e os limites do Estado só possam ser compreendidos pelas “táticas gerais da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 145).

Nesta perspectiva teórica, destacam-se três categorias especialmente úteis para abordar a questão da mudança na sociedade: 1) o poder não é uma investidura ou um local, mas um exercício; 2) as resistências estão implicadas nos efeitos do poder sobre os indivíduos e fazem parte das práticas de assujeitamento; 3) as táticas de governamentalidade correspondem ao governo da conduta, do comportamento, do modo de agir dos indivíduos e tendem a ser tanto mais eficazes quanto mais forem percebidas pela população como regulações necessárias ou mesmo inevitáveis à vida comunitária.

Outro aspecto importante diz respeito aos pressupostos do pensamento pós-estruturalista foucaultiano, que rejeita um modelo de ser humano preestabelecido, algo como um ideal humano filosoficamente instituído, e, assim, rejeita também a noção de uma consciência vulnerável, “que o poder viria se apoderar” (2011a, p. 148). De modo geral, estes fundamentos teóricos indicam, ainda que sucintamente, porque a análise do discurso formulada por Foucault não é uma teoria da ação – ao contrário, por exemplo, da teoria gramsciana, que é fundamentalmente prescritiva⁴¹. Não se trata de realizar uma discussão mais aprofundada em termos filosóficos, porém é necessário fundamentar a utilização de categorias provenientes de concepções teóricas distintas. Note-se que ao considerar os “mecanismos de sujeição”, Foucault não deixa de mencionar a sua relação com os “mecanismos de exploração e dominação”. Contudo, os mecanismos de sujeição “não constituem apenas o ‘terminal’ de mecanismos mais fundamentais. Eles mantêm relações complexas e circulares com outras formas” (FOUCAULT, 1995, p. 236). Além disso, no curso da história, predominaram três formas de luta (FOUCAULT, 1995, p. 235), que dizem respeito às três formas de dominação:

Geralmente, pode-se dizer que existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). Acredito que na história podemos encontrar

⁴¹ A teoria foucaultiana pode ser considerada pós-estruturalista, ou pós-modernista, especialmente por rejeitar uma essência do homem. Para uma discussão sobre a “destruição da ontologia”, proposta inicialmente por Nietzsche e sua relação com a filosofia de Heidegger, no âmbito da constituição de um pensamento pós-metafísico, ver Vattimo (1987).

muitos exemplos destes três tipos de lutas sociais, isoladas umas das outras ou misturadas entre si.

Estas questões dizem respeito ao enfrentamento, assumidamente necessário, às táticas de dominação produzidas pelo discurso da reforma neoliberal. Quando os críticos – cientistas, especialmente – apresentam uma leitura do contexto social a partir dos conflitos ideológicos, há que se considerar que esta leitura produz efeitos políticos. Trata-se de uma análise menos radical, considerando que está direcionada à construção ou defesa de outro discurso. A radicalidade da análise foucaultiana está, justamente, no fato de não apresentar o contraponto do discurso, uma vez que não se pode neutralizar a produção de efeitos de verdade. É preciso considerar que sempre haverá relações de poder e o enfrentamento corresponde às manifestações de resistência, exercida pelos próprios atores, no contexto das relações de poder. De qualquer forma, apesar das diferenças epistemológicas, algumas linhas de pensamento têm se cruzado no campo científico a demonstrar aspectos fundamentais da política, principalmente possibilidades de resistências contra a governação neoliberal. Isto tem levado, em certos casos, a elaboração de questionamentos mais aprofundados, quer sejam, mais radicais, e que não podem ser ignorados pelas correntes teóricas que criticam a modernidade.

4.2 A QUESTÃO DO CONSENSO

O termo consenso não possui uma única acepção, pelo contrário, seu uso possibilita uma reflexão, uma contextualização teórica. A seguir, são apresentados alguns aspectos desta discussão, que tem como objetivo destacar o caráter complexo deste conceito. Devido à abrangência do tema, optou-se por destacar a sua configuração como prática discursiva. Isto significa supor que o discurso do consenso possibilita determinadas práticas de poder e certos efeitos na sociedade. Chega-se com isso às noções de assujeitamento e governamento, que permitem analisar o consenso por meio dos seus efeitos.

O consenso é uma noção inextricavelmente ligada à política – considerada em sentido amplo e, portanto, englobando o que se refere às relações intraestatais, mas, principalmente, os aspectos presentes nas relações sociais em geral. Consenso pode ser definido como “uma opinião ou posição alcançada por um grupo como um todo”, ou ainda, como uma “concordância ou acordo geral”⁴² (PICKETT, 2009, não paginado). De modo

⁴² No original: “An opinion or position reached by a group as a whole. General agreement or accord”.

semelhante, o consenso pode ser pensado como a “concordância ou uniformidade de opiniões, pensamentos, sentimentos, crenças etc., da maioria ou da totalidade de membros de uma coletividade”; ou ainda, pode ser relacionado ao senso comum, denotando um “conjunto de opiniões, ideias e concepções que, prevalecendo em um determinado contexto social, se impõem como naturais e necessárias” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 527; 1729).

Embora dependa da vontade e das ações dos indivíduos, o consenso corresponde a uma disposição coletiva. Constitui-se a partir da convergência de ideias, operando sobre os indivíduos a ponto de produzir seu consentimento acerca de determinado modo de pensar. O consenso não supõe a anuência plena dos membros de um grupo, mas depende de um estado de espírito favorável, ao menos que possibilite produzir certos efeitos sobre a realidade.

O consenso representa uma visão coletiva do mundo e serve como parâmetro na definição das formas de ser e de formar o mundo. Nas sociedades complexas, os indivíduos podem participar de inúmeros consensos, de forma mais ou menos ativa. Do mesmo modo, diversos pontos de vista podem confrontar-se, resultando na ampliação, redução ou sobreposição de consensos. Em razão de sua dinâmica e complexidade, os consensos são disposições heterogêneas e não permanentes. Isto porque a opinião ou a posição de um grupo pode mudar em decorrência de inúmeros fatores. Além disso, a forma de pensar de um grupo não existe isoladamente, sendo atravessada constantemente por outras visões de mundo. Um consenso também muda sua forma, seu local e sua intensidade de atuação e isto depende dos níveis de adesão dos indivíduos. Uma visão compartilhada do mundo pode ter uma grande adesão e um forte impacto social num determinado período histórico. Em outro momento, esta forma de pensar pode virtualmente desaparecer. Ideias como o fascismo, o nazismo e o stalinismo constituíram-se, historicamente, como consensos, produzindo efeitos devastadores. Atualmente, os grupos que partilham estas ideias sofrem considerável aversão pela maioria das pessoas. Todavia, estas visões de mundo não desapareceram, visto que continuam produzindo efeitos. Portanto, ainda buscam ampliar o nível de adesão e conduzir as ações no sentido de um maior consenso.

Compreendido como disposição para a ação, o consenso não deve ser confundido com unanimidade, circunscrita a uma situação específica. Ademais, o consenso não representa necessariamente uma adesão total. Ao contrário, o consenso funciona por meio de princípios que regem as relações sociais, conduzindo à repartição de certos valores em determinada sociedade. Trata-se de uma atitude de consentimento, de anuência por parte dos

indivíduos, funcionando como um acordo expresso ou tácito pautado em regras gerais, consubstanciadas a partir de um quadro histórico, político e cultural comum.

Concordando, em linhas gerais, com a definição de consenso apresentada acima, Bobbio et al. (2008, p. 240) descrevem seu funcionamento da seguinte forma:

O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade. Se se considera a extensão virtual do Consenso, isto é, a variedade dos fenômenos em relação aos quais pode ou não haver acordo, e, por outro lado, a intensidade da adesão às diversas crenças, torna-se evidente que um Consenso total é um tanto improvável mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo Consenso tem um sentido relativo: mais que de existência ou falta de Consenso, dever-se-ia falar de graus de Consenso existentes em uma determinada sociedade ou subunidades. É evidente, além disso, que se deveria atender principalmente às questões relativamente mais importantes e não a aspectos de pormenor.

Do ponto de vista da teoria política, o consenso pode ser referido como um aspecto importante em teorias como o contratualismo e o constitucionalismo. No que se refere ao contratualismo, cabe destacar a existência de duas matrizes teóricas que concebem o contrato ou como “pacto de associação” entre indivíduos que decidem instaurar o estado social ou como “pacto de submissão”, que institui o poder político (BOBBIO et al, 2008, p. 279). Aparentemente, a concepção de contrato por associação exige maior grau de adesão – entre indivíduos livres –, enquanto o contrato por submissão exige maior subordinação – pelos indivíduos que não podem deixar de aceitá-lo. Todavia, os contratualistas concordam que o pacto social justifica a existência jurídica do Estado e a necessidade de estabelecer normas sociais baseadas no direito. Portanto, independente do tipo de contrato, as relações sociais e políticas não prescindem da existência de consensos.

Para o constitucionalismo, a ideia central é limitar o poder do Estado, fixando uma série de princípios jurídicos sob a forma de uma Constituição. Percebe-se que a racionalidade do direito é uma posição compartilhada por ambas as teorias e atua como consenso. No caso do constitucionalismo, esta racionalidade serve para tornar legítimo o funcionamento do aparato estatal e atribui legalidade às relações sociais que não contrariem os princípios constitucionais. Ainda que a racionalidade jurídica estabeleça critérios para o uso da força e da violência, o governo da população atua estrategicamente para garantir a legitimidade dos princípios (ou valores) consensualmente partilhados. Pode-se dizer que o Estado tem a função de administrar o consenso da sociedade, justificando, assim, sua existência, ao mesmo tempo em que medeia o entrecruzamento e os conflitos entre os

inúmeros consensos das subunidades sociais. Esta função tende a ser partilhada com a sociedade civil em configurações políticas baseadas no Bem-Estar Social, onde as políticas públicas visam estabelecer maior coesão social em torno do consenso da sociedade. Este consenso permanece ligado à racionalidade do direito, assim como ocorre nas democracias liberais, por meio do processo representativo. Segundo Bobbio et al (2008, p. 257-258),

Em um sistema representativo, teremos, portanto, um complexo processo de formação da vontade política que, partindo dos cidadãos, passa pelos partidos e pelas assembleias e culmina na ação do Governo, limitada pela lei constitucional. Resulta assim mais correto e útil definir estes sistemas políticos como sistemas constitucional-pluralistas.

No que foram mencionados diferentes consensos A partir do Conforme mencionado acima, existe uma racionalidade que acompanha a formação de consensos. Pelo menos no nível mais geral de consenso, denominado acima como consenso da sociedade, existe uma racionalidade que opera sobre o governo da população. Isto não significa que outros níveis de consensos, numa escala mais reduzida, não operem com base em racionalidades. Todavia, é preciso ter em mente que os pequenos consensos e aqueles que se constituem numa escala muito reduzida são de difícil apreensão, pois operam com menor regularidade. Assim como ocorre como o discurso, o que interessa estudar acerca dos consensos não é a sua configuração específica e unitária, mas sim os efeitos de diversos consensos, seu entrecruzamento e suas regularidades.

Pressupõe-se que os consensos são aspectos constituintes do dispositivo de governamentalidade e, neste sentido, colaboram para formar suas estratégias de ação. Isto implica estudar não uma única decisão, mas um conjunto de decisões que tenham dado origem a um conjunto de consensos. Esta rede de disposições de ação é que produz os efeitos específicos do dispositivo, segundo seu próprio regime de verdade. Numa escala mais ampliada, os dispositivos atuam em rede e o entrecruzamento de seus efeitos constitui um regime de verdade ampliado, compartilhado por toda sociedade. Os regimes de verdade operam segundo uma racionalidade, que é formada pela sobreposição de inúmeros efeitos de poder que compõem a teia de relações sociais.

Embora o consenso seja um conceito usual nos estudos da política, quando sua lógica de formação é invertida, quando sua constituição é pensada de baixo para cima, muda-se o foco da análise. Já não se pode pensar o poder como algo instituído pelos consensos, mas sim como algo que é exercido em rede. Já não se pode pensar, também, que os consensos são expressão de voluntarismo, uma vez que a circulação do poder instaura regimes de verdade.

São as estratégias de poder/saber que constituem toda a rede de consensos. Os consensos, portanto, funcionam como práticas discursivas, são constituídos pela relação saber/poder e podem ser estudados em sua dispersão, ou seja, pela descrição dos seus efeitos.

Dito de outra forma, não se trata de estudar as motivações ocultas em cada decisão individual para compreender como se estabelecem os microconsensos. Em termos de análise do discurso, trata-se de estudar o entrecruzamento dos diversos microconsensos e seus efeitos a fim de compreender como eles se relacionam e como vêm constituir certos regimes de verdade. Este é o processo utilizado na análise político-epistemológica, a partir da noção ampliada de política que, deslocada do estudo do campo de ação estritamente vinculado ao aparato estatal, engloba a rede de poder e os dispositivos que produzem efeitos políticos. Este tipo de análise coloca em evidência a produção/dispersão do saber/poder a fim de interrogar os elementos que vieram constituir o campo disciplinar da política. Como afirma Foucault (2008a, p. 106), “não se trata de arrancar do Estado o seu segredo, trata-se de passar para o lado de fora e interrogar o problema do Estado, de investigar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade”. A questão do consenso, portanto, também ganha outra perspectiva e, passando-se para o lado de fora, interroga-se sobre as possibilidades de formação de consensos – ou, mais adequadamente, sobre a formação de práticas de assujeitamento.

Do ponto de vista da filosofia da práxis, desenvolvida por Antonio Gramsci, o consenso está ligado à noção de dominação, o que permite falar em forjadura de consensos passivos. Segundo Gramsci, a dominação é produzida a partir da hegemonia, que corresponde à antinomia força-consenso, estabelecida dialeticamente. Para ele, o uso da força é justificado por meio do consenso da maioria, instaurado, dentre outras maneiras, pela manipulação da opinião pública. Trata-se de um consenso passivo que, em última análise, produz a conformação das classes subalternas às relações hierárquicas da sociedade burguesa (SCHLESENER, 2009, p. 81).

Consenso, entretanto, é uma noção controversa, na perspectiva foucaultiana, uma vez que tem sido utilizado para descrever a racionalidade interna do poder. Foucault (1995, p. 234) sugere uma “nova economia das relações de poder” que busque

esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias.

A noção de poder como exercício representa um deslocamento epistemológico, a partir do qual a questão do consenso precisa ser redimensionada. Foucault não considera o poder como algo que exista de forma concentrada ou distribuída, para ele “só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’” (1995, p. 242). Sendo assim, “o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre ‘parceiros’ individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros” (1995, p. 242). Decorre, portanto, que a relação constituída na formação de determinado consenso também é uma relação de poder. Se o consenso é compreendido como uma posição, uma opinião, uma concordância ou uma visão de mundo constituída nas relações entre os indivíduos – um pacto, em maiores ou menores proporções –, então, ele pode nortear as ações, mas não as determinam. O consenso, em si, é o efeito de uma relação de poder que estabelece uma probabilidade para as ações, é uma possibilidade e, como tal, deixa margens para outras ações possíveis. Sendo assim, uma relação de poder pode produzir uma posição, um direcionamento para a ação, mas não pode determinar outras relações de poder. Foucault (1995, p. 243) afirma a este respeito que

o poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso.

Em razão do funcionamento das relações de poder, a análise da política desloca-se do eixo dos processos de formação de consensos. Este deslocamento epistemológico coloca em evidência outros dois conceitos: as práticas de assujeitamento e as práticas de governo⁴³. Ambos estão imbricados e fazem parte do processo de conduzir condutas. As práticas de assujeitamento dizem respeito ao modo como o sujeito se constitui. Ao rejeitar a concepção de um sujeito soberano, universal, Foucault pensa num concepção mais autônoma, “através de práticas de liberação, de liberdade”, a partir “de um certo número de regras, de estilos, de convenções”, que dizem respeito a uma determinada cultura (FOUCAULT, 2006b, p. 291). As práticas de governo designam “a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

⁴³ O termo governo é utilizado na acepção dada por Alfredo Veiga-Neto (2002), conforme explicitado na seção 1, p. 18.

O processo de condução de condutas, que entra em foco ao invés do processo de formação de consensos, representa o compartilhamento ativo de um discurso. Nesta pesquisa, a ênfase são os discursos políticos, relacionados às práticas de governmentação, ainda que as práticas de assujeitamento estejam indissociavelmente presentes neste processo. Isto se deve ao fato do corpo do sujeito ser o local onde incidem os efeitos do discurso socialmente tornado válido. É justamente este discurso, constituído em certo regime de verdade, que deve ser diferenciado da noção de consenso.

Portanto, as relações de poder atravessam e constituem o sujeito, que participa ativamente do processo de subjetivação. O poder, então, não é uma força exterior que sujeita, ele não tem origem num acordo prévio, num conjunto de opiniões e posições mais ou menos aceitas de antemão e, deste modo, não se trata de um consentimento.

Em relação à “impressão do consenso”, cabe apontar algumas possibilidades para este “jogo” entre as palavras. A imprensa produz – imprime – o consenso: é o que poderia indicar o enunciado. Mas também, e ao mesmo tempo, sugere ser o consenso uma noção instável, incerta, imprecisa, ambígua, imprecisa, obscura. Esta desconfiança em relação à força e a permanência do consenso (o consenso seria apenas uma impressão?) é, justamente, a sensação que leva a identificar a ambiguidade do conceito. A partir disto, pode-se questionar: o consenso pode ser não mais que uma “impressão”?

Em sua crítica à linguagem, Friedrich Nietzsche buscava demonstrar que as palavras não possuem um sentido único e permanente. Por conta disto, o filósofo empregava as palavras – “psicologia”, por exemplo – de modo a revelar e realçar determinados significados, conforme a perspectiva adotada (MARTON, 1990, p. 67). Este é o caminho proposto para dar sentido(s) do termo “consenso”. Não por acaso ele encontra-se “em relação” com o termo “impressão”, conectando-o, de certa forma, à imprensa. Dentre os sentidos possíveis, considera-se que as palavras impressas nos jornais, apesar de funcionarem como registro dos fatos, documentam, ao mesmo tempo, acontecimentos discursivos. Resulta disto a compreensão de que a “realidade” impressa nos jornais – e lida nos jornais – não é “a” realidade. Por mais que as práticas jornalísticas busquem atingir o maior nível de imparcialidade possível, no fim das contas, o que a imprensa produz são interpretações. Mas isto não deveria ser um problema, seria uma ousadia produtiva, caso os profissionais da comunicação admitissem exercer a arte de interpretar a realidade.

4.3 A GOVERNAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Em decorrência da crise do capitalismo na década de 1970 e do processo de reconfiguração das relações políticas no cenário mundial, o discurso da insustentabilidade econômica do Estado Providência torna-se a força motriz que possibilita o surgimento e a consolidação, durante a década de 1980, de um modelo de governação pautado na atualização, quando não na radicalização, dos valores liberais. O modelo, que hoje se convencionou chamar neoliberal, sobretudo pelos seus críticos, foi definido a partir de práticas de governação assentes nos ideais de racionalização em prol da eficácia e eficiência da administração pública, na primazia do mercado em detrimento da esfera pública e na desconstrução dos marcos regulatórios democráticos, considerados obstáculos ao desenvolvimento pleno do capitalismo.

O termo “governação”, aqui utilizado, no sentido que lhe atribui Roger Dale (2005, p. 60), é uma referência a este novo modo de governar neoliberal, decorrente da “transformação no papel e no modo de agir do estado”. A ação do Estado, segundo Dale (2005, p. 63), pode ser agora dimensionada a partir de um modelo de “governação pluriescalar”, em que as combinações entre atividades e instituições de governação podem ocorrer em diferentes escalas. O adjetivo “pluriescalar” foi utilizado por Dale para indicar a complexidade envolvida na governação, isto é, “a possibilidade de todas as combinações de actividades e actores poderem ser realizadas a qualquer nível e não apenas no nacional” (DALE, 2005, p. 63). Sua interpretação vem reforçar a tese de que não há um enfraquecimento do Estado, mas sim uma fragmentação e dispersão das atividades e das responsabilidades antes concentradas na burocracia estatal.

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 247) já analisara as novas disposições políticas, considerando as complexas alterações nas relações entre Estado, mercado e sociedade. Em relação ao Estado, afirma: “No nível da estratégia de acumulação, é mais forte do que nunca, na medida em que passa a competir ao Estado a gerir e a legitimar no espaço nacional as exigências do capitalismo global”. As articulações em torno da nova regulação social constituem-se num campo político mais ampliado e também mais fragmentado e heterogêneo, como indica Santos (2001, p. 264):

Esta nova organização política não tem centro e a coordenação do Estado funciona como imaginação de centro. A regulação social que emerge desta nova forma política é muito mais ampla e férrea que a regulação protagonizada pelo Estado no período anterior, mas como é também muito mais fragmentada e heterogênea, quer quanto às suas fontes, quer quanto à sua lógica, é facilmente dissimulada como desregulação social. Aliás, boa parte da nova regulação social ocorre por subcontratação política com diferentes grupos e agentes em competição, veiculando diferentes concepções dos bens públicos e do interesse geral.

Percebe-se, então, que neste novo cenário político o Estado perde a centralidade na execução das políticas públicas. Isto porque as forças de regulação social encontram-se dispersas. Estas forças, que antes convergiam notadamente ao núcleo do governo estatal antes de serem reconvertidas em políticas públicas, organizam-se agora em redes de convergência muito mais flexíveis, mantidas não mais por estruturas estáveis, mas por estratégias de composição e recomposição permanente do exercício do poder, o que demonstra a lógica instável das relações subjacentes ao modelo de governação neoliberal. Para utilizar uma metáfora, a despeito de ser este um recurso controverso, o governo vinha atuando como uma grande central de distribuição de energia. Agora, o fornecimento foi descentralizado e o Estado opera no controle da regulação de diferentes fluxos de produção locais.

O Estado, portanto, não deixa de operar, mas seu papel muda. Segundo a definição de Dale (2005, p. 56), o Estado já não ocupa mais o mesmo espaço ocupado no “período áureo do pós-guerra” e, por isso é um Estado “ectópico”, ou seja, que está fora do lugar. Este processo de mudança, ainda segundo Dale, apresenta dois importantes aspectos: o Estado deixa de “fazer tudo” e assume a meta-regulação, isto é, torna-se “coordenador da coordenação”; além disso, a governação engloba atividades que extrapolam o nível nacional, haja vista que as “soluções”⁴⁴ para os problemas críticos são elaboradas a partir de novas relações em escala global. E, de fato, nenhum estado pode considerar-se imune aos efeitos da globalização econômica, que é sobretudo política, especialmente considerando a participação dos próprios estados como ativos agentes da globalização (DALE, 2005, p. 56-57). Todas as transformações que estão em curso nos diversos países, em termos de reforma política, visando à reconfiguração do Estado, envolvem uma autorregulação regulada, ou “*regulated self-regulation*” (BALL, 2010a, p. 155). Ou, o que Gerry Stoker (2004, p. 166) chama de “*constrained discretion*” (discricionariedade restringida).

De modo geral, a governação tem conduzido a importantes alterações sociais e culturais, devido ao que Bauman chama “formas mais soltas de organização” (BAUMAN, 2001, p. 177). As relações são profundamente afetadas pela instabilidade causada pela desregulação e privatização do espaço público (BAUMAN, 2001, p. 157). A instabilidade do sistema econômico, atrelada às demandas por flexibilidade do setor produtivo, repercute na esfera das relações sociais, em todos os níveis, acelerando a transformação cultural. Estes

⁴⁴A questão da construção de “soluções” envolve a articulação entre saberes e poderes, segundo Licínio Lima (2011, p. 137).

indicativos visam produzir uma nova ordem sociocultural e, conseqüentemente, novas estratégias, tão flexíveis quanto mais eficazes, para enfrentar as dinâmicas liquefeitas da governação, entranhando-se em todas as esferas da vida. Ao descrever o poder e suas táticas de fuga, Bauman indica como a lógica empresarial moderno-líquida é uma lógica de desresponsabilização para com as conseqüências humanas da globalização (2001, p. 19):

As principais técnicas do poder são agora a fuga, a astúcia, o desvio e a evitação, a efetiva rejeição de qualquer confinamento territorial, com os complicados corolários de construção e manutenção da ordem, e com a responsabilidade pelas conseqüências de tudo, bem como com a necessidade de arcar com os custos.

Conseqüentemente, a responsabilidade política dos atores fragmenta-se e tende a diluir-se à medida que as redes de convergência tornam-se mais complexas (BAUMAN, 2001). A noção de governação é particularmente adequada para definir esta disposição de forças, como descrito acima.

Este modelo de governação corresponde, em sua essência e como apontou Pierre Bourdieu (1998, p. 136), à tentativa obstinada de converter a utopia neoliberal, articulada “entre a lógica propriamente económica, baseada na concorrência e portadora de eficácia, e a e lógica social, submetida à regra da equidade” em práticas políticas que expressam a verdade “empiricamente comprovada”, ainda que assentes numa teoria “dessocializada” e “des-historicizada”. Ainda sobre este aspecto, Bourdieu é contundente em sua crítica, afirmando que “em nome desse programa científico de conhecimento, convertido em *programa político* de acção, leva-se a cabo um imenso trabalho político”, tornando possível, a qualquer custo, o funcionamento da teoria, na forma de um “*programa de destruição metódica dos colectivos*” (1998, p. 137, itálico no original).

As práticas de governação gerencialistas, de modo geral, resultam do processo de reconfiguração do cenário político em nível mundial. A reconfiguração das relações políticas está assente no novo ordenamento, que pode ser identificado por meio dos aspectos convergentes do discurso gerencialista que fundamentam este processo. Estes discursos podem ser definidos segundo a noção de “agenda neoliberal de governação” (DALE, 2005, p. 59). Muitas estratégias derivadas do discurso gerencialista são verificadas em diversos países, contudo, as reformas não ocorreram nem ocorrem da mesma forma em todos os lugares. Existem, certamente, pressões, características económicas e políticas específicas em diversos países, assim como resistências de diversos níveis.

O discurso gerencialista, normalmente, ignora estas especificidades, pois as demandas da globalização econômica pressionam para a adoção de soluções padrão, como se fosse possível transpor um modelo político de uma realidade a outra. Esta tendência é verificada em texto da Folha de S. Paulo, baseado no Relatório dos resultados do SARESP, que aponta um conjunto de medidas padrão a serem adotadas: “a melhoria da qualidade de ensino será atingida com a ampliação da jornada do aluno e do professor, a introdução de coordenadores pedagógicos nas escolas e o apoio, pelo governo, aos docentes, com capacitação, materiais e orientação metodológica” (ROSSETTI, 1996b, p. 3).

Analisando o contexto macro, percebe-se que a difusão da crença neste tipo de solução é uma característica do discurso gerencialista. Por exemplo, numa entrevista concedida à revista *Veja*, Margaret Thatcher (1994, p. 8) defendeu que a solução política para países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, estaria na adoção de medidas liberalizantes, como as que ela própria introduzira, durante seu governo na Grã-Bretanha:

Parece-me bem claro que o Brasil não teve ainda um bom governo, capaz de atuar com base em princípios, na defesa da liberdade, sob o império da lei e com administração profissional. Bastaria um período assim, acompanhado da verdadeira liberdade empresarial, para que o país se tornasse realmente próspero.

Sobre esta relação entre mercado e Estado, Bruno Jobert (1989, p. 386) considera que o neoliberalismo está a importar as “receitas” de gestão do setor privado:

Paradoxalmente, um dos principais usos do neoliberalismo tem sido esta importação para o setor público das normas e das receitas privadas de gestão. O neoliberalismo não é uma doutrina revitalizada decorrente de ativistas da indústria privada, é sim um novo conjunto de argumentos de uma elite dominante dentro do estado (tradução nossa).

Existem, entretanto, noções que vão em sentido oposto ao discurso gerencialista. A ideia de uma globalização contra-hegemônica, de acordo com Santos (2005), embora seja concebida no âmbito da relação entre sociedade e Estado, cumpre o papel de manter em circulação o discurso de que é possível outro tipo de globalização. Há também diversos movimentos de resistência que não estão necessariamente ligados ao Estado, o que demonstra que a resistência é um aspecto indissociável das relações de poder, manifestando-se também como efeito do discurso da globalização.

O discurso da resistência aos efeitos das políticas neoliberais é perceptível no movimento sindical, em meio às manifestações em defesa da escola pública de qualidade.

Num manifesto contra a repressão e perseguição política aos professores pelo governo do estado, publicado no Jornal da APEOESP e assinado por diversas entidades sindicais, esta resistência é evidenciada (MANIFESTO..., 2002, p. 5):

O governo estadual, porém, ignorou a luta dos trabalhadores em Educação e preferiu insistir na política de desmonte da escola pública com municipalização do ensino, mudança da grade curricular, fechamento de salas e períodos e sistemas de avaliação externa (Saresp). Além disso, adota uma política de bônus e gratificações que destrói a carreira do Magistério. Ou seja, um governo que tem a preocupação de atender às exigências do FMI e do Banco Mundial, cortando verbas e reduzindo gastos, com claras intenções de promover a privatização da escola pública.

O teor do manifesto denuncia as práticas gerencialistas adotadas pelo governo. Para compreender a dimensão global assumida por tais práticas, cabe apontar alguns aspectos relacionados à emergência do gerencialismo. A expressão *Managerial State* (Estado Gerencial), cunhada por Newman e Clarke (2012), busca definir um conjunto de transformações culturais e políticas que se desenvolveram na Grã-Bretanha, nas décadas de 1980 e 1990. A configuração deste novo cenário foi impulsionada pelas políticas liberalizantes adotadas primeiramente por Margaret Thatcher e, em seguida, por John Major, ambos primeiros-ministros, pelo Partido Conservador. Ainda que Newman e Clarke analisem especificamente o contexto britânico, apontam que a mesma lógica esteve presente nas transformações introduzidas pelos governos de Ronald Reagan, nos EUA, pelos governos neozelandeses, na década de 1980 e pelo governo Pinochet, no Chile, na década de 1970.

Neste sentido, David Dill (1998, p. 361) menciona outras designações relacionadas às práticas de governo neoliberais: “*managerialism*” (gerencialismo), “*new public management*” (novo gerenciamento público) e “*Evaluative State*” (Estado Avaliador).

Guy Neave (1988, p. 21-22), ao analisar as tendências no ensino superior no final da década de 1980, argumenta que o “Estado Avaliador” (*Evaluative State*) surgiu como uma forma de pressão no contexto da reforma do ensino superior na Europa Ocidental, reforma esta orientada para a expansão e massificação do setor. Este processo foi apressado por fatores conjunturais, sendo os mais imediatos: “conveniência financeira, mudança econômica, a necessidade de mobilizar recursos humanos não apenas no nível nacional, mas também internacional”. O fato é que esta expansão, impulsionada, em grande parte pelos interesses do mercado, causou uma desestabilização na organização pública do ensino superior, originando “um sistema global de tal complexidade que as formas históricas de controle, estabelecimento de metas e ajuste à mudança” eram considerados incapazes de atender às novas demandas “com suficiente rapidez ou precisão”.

Diante disto, as funções do Estado foram redirecionadas para assegurar a dinâmica expansionista do emergente mercado da educação. Para o discurso neoliberal, a liberalização do setor representava a mais eficiente forma de expansão e, para assegurar este processo, os mecanismos de regulação da educação deveriam tornar-se mais flexíveis. As definições do problema e de sua solução consistiam em parte dos efeitos das práticas de governação neoliberal e exigiam a participação de um Estado orientado pelos princípios gerencialistas. Como resultado, o excesso de normatizações passa a ser considerado um obstáculo ao crescimento econômico. Isto possibilitou uma reconfiguração na atuação estatal, baseada em mecanismos de regulação considerados mais eficientes, o que justificaria maior controle dos resultados. Esta nova disposição política passa a ser referido criticamente como “Estado Avaliador” e, desta forma, viria efetivamente contribuir ao processo de ajuste dos sistemas educacionais da Europa Ocidental à educação superior de massas.

O “padrão de alcançar resultados mensuráveis”, típico das empresas capitalistas, tem sido aplicado também a muitos serviços governamentais. No âmbito da educação, percebe-se que os crescentes esforços para aplicar este padrão às instituições educacionais foram acompanhados de efeitos diversos, dentre as quais novas formas de resistência.

Percebe-se um movimento de resistência, especialmente nos textos do Jornal da APEOESP analisados. Como já mencionado, a resistência constituiu-se por enunciados formados a partir dos seguintes movimentos: difuso, crítico-operacional, crítico incidental e estratégico.

Uma ação mais articulada de resistência por parte da APEOESP foi iniciada no momento em que o SARESP foi aplicado pela primeira vez. Como uma estratégia coletivamente construída, segundo o Jornal da APEOESP de maio de 1996, o Sindicato propôs “avaliar a situação do ensino público e a política do governo”. Foi elaborado um questionário e enviado a todas as escolas da rede de ensino do estado, para ser respondido por pais, alunos e professores. O jornal informa que são sete os quesitos que constituem o questionário: 1) infra-estrutura; 2) recursos didáticos; 3) recursos humanos e valorização profissional; 4) segurança, administração, limpeza e conservação; 5) merenda escolar; 6) democracia e participação da comunidade; 7) política educacional do governo. A proposta consistia em divulgar os resultados desta avaliação para a imprensa, como uma resposta dos professores diante da “compulsão por avaliar alunos e professores” demonstrada pela Secretaria da Educação (COMUNIDADE..., 1996, p. 4). Fica claro que o Sindicato

compreende a avaliação como uma atividade mais complexa do que aquela instituída pelo governo, questionando especialmente os critérios de avaliação utilizados no SARESP. Compreende-se, esta manifestação como um movimento de resistência crítico-operacional.

Após a primeira aplicação do SARESP, no contexto das práticas de resistências, expressa de modo difuso, os textos do Jornal da APEOESP informam sobre discussões acerca da “avaliação educacional”. Embora estivessem mais relacionados à avaliação realizada em sala de aula, pelo professor, não se pode afirmar que a questão da política de avaliação da rede de ensino não estivesse vinculada a esta discussão. Mesmo em virtude de esta política ser um dado recente no cotidiano dos professores e em função das preocupações da categoria ainda estarem ligadas aos aspectos metodológicos do SARESP. Críticas acerca do uso político dos resultados da avaliação, entre outras, só aparecem posteriormente no jornal. É bom lembrar que durante a década de 1990, um dos grandes objetivos do Banco Mundial, ao financiar projetos educacionais nos estados brasileiros, é o de formar uma “cultura de avaliação”, como aponta Livia De Tommasi (2007, p. 214).

Em 1998 o governo paulista implanta os “ciclos” na rede estadual de ensino (que correspondem à 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série). A APEOESP inclui esta política entre as “inovações” introduzidas pela Secretaria da Educação, juntamente com a avaliação externa. De fato, para o Sindicato a política de ciclos será combatida pela forma como foi implantada. Na Folha de S. Paulo, contudo, os ciclos são apresentados como a solução ao problema da repetência, que, por sua vez prejudica os indicadores de qualidade, leia-se, os resultados do SARESP. Este enunciado é frequente nos textos da Folha: alunos mais velhos (repetentes) têm pior desempenho no SARESP. As críticas de “especialistas”, publicadas pela Folha, apontam que deve haver um rigoroso “sistema de avaliação” e um processo de recuperação, caso contrário, a medida não seria mais que uma aprovação automática. Enfatiza-se, com isto a necessidade de haver uma avaliação externa. Mas a Folha não problematiza o modelo adotado pelo governo. Com relação ao Jornal da APEOESP, as críticas deixam de ser direcionadas ao SARESP, em função da implantação de medidas vinculadas a ele, como é o caso dos ciclos.

Em 2001, sob a justificativa de se avaliar a política de ciclos, a Secretaria da Educação altera o objetivo do SARESP, tornando-o um “indicador essencial para promoção do aluno” (SÃO PAULO, 2001). O Jornal da APEOESP considera que esta mudança “desqualifica” a escola pública. A crítica deixa de ser o SARESP como parâmetro de

desempenho das políticas públicas, logo, é legitimado enquanto tal. Este movimento consiste de uma resistência crítico incidental. Ele abrange também as críticas à política de bônus, que está presente numa série de textos do ano de 2008, especialmente. Também faz parte deste movimento de resistência a utilização dos resultados do SARESP como argumento crítico contra a secretária Maria Helena Guimarães de Castro. De acordo com o Jornal da APEOESP, a adoção de materiais didáticos (que viriam a ser as apostilas do Currículo Oficial do Estado de São Paulo) seria uma forma de melhorar “os péssimos índices apresentados pelos alunos nas avaliações como o Saresp e o Enem” (PROFESSORES..., 2008, p. 6).

Como efeito da introdução do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), o movimento percebido no Jornal da APEOESP caminha em direção à resistência estratégica, buscando resultados políticos por meio da mobilização dos professores. Em editorial de dezembro de 2010, o jornal afirma (EDITORIAL..., 2010, P. 3):

O governo estadual fez da avaliação uma prioridade – não no sentido de identificar problemas e atuar para resolvê-los –, mas com a finalidade de rotular “bons” e “maus” professores e, assim, instituir medidas que apenas criam divisões na categoria e aprofundam as deficiências

E, em seguida, anunciam que a greve deve ser a única alternativa para combater as condições impostas pelo governo.

Na mesma edição do jornal, o Sindicato afirma que “os processos avaliatórios promovidos pelo governo do PSDB têm a marca da exclusão” (POR UMA AVALIAÇÃO..., 2010, P. 7). E, em seguida, informa que sobre a ação judicial movida pela APEOESP contra o SARESP. Aqui, vê-se a consolidação do movimento de resistência estratégica. Trata-se de uma ação em defesa dos interesses dos professores, já que os resultados do SARESP afetam o pagamento do bônus. De acordo com o texto: “a APEOESP está ingressando com ação coletiva para a anulação do SARESP, em função das irregularidades constatadas” (APEOESP..., 2010, P. 9). Percebe-se que a resistência distanciou-se da crítica ao modelo e aos efeitos da avaliação, concentrando-se, neste momento, na garantia da realização em conformidade do SARESP.

Com base nestes movimentos percebidos nas páginas dos jornais, constata-se que as mudanças decorrentes da nova organização política e econômica refletem-se, indubitavelmente, sobre amplos segmentos da vida social. No que diz respeito à educação, chega-se mesmo a considerar o período atual como um “capitalismo acadêmico” (LIMA, 2012, p. 51). Em virtude da subordinação às agendas do Estado, em seu novo arranjo, à mercê

dos interesses privados, a educação pode tornar-se objeto de intervenção de técnicos capazes de redirecionar as atividades educativas aos moldes de mera prestação de serviços (LIMA, 2012, p. 51). Licínio Lima tece uma crítica à situação em que se encontra a educação no mundo atual, diante da disseminação de valores como a modernização, a competitividade, a eficiência, o empreendedorismo, a utilidade econômica, a formação vocacional e para a vida, o individualismo, a tecnocracia (LIMA, 2012).

No âmbito das políticas educacionais contemporâneas, a avaliação alcançou centralidade, em decorrência da agenda de interesses econômicos que tem sido o fator a preponderar sobre a elaboração e implantação de políticas sociais, em nível global. Por conta disso, a contextualização histórico-política torna-se indispensável às análises educacionais sobre avaliação. Aos pesquisadores cabe considerar as mudanças nos mecanismos de regulação social que ocorrem paralelamente à implantação dos atuais programas educacionais e suas sistemáticas avaliativas (LIMA, 2012, p. 91). Isto significa que a avaliação é uma atividade política, inserida num contexto histórico específico. Neste sentido, a cultura gestonária que passou a predominar sobre a organização estatal em meados da década de 1980 fez emergir a figura do “Estado avaliador” e estas transformações são decisivas para a configuração de um novo padrão avaliativo, construído a partir de indicadores de performance (AFONSO, 2000, p. 49-50).

A performatividade atrelada aos critérios e práticas gerencialistas privilegia a medida do desempenho por meio que questões quantificáveis. Este processo, torna mais fácil e mais objetiva a atividade de avaliação, mas não tem impacto suficiente na mudança de atitude, segundo Stephen Ball (2010b, p. 47):

As exigências da medida privilegiam objetivos no plano dos conteúdos cognitivos e dos desempenhos, isto é, tudo, o que for transformável em itens e em questões objetiváveis e, melhor ainda, quantificáveis. Em contrapartida, a avaliação de objetivos globais, como a criatividade, a coerência, a colaboração, o estilo de liderança etc., exigiria instrumentos muito complexos e sofisticados, que produziram apenas estimativas muito discutíveis. Restringir-se aos objetivos facilmente avaliáveis obrigaria, portanto, a limitar a avaliação aos aspectos mais convencionais da escola, os quais, sabemos, têm somente um impacto limitado na mudança de atitudes e de práticas.

A metáfora da companhia ferroviária, utilizada por Ball (2010b, p. 47) esclarece adequadamente o alcance limitado dos efeitos da performatividade, na visão dos seus críticos:

a maneira pela qual a performatividade pode facilmente se tornar totalmente divorciada do sentido da prestação do serviço é dramaticamente demonstrada por uma companhia ferroviária britânica que, em diversas ocasiões, passa sem parar por estações em que deveria parar, para assegurar que seus trens cheguem ao seu destino na hora marcada.

O discurso gerencialista não problematiza a dimensão política das questões sociais, nem a falta de participação política. A participação, quando defendida como um de seus princípios, é despoliticada, centrada em aspectos técnicos. Na visão gerencialista, não existe possibilidade de descentralizar as decisões políticas – para uma aproximação à democracia direta – pois o mundo globalizado é complexo demais para que esta seja uma questão a ser considerada. Deste modo, ao deslegitimar tendências políticas de radicalização democrática, o discurso gerencialista atua no processo de legitimação de ações em outro sentido, para a mitigação da democracia.

Considerar a avaliação como atividade tecnicamente neutra tem implicações que não podem ser desprezadas. A política de avaliação de resultados pode “despoliticar a ação política”, devido à obsessão pela “decisão ótima”, baseada no “cálculo racional”. A avaliação da educação é transformada num “complexo sistema de expertise”, de regras periciais, que “transcende a legitimidade, os saberes e as capacidades dos atores escolares”. Segundo o postulado da “Nova Gestão Pública”, a avaliação é transformada num “instrumento de governação e numa técnica de gestão”. Os atores passam ao papel de objetos, “executantes amplamente subordinados” (LIMA, 2011c, p. 75-76).

Verifica-se a ampliação do papel do mercado como instância definidora dos objetivos sociais e políticos da administração pública, bem como o redimensionamento do papel dos cidadãos, que passam a atuar prioritariamente como consumidores, num modelo de sociedade que Jacques Rancière aponta ser uma democracia despoliticada (RANCIÈRE, 2014, p. 116-117).

Com relação ao discurso da performatividade e sua veiculação na imprensa, destacam-se enunciados de “inovação”, percebidos nos textos analisados da Folha de S. Paulo e que dizem respeito aos casos de sucesso. São descrições de escolas que obtiveram bom desempenho no SARESP, muitas delas sem as condições necessárias de infraestrutura, mas que revelaram outras possibilidades para superar suas dificuldades. Dedicção dos professores, envolvimento dos pais e projetos inovadores para despertar o interesse dos alunos estão entre os fatores mais citados.

4.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

A partir da década de 1980, as reformas de orientação neoliberal produziram um novo quadro de valores e princípios políticos. Estes discursos tornaram-se preponderantes e vieram consubstanciar as práticas de governação neoliberais. Neste contexto, a globalização da economia assume nova dimensão, produzindo narrativas de legitimação da agenda política modernizadora.

Este processo resultou na instauração do discurso neoliberal e na consequente configuração do modo de atuação dos governos de diversos países. Ainda que as estratégias de sustentação da reforma do Estado não tenham sido homogêneas, percebe-se uma grande difusão dos princípios gerenciais, que gradualmente passam a ser legitimados como referências para a definição e a resolução dos problemas políticos.

O gerencialismo assume uma posição de destaque no cenário político, imprimindo aos organismos da administração pública o caráter pragmático próprio da administração privada. Aliado às demandas da economia globalizada, definidas segundo a agenda neoliberal de reformas, os discursos gerencialistas exercem uma função estratégica na reconfiguração das relações entre o aparato estatal, o mercado e a população.

Em meio às práticas de governação neoliberal, os discursos gerencialistas atuam também sobre as práticas de assujeitamento, possibilitando mudanças em diversas esferas da sociedade. Isto permite a implantação de políticas públicas especificamente vinculadas às estratégias neoliberais, o que resulta ademais na constituição de um novo enfoque para os mecanismos de regulação social.

Como evidência disto, destaca-se a emergência do Estado Avaliador, que representa a nova função do Estado como instituição legitimadora das políticas públicas, exercida por meio da avaliação de resultados. Neste contexto, as políticas de avaliação da educação ganham centralidade, uma vez que possibilitam atribuir à educação características de um produto, suscetível às leis específicas da administração privada.

5 ANÁLISE DOS TEXTOS DOS JORNAIS

Os textos selecionados da Folha de S. Paulo e do Jornal da APEOESP compreendem aqueles em que o SARESP é mencionado. A seguir, são apresentados os conjuntos de textos, conforme a classificação dos enunciados que neles aparecem. Por meio desta classificação, são identificados determinados aspectos do “regime de verdade”, que funcionam como estatuto à existência de certos enunciados ligados às políticas educacionais. Por meio da análise dos textos são descritas certas práticas de cada um dos veículos de comunicação. Algumas destas práticas elas são mais recorrentes na Folha de S. Paulo, outras, no Jornal da APEOESP. Entretanto, o conjunto destas práticas enunciativas, de modo geral, participam da constituição de certos discursos sobre o SARESP, discursos estes que participam do “regime de verdade” da política de avaliação da educação.

Alguns conceitos básicos para a realização da análise são: “enunciado”, “regime de verdade”, “discurso” e “sistema de formação”. Retomando estes conceitos, enunciado corresponde à “função” relacionada a um conjunto de signos, que aparecem em determinado momento histórico. O regime de verdade funciona como um estatuto ao aparecimento dos enunciados. Discurso refere-se ao conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de formação, que por sua vez, diz respeito a um setor da rede de relações sociais, neste caso, situado na inter-relação política/imprensa.

Para a classificação dos enunciados presentes nos textos selecionados, foram utilizados os descritores: divulgação, resultados, opinião, resistência, discurso oficial, inovação. Ao ser apresentada a classificação destes enunciados, os descritores são utilizados de forma abreviada, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Abreviações dos descritores utilizados na classificação dos enunciados.

DIV	Divulgação
RES	Resultados
OPN	Opinião
RST	Resistência
DIS	Discurso oficial
INV	Inovações

5.1 DISCURSO DA PERFORMATIVIDADE

O discurso da performatividade compreende um conjunto de enunciados constituídos na relação política/imprensa, que aparecem nos textos dos jornais e estão relacionados à valorização dos critérios de eficiência e de inovação, na perspectiva das práticas gerencialistas. Estes dois critérios encontram-se imbricados, todavia, são apresentados separadamente para efeitos didáticos.

Os enunciados referentes à eficiência dizem respeito à valorização dos resultados e das performances (desempenhos) individuais e institucionais e ao estímulo à competitividade. Os enunciados referentes à inovação dizem respeito à valorização e divulgação de práticas e de modelos estratégicos para a obtenção de determinados padrões de eficiência estabelecidos.

Com base no *corpus* da Folha de S. Paulo, verificou-se que 238 textos mencionam o SARESP e apresentam enunciados cuja função é a de valorização da eficiência. São 204 textos do gênero reportagem e 34 do gênero opinião. Estes enunciados estão relacionados, basicamente, a três descritores: divulgação (DIV), resultados (RES) e discurso oficial (DIS). Os textos que apresentam esta função estão relacionados na Tabela 1 e na Tabela 2.

Tabela 1 – Textos selecionados do gênero “reportagem” publicados na Folha de S. Paulo que mencionam o SARESP com enunciados referentes à eficiência.

DATA	TÍTULO	AUTOR	DESCRITOR
17/8/1995	O que será feito na rede de ensino	Fernando Rossetti	DIV
23/4/1996	Exame avalia ensino paulista	Não assinado	DIV
23/4/1996	Escolas municipais estão fora	Victor Agostinho Da reportagem local	DIV DIS
23/4/1996	Superprova avalia 1 milhão de alunos	Victor Agostinho Da reportagem local	DIV DIS
23/4/1996	Colégio vai dar ponto ‘positivo’ a participante	Da reportagem local	DIV
23/4/1996	Exame conta com 28 colégios particulares	Da reportagem local	DIV
24/4/1996	Alunos consideram ‘superprova’ fácil	Malu Gaspar Victor Agostinho Da reportagem local	DIV RST
29/4/1996	Alunos fazem “provão” em SP	Da reportagem local	DIV
29/5/1996	Aluno erra mais quando tem que interpretar	Malu Gaspar Da reportagem local	DIV RES
29/5/1996	Os maiores erros	Não assinado	DIV RES
27/9/1996	Exame “reprova” alunos da 7ª série da rede estadual de SP	Não assinado	DIV RES

27/9/1996	Avaliação reprova 7ª série estadual	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES
27/9/1996	Melhores escolas de SP estão no interior	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES DIS
27/9/1996	Avaliação é a maior já feita no Estado de SP	Da reportagem local	DIV RES DIS
27/9/1996	Índice do ABC supera média	Da reportagem local	DIV RES
27/9/1996	Para secretária, resultado é 'muito bom'	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES DIS
27/9/1996	Ensino pago obtém nota igual na 3ª série	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES DIS
27/9/1996	Escola 'individual' faz sucesso	Vagner Magalhães Da Folha Nordeste	DIV RES INV
27/9/1996	Jales aposta em peças de teatro como incentivo	Lucina Constantino Da Folha Norte	DIV RES DIS INV
27/9/1996	'Campeãs' da capital têm perfis opostos	Larissa Purvinini Da reportagem local	DIV RES
27/9/1996	Escola tem receita para bom desempenho	Larissa Purvinni Da reportagem local	DIV RES
27/9/1996	Resultado em Parada de Taipas é surpresa	Larissa Purvinni Da reportagem local	DIV RES
28/9/1996	Para diretor, particular deve fazer prova	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES
1/10/1996	Se a melhor escola fica em Parada de Taipas...	Marilene Felinto Da equipe de articulistas	DIV RES INV
18/4/1997	Alunos de 4ª e 8ª séries fazem 'provão'	Reportagem local	DIV RES
23/4/1997	Escolas particulares participam	Reportagem local	DIV
23/4/1997	Megaexame avalia rede estadual de SP	Luciana Benatti Da reportagem local	DIV RES
23/4/1997	Conheça o provão do ensino fundamental	Não assinado	DIV
24/4/1997	Provão avalia política de governo Covas	Luciana Benatti Luciana Schneider Da reportagem local	DIV RST DIS
24/4/1997	Para alunos, prova foi fácil	Da reportagem local	DIV
7/8/1997	Quando pais participam, rede pública tem bom desempenho	Reportagem local	DIV RES DIS INV
5/1/1998	Programa de recuperação nas férias começa quarta	Renato Krausz Reportagem local	DIV RES DIS
15/1/1998	'Escolas têm o mesmo nível'	Da reportagem local Rita Nazareth	DIV
3/6/1998	São Paulo avalia hoje o 1º grau	Não assinado	DIV
3/6/1998	São Paulo aplica hoje "provão" do 1º grau	Fernanda da Escóssia em São Paulo	DIV
4/6/1998	São Paulo faz exame do ensino básico	Da reportagem local Rita Nazareth	DIV
9/6/1998	Alunos de 1º grau fracassam em teste	Gilberto Dimenstein Do Conselho Editorial	DIV RES DIS
9/6/1998	85% têm dificuldade com multiplicação na 8ª série	Gilberto Dimenstein	DIV RES DIS
9/6/1998	Desempenho de negros em exame é pior	Do Conselho Editorial	DIV RES DIS
9/6/1998	Média reflete habilidade e não nota	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES
9/6/1998	Aluno repetente tem desempenho pior	Da reportagem local	DIV RES
10/6/1998	Formação de docente explica nota baixa	Fernando Rossetti Da reportagem local	DIV RES DIS

27/6/1998	Cidades pequenas têm melhores escolas	Fernando Rossetti Reportagem local Malu Gaspar (colaborou)	DIV RES RST DIS INV
27/6/1998	“Criança não é apenas um número”	Rita Nazareth Da reportagem local	DIV RES INV
27/6/1998	Estudantes aprendem menos na 7ª série	Da reportagem local Fernando Rossetti	DIV RES DIS
27/6/1998	As 100 melhores do SARESP/97	Não assinado	DIV RES
27/6/1998	Posição se deve a reforço escolar	Luciana Constantino editora-assistente da Folha Vale	DIV RES INV
27/6/1998	‘Campeã’ da capital tem perfil de interior	Da reportagem local Lia Hama	DIV RES INV
24/8/1998	Professor de matemática estuda pouco	Marta Avancini Da reportagem local	DIV RES DIS
26/11/1998	Nebauer [sic] questiona critérios	da Sucursal de Brasília	DIV RES DIS
17/12/1998	Avaliações traçam perfil do ensino brasileiro	Da reportagem local	DIV RES
21/1/1999	Ciclos requer professor capacitado	Marta Avancini Da reportagem local	DIV RES
24/11/1999	Aluno aprende menos em fim de ciclo	Marta Avancini Da reportagem local	DIV RES
28/2/2000	Diretor estimula integração	Da reportagem local	DIV RES INV
20/10/2000	Site ajudará a fiscalizar qualidade de escola	Antônio Gois Da reportagem local	DIV RES
22/10/2000	Cobrança renova ensino público	Da reportagem local Antônio Gois	DIV RES
28/10/2000	Covas anuncia pacote de R\$ 600 milhões	Da reportagem local	DIV RES DIS
22/11/2000	São Paulo tem avaliação própria	Da reportagem local	DIV DIS
3/12/2000	Aluno carente não afetou qualidade em escola de SP	Antônio Gois Da reportagem local	DIV RES INV
18/1/2001	Professores vão ganhar bônus do Estado	Da reportagem local	DIV RES DIS
25/10/2001	Reduzir a evasão qualifica escola	Renata Lo Prete	DIV RES DIS
14/11/2001	Exame reprovará alunos em fim de ciclo	Da reportagem local	DIV RES RST DIS
19/11/2001	Parlamento Jovem ganha irmão mais velho	Da reportagem local Fernanda Mena	DIV
18/12/2001	264 mil alunos terão de fazer recuperação em janeiro	Renata Lo Prete Da reportagem local	DIV RES DIS
19/12/2001	Educação: Resultado do Saesp será individual	Não assinado	DIV RES
21/12/2001	Universidade estadual terá mais R\$ 50 mi	Melissa Diniz Da reportagem local	DIV RES RST DIS
4/1/2002	Mais de 800 estão em fila para colégio 'top'	Paloma Cotes Da reportagem local	DIV RES
5/2/2002	Resultado de recuperação é divulgado	Da reportagem local	DIV RES DIS
7/4/2002	Bilhete premiado	Débora Yuri	DIV RES INV
16/4/2002	Saesp não detecta se o aluno sabe ler	Da reportagem local	DIV RES RST DIS
16/4/2002	Outro lado: Secretário-adjunto diz que existem só "casos pontuais"	Da reportagem local Iuri Dantas	DIV RES DIS
16/6/2002	Escolas nota dez	Giuliana Bastos	DIV INV
21/7/2002	Pesquisa aponta altos índices de analfabetismo em Guará (SP)	Rogério Pagnan Da Folha Ribeirão	DIV

22/8/2002	Algum filho seu chegou a estudar ou estuda em escola pública?	Não assinado	DIV DIS
26/10/2002	Tucano promete fechar praças de pedágio	Da reportagem local	DIV RES DIS
30/10/2002	Rede estadual vai ampliar avaliação	Da reportagem local	DIV RES RST DIS
27/11/2002	Apenas 36% dos alunos farão o Saesp	Bruno Lima Da reportagem local	DIV RES RST DIS
5/12/2002	Saesep é aplicado hoje a um terço dos alunos	Da reportagem local	DIV
6/12/2002	SP avalia 30% dos alunos da 4ª e da 8ª série	Da reportagem local	DIV
6/11/2003	Avaliação poderá substituir vestibular	Da reportagem local	DIV DIS
3/12/2003	Educação: Alunos da rede pública fazem avaliação	Da reportagem local	DIV
24/6/2004	Tucanos omitem dados negativos do ensino	Cláudia Collucci Da reportagem local	DIV RES RST DIS
24/6/2004	Para educadores, dados escondem realidade	Fernanda Fernandes Da reportagem local	RES RST
24/6/2004	Alckmin defende universalização do ensino infantil	Da reportagem local	DIV DIS
28/6/2004	Reprovado no Saeb passa no Saesp	Cláudia Collucci Da reportagem local Fábio Takahashi Da Folha Online	DIV RES RST DIS
2/7/2004	Termina prazo de matrícula para selecionados em cursinho da USP	Da reportagem local	DIV RES INV
5/7/2004	Avaliação escolar de SP pode ter sido 'maquiada'	Não assinado	DIV RES DIS
5/7/2004	Auto-avaliação mediu qualidade de escola	Cláudia Collucci Da reportagem local	DIV RES RST DIS
5/7/2004	Secretaria afirma que irá investigar possíveis fraudes	Da reportagem local	DIV RES DIS
5/7/2004	Educador critica fato de professor corrigir redação	Da reportagem local	DIV RES RST
6/7/2004	Chalita diz que forma de correção não compromete avaliação escolar	Da reportagem local	DIV RES RST DIS
6/10/2004	Estado amplia avaliação de alunos	Mayra Stachuk Da reportagem local	DIV
5/1/2005	Pinotti e Chalita fecham parceria	Mayra Stachuk Da reportagem local	DIV
9/1/2005	Segunda chance	Débora Yuri	DIV DIS
15/5/2005	Ministério e USP propõem reforço a excluído	Da reportagem local	DIV INV
24/6/2005	Diretora usa criatividade para reduzir abandono em 65%	Marcela Campos Da equipe de trainees	DIV RES INV
25/6/2005	Professores de SP contestam notas de avaliação escolar	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES RST
3/7/2005	A corrupção é muito pior do que se imagina	Gilberto Dimenstein	DIV RES
1/8/2005	Diretora usa criatividade para reduzir abandono em 65%	Marcela Campos Da equipe de trainees	DIV RES INV
7/8/2005	Lula é a mãe	Gilberto Dimenstein	DIV RES
30/9/2005	Prefeitura lança o 'provão' municipal	Daniela Tófoli Da reportagem local	DIV INV
21/10/2005	Avaliação para alunos do Estado será em novembro	Não assinado	DIV
9/11/2005	Estudantes de SP farão 3 exames em um mês	Da Folha Online	DIV
23/6/2006	Prefeitura adia o "provão" municipal	Daniela Tófoli Da reportagem local	DIV INV

18/8/2006	Gestão Lembo suspende exame da rede estadual	Da reportagem local	DIV
25/7/2007	Nova secretária quer premiar professores por desempenho	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
19/8/2007	A revolta dos medíocres	Gilberto Dimenstein	DIV
21/8/2007	Serra promete diminuir reprovação pela metade	Fábio Takahashi Catia Seabra Da reportagem local Colaborou Daniela Tófoli	DIV RES DIS
4/10/2007	SP irá avaliar escolas públicas em novembro	Do "Agora"	DIV RES
12/10/2007	37% dos aprovados na 1ª série não sabem ler	José Ernesto Credendio Daniela Tófoli Da reportagem local	DIV RES
27/11/2007	Painel: Armadura	Renata Lo Prete Com Vera Magalhães e Conrado Corsalette	DIV
28/11/2007	Dois milhões de alunos avaliam rendimento escolar	Do "Agora"	DIV
29/11/2007	Estudante aborda Serra e reclama de problemas de estrutura em sua escola	Do "Agora"	DIV
6/12/2007	Para Serra, ministro fez uso político de exame de alunos	Fábio Takahashi Da reportagem local Colaboraram sucursais do Rio e de Brasília	DIV DIS
19/12/2007	Estado irá criar classes apenas para alunos repetentes	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
13/2/2008	SP define critérios para bônus de professor em escolas	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES RST DIS
17/2/2008	Cérebros estimulados	Gilberto Dimenstein	DIV RES
25/2/2008	Autonomia das escolas gerou queda na qualidade do ensino (Entrevista com Maria Helena Guimarães de Castro)	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV DIS
6/3/2008	Bônus para professor é tema de debate	Da redação	DIV RES
10/3/2008	Folha realiza hoje debate sobre bônus para professor do Estado	Da redação	DIV RES
12/3/2008	Educadores divergem sobre bônus a professor do Estado	Fábio Takahashi	DIV RES RST DIS
14/3/2008	Alunos ignoram matemática elementar	Não assinado	DIV RES DIS
14/3/2008	80% dos alunos de SP não sabem matemática	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES RST DIS
14/3/2008	Melhores apostam em incentivo aos alunos	Vinícius Queiroz Galvão Da reportagem local Talita Bedinelli Colaborou para a Folha	DIV RES INV
14/3/2008	Pior 4º de SP aprova todos os estudantes	Cinthia Rodrigues Colaboração para a Folha	DIV RES
14/3/2008	Mudança permite comparar exame com prova federal	Da reportagem local	DIV RES DIS
14/3/2008	Aluno com lição corrigida teve melhor nota	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES DIS

14/3/2008	Professor está mal preparado, diz secretária	Da reportagem local Fábio Takahashi	DIV RES DIS
15/3/2008	Serra: Ensino de Matemática terá operação emergencial	Não assinado	DIV RES DIS
15/3/2008	Aluno de 4ª série do Estado se sai melhor que o do município	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
15/3/2008	Grande SP concentra 45 das 100 piores escolas	Do "Agora"	DIV RES
16/3/2008	O país do faz-de-conta	Gilberto Dimenstein	DIV RES
21/3/2008	Período integral não melhora desempenho	Não assinado	DIV RES
21/3/2008	Em SP, ensino integral não melhora nota de alunos	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
21/3/2008	Para diretora, escola integral tira a criança da rua e da frente da TV	Colaboração para a Folha Da reportagem local Cinthia Rodrigues e Fábio Takahashi	DIV RES INV
29/3/2008	Serra adere a programa de metas da União	Da reportagem local Fábio Takahashi	DIV RES
4/4/2008	Estado critica ranking com base no Enem	Da redação	DIV RES DIS
15/4/2008	Prova que será aplicada hoje vaza na internet	Da reportagem local	DIV RST
15/5/2008	Escolas de SP terão meta de desempenho individual	Da reportagem local	DIV RES RST
16/5/2008	Só 7 escolas estaduais são de 1º mundo	Da reportagem local Da Folha Online	DIV RES RST DIS
12/6/2008	Índice de aprovação alto põe SP entre os 4 melhores do país	Da sucursal do Rio Da sucursal de Brasília Da reportagem local	DIV RES DIS
26/7/2008	Professor que faltar em excesso perderá o direito ao bônus por desempenho	Da reportagem local	DIV RES DIS
16/8/2008	Serra envia projeto de bônus de desempenho na Educação	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES
7/10/2008	Professor de SP terá aula de especialização a distância	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
20/11/2008	Avaliação: Secretaria adia as datas da aplicação do Saresp em São Paulo	Não assinado	DIV
27/11/2008	Saresp avalia 2,1 milhões de estudantes hoje e amanhã	Da Folha Online	DIV
12/12/2008	Deputados aprovam bônus para educação	Da reportagem local	DIV RES
12/1/2009	Falta de docente afeta notas em sala, diz estudo	Não assinado	DIV RES
12/1/2009	Faltas de professor reduzem notas de aluno, diz pesquisa	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES
7/3/2009	Escola com nota baixa terá carga horária de recuperação duplicada	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES
19/3/2009	Ensino médio melhora em SP; fundamental fica estagnado	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES RST DIS
19/3/2009	IDESP: Índice definirá pagamento de bônus a servidores	Não assinado	DIV
20/3/2009	Avaliação: Saresp será obrigatório também para escolas particulares	Não assinado	DIV
20/3/2009	Escola top usa fanfarra e xadrez para melhorar ensino	Da reportagem local Luisa Alcantara e Silva	DIV RES INV
20/3/2009	Professores de 7 das 60 melhores escolas não vão receber bônus	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES RST

10/4/2009	Cai desempenho dos alunos em português	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
10/4/2009	82% tiveram resultado ruim em ciências	Reportagem local	DIV RES DIS
10/4/2009	Secretária chora e diz que alunos melhoraram	Da reportagem local	DIV RES DIS
10/4/2009	Projetos de ensino falharam, diz educador	Da reportagem local Fábio Takahashi Luisa Alcantara e Silva	DIV RES RST
14/4/2009	Nenhuma escola de ensino médio atinge meta em SP	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES
14/4/2009	Em um bairro tranquilo, campeã da 4ª diz que ideal é evitar troca de professores	Do "Agora"	DIV RES INV
19/4/2009	Entre os muros da USP	Willian Vieira	DIV RES INV
24/5/2009	Escolinha do professor Serra	Mônica Bergamo	DIV RES
6/6/2009	Escola privada não terá de fazer prova estadual	Da reportagem local Fábio Takahashi	DIV
11/6/2009	Comparação	Guilherme Barros Com Joana Cunha e Marina Gazzoni	DIV
21/9/2009	Rotatividade de diretor afeta nota de escola	Antônio Gois Da sucursal do Rio	DIV RES RST DIS
22/10/2009	Escola pública cobra de aluno para fazer prova	Diogo Bercito Da reportagem local	DIV RES INV
22/10/2009	"Poderia medir o quanto a turma melhora"	Da reportagem local Fábio Takahashi	DIV RES
10/11/2009	Governo de SP adia prova de 2,5 milhões de alunos	Não assinado	DIV
10/11/2009	SP adia exame de 2,5 milhões de alunos	Ricardo Westin Da reportagem local	DIV
11/11/2009	Estudantes de escolas técnicas de SP serão avaliados	Da reportagem local Fábio Takahashi	DIV
17/11/2009	Provas do SARESP começam hoje em SP	Não assinado	DIV
19/11/2009	Exame do Estado para 2,5 milhões de alunos tem falhas	Do "Agora" Da reportagem local Da Folha Ribeirão	DIV RST DIS
1/12/2009	Governo vai investigar fraudes no Saresp	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RST DIS
2/12/2009	Governo de SP ameaça fechar escola 'top' do ensino médio	Tai Nalon	DIV
2/12/2009	Governo de SP ameaça fechar escola "top" do ensino médio	Não assinado	DIV
3/12/2009	Estado decide manter escola "top" no Butantã em 2010	Colaborou para a Folha Tai Nalon	DIV DIS
9/12/2009	Dirigente que ameaçou fechar escola "top" de SP é afastada	Tai Nalon Colaborou para a Folha	DIV
28/12/2009	É natural haver diferença, diz secretário	Da sucursal do Rio	DIV RES DIS
28/12/2009	Professor dá a aluno nota maior que Saresp	Antônio Gois Da sucursal do Rio	DIV RES RST
28/12/2009	Meninas superam meninos no Saresp e na sala de aula	Da sucursal do Rio	DIV RES DIS
26/2/2010	Saresp: média de português sobe; só 10% atingem nível "avançado"	Mônica Bergamo Com Adriana Küchler Diógenes Campanha e Lígia Mesquita	DIV RES
27/2/2010	Em SP, aluno sai da rede pública 3 anos defasado	Não assinado	DIV RES DIS

27/2/2010	Ensino de SP tem melhora, mas segue ruim	Fábio Takahashi Talita Bedinelli Da reportagem local	DIV RES DIS
27/2/2010	Mudou a realidade ou a interpretação?	Ocimar Munhoz Alavarse Especial para a Folha	DIV RES
27/2/2010	75% das escolas com 4ª série atingem metas de qualidade	Da reportagem local Fábio Takahashi e Talita Bedinelli	DIV RES DIS
27/2/2010	É 'fundamental reconhecer' avanço, afirma secretário	Da reportagem local Fábio Takahashi	DIV RES DIS
27/2/2010	Novo critério infla percentual de “suficientes”	Não assinado	DIV RES
27/2/2010	Após ficar dois anos no fim da lista, escola investe em reforço para aluno	Da reportagem local Afonso Benites	DIV RES INV
25/3/2010	Dados revelam problemas e leve melhora na rede	Da reportagem local	DIV RES
25/3/2010	32 escolas estaduais atingem nível 'top'	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS
26/3/2010	24 das 32 escolas top tiveram melhora de mais de 100%	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES RST INV
20/6/2010	Programa qualifica docente e melhora nota de estudantes	Fábio Takahashi De São Paulo	DIV RES INV
31/7/2010	Tira-dúvidas nas escolas estaduais	Não assinado	DIV
31/7/2010	Bom aluno ajudará criança com nota baixa	Fábio Takahashi De São Paulo	DIV RES INV
13/8/2010	SP paga R\$ 50 a aluno que for a reforço de matemática	Rogério Pagnan Fábio Takahashi De São Paulo	DIV RES RST
14/8/2010	Tira-dúvidas nas escolas estaduais	Não assinado	DIV
17/8/2010	Instustentável leveza	Laura Capriglione	DIV RES
14/9/2010	Percentual já foi maior, diz secretaria	De São Paulo Fábio Takahashi	DIV RES DIS
18/11/2010	Alunos de escola top de SP boicotam Saesp	De São Paulo Laura Capriglione	DIV RES RST DIS
18/11/2010	Boicote é parcial, afirma Centro Paula Souza	De São Paulo	DIV RES DIS
19/11/2010	Provão escolar de SP tem série de falhas	De São Paulo Talita Bedinelli, Alencar Izidoro e Vinícius Queiroz Galvão	DIV
20/11/2010	Aluno da rede estadual fica até 6 meses sem professor	Talita Bedinelli De São Paulo Raphael Marchiori Do “Agora”	DIV
20/11/2010	Apeoesp quer anulação do provão escolar de SP	De São Paulo Talita Bedinelli	DIV RST DIS

Dados elaborados pelo autor.

A Tabela 2 apresenta os textos do gênero “opinião” publicados na Folha de S. Paulo, com enunciados relacionados à eficiência, selecionados com base nos descritores divulgação, resultados e discurso oficial.

Tabela 2 – Textos selecionados do gênero “opinião” publicados na Folha de S. Paulo que mencionam o SARESP, com enunciados referentes à eficiência.

DATA	TÍTULO	AUTOR(ES)	SEÇÃO	DESCRITORES
10/6/1998	Despreparo criminoso	Não assinado	Editorial	DIV RES OPN
12/6/1998	Os mortos e os vivos	Não assinado	Editorial	DIV OPN
24/8/1998	Hora de comparar	Mário Covas	Tendências/Debates	DIV RES OPN DIS
5/10/1998	Reprovação e qualidade	Vera Lúcia Wey	Painel do leitor	DIV RES OPN DIS
27/11/2000	Escola pública não se preparou para receber carente (Entrevista com Rose Neubauer)	Antônio Gois	Entrevista	DIV RES OPN DIS
9/12/2002	Esclarecimento sobre o Saresp	Darcy D. Martins Grejo	Folhateen Cartas	DIV OPN
28/6/2004	Educação oculta	Não assinado	Editorial	DIV RES OPN
6/7/2004	Erro de avaliação	Não assinado	Editorial	DIV RES OPN
12/7/2004	Saresp	Sonia Maria Silva	Painel do leitor	DIV RES OPN DIS
17/5/2005	Alternativa às cotas	Não assinado	Editorial	DIV OPN
10/9/2005	Uma questão de prioridade	José Aristodemo Pinotti	Tendências/Debates	DIV RES OPN DIS
12/12/2005	Avaliação necessária	Gabriel Chalita	Tendências/Debates	DIV OPN DIS
2/1/2007	Para quê mais evidências	José Aristodemo Pinotti	Tendências/Debates	DIV RES OPN DIS
27/7/2007	Prêmio ao bom professor	Não assinado	Editorial	DIV RES OPN
10/12/2007	Folhateen na prova	Sérgio Séhdelicious Correia	Folhateen Cartas	DIV OPN
15/3/2008	Conta complicada	Não assinado	Editorial	DIV RES OPN
16/3/2008	Educação	CacaloKfourri	Painel do leitor	DIV RES OPN
17/3/2008	Educação	Matheus Tomio	Painel do leitor	DIV RES OPN
23/3/2008	Educação	Rudá Ricci	Painel do leitor	DIV RES OPN
24/3/2008	Educação	Iracema Palombello	Painel do leitor	DIV RES OPN
16/5/2008	Educação	Afonso Avena	Painel do leitor	DIV RES OPN
16/5/2008	Passo firme rumo à educação de qualidade	Maria Helena Guimarães de Castro	Tendências/Debates	DIV RES OPN DIS
21/5/2008	Educação	Vanderlei Pinheiro Bispo	Painel do leitor	DIV RES
24/6/2008	Educação	Maria Helena Guimarães de Castro	Painel do leitor	DIV RES OPN DIS
19/3/2009	Nem meio caminho andado	Não assinado	Editorial	DIV OPN RES
11/4/2009	Educação	Mara Chagas	Painel do leitor	DIV RES OPN
3/12/2009	Escola	Flávio Alexandre Camargo Mancini	Painel do leitor	DIV OPN
4/3/2010	"Melhora sutil"	Paulo Renato Souza	Tendências/Debates	DIV RES OPN DIS
19/8/2010	Leviandades sustentadas	Paulo Renato Souza	Tendências/Debates	DIV OPN DIS
20/11/2010	O Enem paulista	Não assinado	Editorial	DIV OPN

21/11/2010	Educação	Adilson Roberto Gonçalves	Painel do leitor	DIV OPN
23/11/2010	Educação	Walter Martins de Oliveira	Painel do leitor	DIV OPN
2/12/2010	Educação: em resposta à Folha	Paulo Renato Souza	Tendências/Debates	DIV OPN DIS
30/12/2010	Educação	Antonio Possato	Painel do leitor	DIV OPN

Dados elaborados pelo autor.

5.1.1 Eficiência como enunciado

Os enunciados que se referem à eficiência correspondem à valorização dos resultados e das performances (desempenhos) individuais e institucionais, pautados principalmente por critérios quantitativos; ao estímulo da competitividade, promovida pela comparação dos resultados, por meio da elaboração e divulgação de *rankings*, bem como a adoção de medidas de punição e premiação. Os enunciados baseados na inovação correspondem à divulgação de projetos, práticas ou configurações institucionais que servem como modelos estratégicos para atingir determinados padrões estabelecidos.

Os enunciados de eficiência relacionados ao SARESP são encontrados predominantemente na Folha de S. Paulo. Estes enunciados possuem a função de divulgar o SARESP, o que ocorre com mais frequência nos momentos em que o governo anuncia a realização das provas, a divulgação dos resultados ou de projetos relacionados a estes resultados.

Percebe-se uma considerável presença de enunciados que correspondem à veiculação do discurso oficial. Do total de 238 textos que possuem a função de divulgar o SARESP, 92 deles também utilizam declarações de atores ligados ao governo. Em grande parte, estas declarações são do secretário(a) da pasta da educação. Assim, as explicações sobre os procedimentos, resultados, implicações do SARESP, ao serem formuladas por atores que decidem sobre as políticas educacionais, ganham maior legitimidade. Seguindo esta lógica, a Folha de S. Paulo explica, em texto publicado na capa, as razões para os alunos “ignoram matemática elementar”, devido a um provável “esforço concentrado do Estado em leitura e escrita”. “A secretária da educação, Maria Helena Guimarães de Castro, alega que sem o foco na escrita, os alunos não teriam bons resultados em outras disciplinas” (ALUNOS..., 2008, p. A1). Há textos em que as informações fornecidas pelo governo são a fonte principal na notícia, ou mesmo a única fonte, como no momento da divulgação dos resultados da segunda etapa do SARESP 2001, realizado após a recuperação de janeiro de 2002 (RESULTADO..., 2002, p.):

A Secretaria de Estado da Educação divulgou ontem o resultado da recuperação dos 261 mil alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, que tiveram aulas em janeiro. O índice de aprovação nas provas do Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), espécie de provão do ensino fundamental, feita no último dia 24, foi de 78,6%. A secretária Rose Neubauer considerou o resultado positivo. Ela avaliou que a recuperação de janeiro melhorou significativamente o desempenho dos alunos na prova, que tinha 30 questões objetivas de português e uma redação.

Ainda seguindo a lógica da relação entre divulgação de políticas educacionais e veiculação de discurso oficial, cumprindo a função de legitimação, pode-se mencionar a primeira referência na Folha de S. Paulo ao “Sistema de avaliação do rendimento escolar”⁴⁵ a ser implantado na rede de ensino de São Paulo. Trata-se da apresentação do “Projeto Inovações no Ensino Básico” (IEB), no âmbito da “reforma no ensino” (ROSSETTI, 1995a, p. 6). Entre outras questões do referido projeto, o texto apresenta, sucintamente, como será a avaliação na rede: “A ideia é criar um sistema, gerido pela secretaria, que testaria os conhecimentos dos alunos. A cada ano, 3 milhões de alunos (metade do total da rede estadual) seriam testados” (ROSSETTI, 1995a, p. 6). No dia seguinte, outro texto de Fernando Rossetti (1995b, p. A2) informa ter havido resistências por parte de alguns deputados estaduais em relação às “adaptações” realizadas pelo governo no Projeto Inovações no Ensino Básico. O texto utiliza a Secretaria da Educação como fonte para esclarecer que as mudanças não significavam uma alteração no corpo do contrato firmado com o Banco Mundial, o que dispensaria a aprovação do Legislativo (que já teria ocorrido em 1991⁴⁶). Com relação ao Projeto, Rossetti (ROSSETTI, 1995b, p. 6) esclarece:

O chamado projeto de Inovações no Ensino Básico foi aprovado pela Assembléia [Legislativa] em junho de 1991, no governo Fleury.

Envolvia US\$ 600 milhões, com um financiamento de US\$ 245 milhões do Banco Mundial (o Bird, uma instituição internacional que financia o desenvolvimento de regiões pobres).

A atual secretária da Educação, Rose Neubauer, 50, reformulou o projeto para adequá-lo ao seu próprio programa de reforma do ensino estadual de São Paulo.

Hoje, o projeto está orçado em US\$ 525,5 milhões (US\$ 93 milhões foram gastos no governo anterior). O Bird financia 47%.

⁴⁵ A sigla SARESP só aparece posteriormente nos textos da Folha de S. Paulo, às vésperas da realização da segunda edição do exame, no texto “Alunos de 4ª e 8ª séries fazem ‘provão’”, publicado em 18 de abril de 1997.

⁴⁶ A versão inicial do Projeto “Inovações no Ensino Básico no Estado de São Paulo – IEB” corresponde à Lei Nº 7.385, de 28 de junho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a contrair financiamento de origem externa, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 101, n. 120, p. 1-3, 29 jun. 1991.

A respeito do “Projeto Inovações no Ensino Básico”, algumas informações importantes não constam na cobertura da Folha de S. Paulo. Livia De Tommasi (2007, p. 215) aponta que a Secretária de Educação, Rose Neubauer, foi uma das assessoras do Banco Mundial que participaram da elaboração do projeto Pró-Qualidade. Este projeto, desenvolvido em Minas Gerais, com financiamento do Banco Mundial, teria servido como referência para as renegociações do projeto Inovações no Ensino Básico, em São Paulo. Tendo isto em vista, é útil ressaltar que a noção de “inovação” aplicada pelo governo possui certo encaminhamento anterior e que as referidas adequações não estão isentas de um direcionamento político específico, atrelado às orientações políticas da Secretaria de Educação.

Portanto, não há neutralidade, e não existe consenso sobre o papel político acerca do modelo de “inovação” adotada no campo educacional. O consenso, no limite, diz respeito à necessidade de mudanças no setor, mas a resistência pelo poder legislativo é um indicativo do quanto estas mudanças podem representar ações diferenciadas para cada segmento da sociedade. Se a mudança passa a ser denominada “inovação”, produz-se outro sentido para esta mudança, algo que pode ser compreendido como uma ruptura com a situação previamente existente. Pode-se afirmar que a mudança “inovadora” tem o propósito de introduzir algo novo, de modificar a forma de fazer algo.

O texto do jornal, conforme análise realizada, não problematiza as orientações políticas das inovações, orientações estas consonantes com as diretrizes educacionais do BIRD, a instituição financiadora do Projeto. A mudança “inovadora”, que visa “criar um sistema, gerido pela secretaria, que testaria os conhecimentos dos alunos”, um sistema de avaliação de larga escala, é apresentada como uma ação anunciada pelo governo. O jornal, neste sentido, não problematiza a informação veiculada. Apenas informa, utilizando a estratégia da objetividade jornalística (atenção ao “fato”). Não se discute as possíveis implicações de uma ação que prevê atingir 3 milhões de alunos a cada ano. Se tal política compreende certas implicações, resulta que a postura de “neutralidade” assumida pelo jornal também produz consequências. Dentre elas, destaca-se a produção de enunciados considerados verdadeiros: “é necessário avaliar”. Mas o modo como será realizada esta avaliação não cabe discutir.

Na Folha de S. Paulo, a questão da eficiência, de modo geral, não é problematizada. A discurso da performatividade ganha espaço no jornal, também, à medida que os resultados são tratados como um indicador legítimo da qualidade da educação paulista. A divulgação dos resultados é utilizada pela Folha como fato noticioso, justificando a

publicação de listas das melhores escolas do estado, bem como a justificativa provável atribuída pelo governo para resultados insatisfatórios ou a explicação para a melhoria dos índices de acertos. A presença de enunciados relacionados aos resultados do SARESP é bastante considerável: 164 textos do total de 238.

Enquanto na Folha de S. Paulo o discurso da eficiência constitui-se por meio da presença dos descritores mencionados acima, no Jornal da APEOESP, a questão da eficiência é tratada, basicamente, de duas formas. Por um lado, o Jornal critica as políticas do governo fundamentadas na lógica gerencialista e na valorização de um tipo de eficiência atrelada à esta lógica. Por outro lado, encontram-se enunciados de eficiência relacionados à atuação do Sindicato, ou seja, a divulgação de ações institucionais eficientes de defesa dos interesses dos professores. Em suma, os enunciados demonstram a posição crítica da APEOESP em relação a certas formas de eficiência que representam algum prejuízo à categoria docente, ou à educação como um todo. A eficiência da instituição, portanto, está ligada às ações bem sucedidas de resistência contra os aspectos prejudiciais da política de avaliação do governo.

5.1.2 Inovação como enunciado

Os enunciados que se referem à inovação, como já mencionado, estão ligados à questão da eficiência, contudo são analisados separadamente. Estes enunciados estão presentes em textos que tratam sobre a divulgação de projetos, de práticas ou de configurações institucionais que servem como modelos estratégicos para atingir determinados padrões estabelecidos.

Os textos que mencionam o SARESP e apresentam enunciados cuja função é a inovação totalizam 28, no período pesquisado e estão relacionados na Tabela 3.

Tabela 3 – Textos publicados na Folha de S. Paulo referentes ao SARESP que contêm enunciados referentes à inovação.

Data	Título	Autor	Descritores
27/9/1996	Escola ‘individual’ faz sucesso	Vagner Magalhães Da Folha Nordeste	DIV RES INV
27/9/1996	Jales aposta em peças de teatro como incentivo	Lucina Constantino Da Folha Norte	DIV RES DIS INV
1/10/1996	Se a melhor escola fica em Parada de Taipas...	Marilene Felinto Da equipe de articulistas	DIV RES INV
7/8/1997	Quando pais participam, rede pública tem bom desempenho	Reportagem local	DIV RES DIS INV

27/6/1998	Cidades pequenas têm melhores escolas	Fernando Rossetti Reportagem local Malu Gaspar (colaborou)	DIV RES RST DIS INV
27/6/1998	“Criança não é apenas um número”	Rita Nazareth Da reportagem local	DIV RES INV
27/6/1998	Posição se deve a reforço escolar	Luciana Constantino editora-assistente da Folha Vale	DIV RES INV
27/6/1998	‘Campeã’ da capital tem perfil de interior	Da reportagem local Lia Hama	DIV RES INV
28/2/2000	Diretor estimula integração	Da reportagem local	DIV RES INV
3/12/2000	Aluno carente não afetou qualidade em escola de SP	Antônio Gois Da reportagem local	DIV RES INV
7/4/2002	Bilhete premiado	Débora Yuri	DIV RES INV
16/6/2002	Escolas nota dez	Giuliana Bastos	DIV INV
2/7/2004	Termina prazo de matrícula para selecionados em cursinho da USP	Da reportagem local	DIV RES INV
15/5/2005	Ministério e USP propõem reforço a excluído	Da reportagem local	DIV INV
24/6/2005	Diretora usa criatividade para reduzir abandono em 65%	Marcela Campos Da equipe de trainees	DIV RES INV
1/8/2005	Diretora usa criatividade para reduzir abandono em 65%	Marcela Campos Da equipe de trainees	DIV RES INV
30/9/2005	Prefeitura lança o 'provão' municipal	Daniela Tófoli Da reportagem local	DIV INV
23/6/2006	Prefeitura adia o "provão" municipal	Daniela Tófoli Da reportagem local	DIV INV
14/3/2008	Melhores apostam em incentivo aos alunos	Vinícius Queiroz Galvão Da reportagem local Talita Bedinelli Colaborou para a Folha	DIV RES INV
21/3/2008	Para diretora, escola integral tira a criança da rua e da frente da TV	Colaboração para a Folha Da reportagem local Cinthia Rodrigues e Fábio Takahashi	DIV RES INV
20/3/2009	Escola top usa fanfarra e xadrez para melhorar ensino	Da reportagem local Luisa Alcantara e Silva	DIV RES INV
14/4/2009	Em um bairro tranquilo, campeã da 4ª diz que ideal é evitar troca de professores	Do “Agora”	DIV RES INV
19/4/2009	Entre os muros da USP	Willian Vieira	DIV RES INV
22/10/2009	Escola pública cobra de aluno para fazer prova	Diogo Bercito Da reportagem local	DIV RES INV
27/2/2010	Após ficar dois anos no fim da lista, escola investe em reforço para aluno	Da reportagem local Afonso Benites	DIV RES INV
26/3/2010	24 das 32 escolas top tiveram melhora de mais de 100%	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES RST INV
20/6/2010	Programa qualifica docente e melhora nota de estudantes	Fábio Takahashi De São Paulo	DIV RES INV
31/7/2010	Bom aluno ajudará criança com nota baixa	Fábio Takahashi De São Paulo	DIV RES INV

Os enunciados relacionados à inovação estão distribuídos por todo o período pesquisado. Em grande parte, compreendem declarações a cerca do bom desempenho de determinadas escolas, mesmo quando não se espera um bom resultado das mesmas. O caso da EEPG Jacob Salvador Zveibil, em Parada de Taipas foi apresentado desta forma. Apesar das condições precárias da escola e das dificuldades dos alunos de classe baixa, o diretor desta escola revela que “o segredo para o bom desempenho é a dedicação dos professores”. Segundo ele, estes educadores “tiram leite de pedra” (PURVINNI, 1996, não paginado).

Há enunciados que demonstram os efeitos de experiências inovadoras de gestão, como no caso da Escola Estadual Francisco Cristiano Lima de Freitas, localizada em São Bernardo do Campo. A diretora relata ter conseguido reduzir a taxa de abandono, ter instalado uma biblioteca e implementado salas ambiente. Segundo o texto (CAMPOS, 2005, p. 10),

a falta de verba é contornada com parcerias: o mercadinho doa café, a floricultura toma conta do jardim e a papelaria cede material de escritório, em troca de anúncios nos muros da escola. Essas mudanças refletem-se no aprendizado: a nota dos alunos da instituição em redação no Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) em 2003 foi 27% acima da média estadual.

Enunciados de inovação também são utilizados para demonstrar que uma tendência pode ser superada, como no caso das escolas de tempo integral. Estas escolas tiveram resultados considerados abaixo da média no SARESP 2007, mas houve exceções, como aponta a Folha:

Enquanto a maioria das escolas com ensino integral não conseguiu se destacar, a Iturbides Bolívar de Almeida Serra, na zona sul, contou com a maior vantagem em relação às demais na 4ª série do ensino fundamental. Em matemática, foram 28,2 pontos acima - cada dez pontos equivalem a seis meses a mais de aprendizagem. “O ensino integral ajuda muito. As oficinas à tarde impulsionam o desempenho nas disciplinas”, disse a diretora da escola, Kathrin Zaurith. Para ela, o principal diferencial é a estabilidade dos professores. “A maioria tem mais de dois anos aqui. Eles já pegaram o jeito de trabalhar com as oficinas”.

Outra função dos enunciados de inovação é apresentar casos em que resultados insatisfatórios são fatores de motivação para o envolvimento dos pais e dos alunos. A escola Parque Viviane/Jardim Adriana, em Itaquaquecetuba é um exemplo disso, como aponta a Folha (BENITES, 2010, p. C5):

Em 2007, o terceiro ano do ensino médio do colégio foi avaliado como o segundo pior em matemática (nota 230,5 numa escala que vai até 500) e o quinto pior em

português (220,2). "Depois daquele resultado, os próprios alunos e os pais se mostraram mais preocupados com a prova. Neste ano, já no primeiro dia de aula, tinha gente perguntando sobre a nota do Saresp", diz a vice-diretora da escola, Carla Andrea.

Em suma, a questão da inovação é tratada nos textos da Folha de S. Paulo como um aspecto vinculado à questão da eficiência. Inovação seria uma possibilidade para se chegar à eficiência. E os casos apresentados apontam que é possível obter êxito nos exames do SARESP se houver empenho por parte da escola e de seus atores. Contudo, a natureza política ou a perspectiva filosófica que fundamentam os modelos inovadores apresentados não são problematizados. Os bons resultados destas práticas são medidos por meio dos resultados obtidos no SARESP. No final das contas, a inovação cumpre uma função legitimadora da política de avaliação adotada pelo governo.

5.2 DISCURSOS DE RESISTÊNCIA

Os discursos de resistência são constituídos pelos enunciados que aparecem na relação política/imprensa, relacionados à **crítica aos critérios de eficiência e inovação**. Estes enunciados são percebidos a partir de quatro diferentes movimentos de resistência, tratados a seguir.

Os discursos de resistência apresentam quatro variações em seu conteúdo, sendo, portanto, classificados nos seguintes movimentos: a) resistência difusa; b) resistência crítico-operacional; c) resistência crítico-incidental; d) resistência estratégica. Cada um destes movimentos corresponde a um descritor, utilizados de em formato abreviado, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Abreviações dos descritores utilizados na classificação dos movimentos de resistência.

RDI	Resistência difusa
RCO	Resistência crítico-operacional
RCI	Resistência crítico-incidental
RET	Resistência estratégica

Por meio da classificação dos enunciados que aparecem nos textos dos jornais, percebeu-se que a Folha de S. Paulo apresentou no período estudado um total de 53 textos relacionados aos discursos de resistência, sendo 35 do gênero reportagem e 18 do gênero

opinião. O Jornal da APEOESP, no mesmo período, também publicou 53 relacionados aos discursos de resistência. Não houve separação entre gêneros jornalísticos neste último, em função de sua natureza ser explicitamente política.

Os textos selecionados do gênero reportagem, publicados na Folha de S. Paulo, que mencionam o SARESP e que contém enunciados de resistência são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Textos selecionados do gênero “reportagem” publicados na Folha de S. Paulo que mencionam o SARESP, com enunciados referentes à resistência.

Data	Título	Autor	Descritores
24/4/1996	Alunos consideram ‘superprova’ fácil	Malu Gaspar Victor Agostinho Da reportagem local	DIV RCO
23/4/1997	Para técnicos, avaliação é falha	Reportagem local	RCO
24/4/1997	Provão avalia política de governo Covas	Luciana Benatti Luciana Schneider Da reportagem local	DIV DIS RCO
27/6/1998	Cidades pequenas têm melhores escolas	Fernando Rossetti Reportagem local Malu Gaspar (colaborou)	DIV RES DIS INV RCO
14/11/2001	Exame reprovará alunos em fim de ciclo	Da reportagem local	DIV RES DIS RCI
21/12/2001	Universidade estadual terá mais R\$ 50 mi	Melissa Diniz Da reportagem local	DIV RES DIS RCI
16/4/2002	Saresp não detecta se o aluno sabe ler	Da reportagem local	DIV RES DIS RCO
30/10/2002	Rede estadual vai ampliar avaliação	Da reportagem local	DIV RES DIS RCI
27/11/2002	Apenas 36% dos alunos farão o Saresp	Bruno Lima Da reportagem local	DIV RES DIS RCO
24/6/2004	Tucanos omitem dados negativos do ensino	Cláudia Collucci Da reportagem local	DIV RES DIS RCO
24/6/2004	Para educadores, dados escondem realidade	Fernanda Fernandes Da reportagem local	RES RCO
28/6/2004	Reprovado no Saeb passa no Saresp	Cláudia Collucci Da reportagem local Fábio Takahashi Da Folha Online	DIV RES DIS RCO
5/7/2004	Auto-avaliação mediu qualidade de escola	Cláudia Collucci Da reportagem local	DIV RES DIS RCO
5/7/2004	Educador critica fato de professor corrigir redação	Da reportagem local	DIV RES RCO
6/7/2004	Chalita diz que forma de correção não compromete avaliação escolar	Da reportagem local	DIV RES DIS RCO
25/6/2005	Professores de SP contestam notas de avaliação escolar	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES RCO
13/2/2008	SP define critérios para bônus de professor em escolas	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES DIS RCI
12/3/2008	Educadores divergem sobre bônus a professor do Estado	Fábio Takahashi	DIV RES DIS RCI

14/3/2008	80% dos alunos de SP não sabem matemática	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES DIS RCO
15/4/2008	Prova que será aplicada hoje vaza na internet	Da reportagem local	DIV RCO
15/5/2008	Escolas de SP terão meta de desempenho individual	Da reportagem local	DIV RES RCI
16/5/2008	Só 7 escolas estaduais são de 1º mundo	Da reportagem local Da Folha Online	DIV RES DIS RCI
19/3/2009	Ensino médio melhora em SP; fundamental fica estagnado	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES DIS RCI
20/3/2009	Professores de 7 das 60 melhores escolas não vão receber bônus	Fábio Takahashi Evandro Spinelli Da reportagem local	DIV RES RCI
10/4/2009	Projetos de ensino falharam, diz educador	Da reportagem local Fábio Takahashi Luisa Alcantara e Silva	DIV RES RCI
21/9/2009	Rotatividade de diretor afeta nota de escola	Antônio Gois Da sucursal do Rio	DIV RES DIS RCI
19/11/2009	Exame do Estado para 2,5 milhões de alunos tem falhas	Do “Agora” Da reportagem local Da Folha Ribeirão	DIV DIS RET
1/12/2009	Governo vai investigar fraudes no Saresp	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV DIS RCO
28/12/2009	Professor dá a aluno nota maior que Saresp	Antônio Gois Da sucursal do Rio	DIV RES RCO
26/3/2010	24 das 32 escolas top tiveram melhora de mais de 100%	Fábio Takahashi Da reportagem local	DIV RES INV RCO
13/8/2010	SP paga R\$ 50 a aluno que for a reforço de matemática	Rogério Pagnan Fábio Takahashi De São Paulo	DIV RES RCI
18/11/2010	Alunos de escola top de SP boicotam Saresp	De São Paulo Laura Capriglione	DIV RES DIS RCI
20/11/2010	Apeoesp quer anulação do provão escolar de SP	De São Paulo Talita Bedinelli	DIV DIS RET

Dados elaborados pelo autor.

Dentre os textos selecionados do gênero opinião, publicados na Folha de S. Paulo, que mencionam o SARESP, a Tabela 5 relaciona aqueles nos quais aparecem enunciados de resistência.

Tabela 5 – Textos selecionados do gênero “opinião” publicados na Folha de S. Paulo que mencionam o SARESP, com enunciados referentes à resistência.

DATA	TÍTULO	AUTOR(ES)	SEÇÃO	DESCRITORES
08/03/1995	Para que avaliar?	Sandra Zákia Sousa	Cotidiano Educação	OPN RDI
14/5/1996	Avaliação de rendimento escolar	Sandra Zákia Sousa	Cotidiano Opinião	OPN RCO
14/11/2001	Professores	Da reportagem local	Cotidiano	RCO

	discordam de mudanças			
22/12/2001	Educação	Salomão de Castro Farias	Painel do leitor	OPN RCO
2/12/2002	Preocupação com o Saresp	André Luís da Silva	Folhateen Cartas	OPN RCI
7/7/2004	Educação 1	Roberto Augusto Torres Leme	Painel do leitor	OPN RCO
8/7/2004	Educação	Maria Cristina da Mota Pousa Rodrigues e mais sete professores	Painel do leitor	OPN RCO
8/7/2004	Educação	Ivone Assunção Marques	Painel do leitor	OPN RCO
1/10/2007	A farsa da avaliação de desempenho	Carlos Giannazi	Tendências/Debates	OPN RCI
14/3/2008	Premiação e castigo na educação	Ivan Valente	Tendências/Debates	RES OPN RCI
14/2/2009	Professor nota zero?	Ângela Soligo	Tendências/Debates	OPN RCO
21/11/2009	Saresp	Márcio Alexandre da Silva	Painel do leitor	DIV OPN RCI
29/12/2009	Saresp	Maria Izabel Azevedo Noronha	Painel do leitor	RES OPN RCO
3/1/2010	Educação	Magali Aparecida Lovatto Nascimento	Semana do leitor	RES OPN RCO
9/2/2010	O conceito de qualidade na educação	Rudá Ricci	Tendências/Debates	OPN RCO
18/3/2010	Pela melhora verdadeira da educação estadual	Maria Izabel Azevedo Noronha	Tendências/Debates	RES OPN RET
19/11/2010	Tiroteio	Ranier Bragon	Painel	RCO
21/11/2010	Educação	Fabiana Tambellini	Painel do leitor	OPN RCO

Dados elaborados pelo autor.

Com relação aos textos selecionados do Jornal da APEOESP que mencionam questões ligadas ao SARESP, a Tabela 5 apresenta os 53 textos com enunciados de resistência.

Tabela 5 – Textos selecionados publicados no Jornal da APEOESP que mencionam o SARESP, com enunciados referentes à resistência

Data	Título	Autor	Descritores
Dez. 1994/jan. 1995	O que fará a nova secretária.	Não assinado	RDI
Abr./maio 1995	Governo quer implantar projeto sem discussão.	Não assinado	RDI
Maio/1996	Comunidade dá nota ao governo.	Não assinado	RDI
Maio/1996	Em dia com a legislação.	Não assinado	RDI
Junho 1996	Escola pública avalia a educação estadual.	Não assinado	RDI
Nov./dez 1996	1996: um ano cheio de lutas.	Não assinado	RDI

Abr. 1997	Em dia com a legislação.	Não assinado	RDI
Maio 1997	Em dia com a legislação.	Não assinado	RDI
Set. 1997	Conferência define princípios de Plano Estadual de Educação.	Não assinado	RDI
Out. 1997	Conferencistas aprovam carta de princípios em defesa da educação pública.	Não assinado	RDI
Out. 1997	Plano de Educação vai ao Congresso até o final do ano.	Não assinado	RDI
Nov. 1997	Plano Nacional de Educação democrático já está pronto.	Não assinado	RCO
Jul. 1998	Eventos trazem propostas para combater o racismo.	Não assinado	RCO
Nov. 1999	II CONFERÊNCIA Educacional reafirma pacto por Plano Estadual de Educação includente [legenda de foto]	Não assinado	RDI
Nov. 1999	Evento alcança objetivo de lançar bases para Plano: mesas temáticas e plenárias.	Não assinado	RDI
Nov./dez. 2000	Congresso da APEOESP aprova Plano de Lutas em defesa da Educação.	Não assinado	RDI
Nov./dez. 2001	Secretaria da Educação ataca escolas com cores da vergonha.	Não assinado	RCI
Nov./dez. 2001	Editorial	Não assinado	RCI
Nov./dez. 2001	Secretaria de Educação ataca escola pública e desrespeita professores, pais e alunos.	Não assinado	RCI
Nov./dez. 2001	APEOESP integra audiência pública sobre avaliação / Mudanças nas regras do sistema de avaliação desqualificam Escola Pública.	Sílvia Manfredi	RCI
Mar./abr. 2002	SARESP: professores perseguidos.	Não assinado	RCI
Mar./abr. 2002	Carta	Professores da EE Brasília Machado	RCI
Mar./abr. 2002	Na rua e nas urnas, vamos mudar o Brasil.	Não assinado	RCO RDI
Mar./abr. 2002	Resultados do Saresp distorcem avaliação.	Não assinado	RCI
Jul./ago. 2002	Cresce onda de perseguição política a docentes.	Não assinado	RCI
Set./out. 2002	Contra a repressão e perseguição política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino de São Paulo.	Não assinado	RDI
Nov./dez. 2002	As duas caras do Sr. Secretário.	Não assinado	RCO
Ago./set. 2004	Em defesa da educação pública.	Não assinado	RCO
Ago./set. 2004	Avaliação omissa.	Não assinado	RCO
Set. 2006	Pedagogia do PSDB: exclusão postergada.	Não assinado	RCO
Mar./abr. 2007	Editorial.	Não assinado	RCO
Mar./abr. 2007	Professores aprovam Plano de Lutas para 2007.	Não assinado	RCO
Jul./ago. 2007	CNTE promove seminário para discutir PDE.	Não assinado	RCO
Jan. 2008	Editorial.	Não assinado	RES
Jan. 2008	Mobilização dos professores em 2007 assegura direitos.	Não assinado	RCO
Jan. 2008	Governo estadual é o responsável pela crise na escola pública.	Não assinado	RES
Mar. 2008	José Serra quer privatizar todos os serviços públicos.	Não assinado	RES

Abr. 2008	Fora, Maria Helena!	Não assinado	RES
Abr. 2008	Para S.E.E., alunos só precisam saber ler e escrever.	Não assinado	RCO
Maio 2008	Carta	André Rangel Souza	RCO
Maio 2008	Professores mantêm luta contra ataques da Secretaria da Educação.	Não assinado	RCO
Maio 2008	Deu na imprensa: bônus para professor é menos eficiente, avalia pesquisadora.	Não assinado	RDI
Jun. 2008	Editorial.	Não assinado	RCI
Jun. 2008	Professores mantêm repúdio às medidas de José Serra.	Não assinado	RCI
Ago. 2008	Governo Serra: corrupção e abandono das políticas públicas.	Não assinado	RCI
Dez. 2008/ jan. 2009	Professores participam de audiência com Secretária da Educação.	Não assinado	RCI
Jul./ago. 2009	Nas ondas do rádio.	Não assinado	RES
Dez. 2010	APEOESP entra com ação contra o SARESP.	Não assinado	RET
Dez. 2010	Editorial: A luta continua!	Não assinado	RET
Dez. 2010	XXIII Congresso Estadual da APEOESP.	Não assinado	RCO
Dez. 2010	Por uma avaliação diagnóstica, não excludente!	Não assinado	RCO
Dez. 2010	APEOESP move ação contra SARESP.	Não assinado	RET

5.2.1 Resistência difusa

O movimento de resistência difusa equivale à constituição de um discurso crítico sobre a política de avaliação que passa a ser implementado no sistema educacional paulista. Indica uma crítica em construção e, por isto, comporta significativa potencialidade.

Na Folha de S. Paulo a resistência difusa é marcada pela publicação do texto “Para que avaliar?”, de Sandra Zákia Sousa (1995, p. 3), professora do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da USP. Nele, a autora expressa sua opinião sobre as “providências” anunciadas pelo presidente da República, especificamente sobre a “avaliação das escolas por meio de aplicação de testes em alunos”. Segundo Sousa, uma política de avaliação de escolas “impõe a consideração de outros indicadores que não apenas o desempenho de alunos em testes”. Além disto, adverte que “estudos que têm se voltado à análise da avaliação escolar do rendimento do aluno, em escolas brasileiras, revelam que, tal como tem sido vivenciada, esta tem se revelado um ritual improdutivo pedagogicamente e injusto socialmente” (SOUSA, 1995, p. 3).

Ainda que Sousa refira-se, neste texto, à política do governo federal de “avaliar escolas”, seus argumentos aplicam-se também ao caso de São Paulo, dado que a “avaliação do

rendimento escolar” anunciada pelo governo estadual também era baseada na avaliação dos conhecimentos dos alunos. Percebe-se, então, que a própria Folha de S. Paulo publica textos com argumentos contrários ao modelo de avaliação que seria adotado em São Paulo. Dito isto, não é possível afirmar que havia um consenso sobre o tema, uma vez que a própria Folha registra a visão crítica de uma “especialista”. Mas a estratégia da objetividade jornalística entra em cena e, paradoxalmente, acaba legitimando determinado discurso. Isto ocorre quando o jornal caracteriza os textos como de opinião. A estratégia, portanto, consiste em isolar o que seja considerado subjetivo, o que acaba revestindo os textos do gênero reportagem de maior objetividade, por serem factuais. O texto de Sandra Zákia Sousa é opinativo e a Folha não se furta a publicá-lo, ainda que contrarie as posições do governo federal e estadual. Ao garantir espaço para o contraditório, o jornal garante sua posição politicamente “isenta”.

No Jornal da APEOESP os enunciados relacionados à resistência difusa estão concentrados no primeiro período, durante a implantação e primeiras edições do SARESP, compreendendo o período de 1995 a 2000.

Primeiramente, há uma preocupação com a “discriminação na rede” produzida por um “sistema uniforme de avaliação de alunos e escolas”, bem como com a utilização dos resultados desta avaliação para a destinação de “verbas adicionais” (O QUE FARÁ..., 1995, p. 8). A indefinição dos “mecanismos de avaliação” a serem criados pelo governo (GOVERNO..., 1995, p. 7) é um dos aspectos da resistência difusa.

Ao tomar conhecimento do tipo de avaliação adotado, o SARESP, o Jornal da APEOESP divulga uma estratégia de resistência que pretende confrontar o governo e sua “compulsão por avaliar alunos e professores”: a realização de uma avaliação produzida pelo próprio sindicato a fim de “avaliar a situação do ensino público e a política educacional do governo” (COMUNIDADE..., 1996, p. 4).

Em setembro de 1997, o Jornal divulga a programação da Conferência Estadual de Educação, sendo que um dos tópicos a serem discutidos em mesa-redonda corresponde às “inovações introduzidas pela SEE”. Dentre as inovações mencionadas, a avaliação institucional é uma delas (CONFERÊNCIA..., 1997, p. 7).

Durante o Congresso da APEOESP, em novembro de 2000, é aprovado o Plano de Lutas, que inclui na agenda do sindicato “uma ampla discussão sobre o Processo Avaliatório na Rede Estadual de Ensino” (CONGRESSO..., 2000, p. 7-8).

5.2.2 Resistência crítico-operacional

O movimento de resistência crítico-operacional corresponde à constituição de um discurso crítico sobre o SARESP, direcionado à sua configuração operacional. Os enunciados referentes a este tipo de resistência problematizam a forma e os critérios de avaliação utilizadas por meio da aplicação do SARESP, bem como a utilização dos seus resultados.

A partir de 2001, o movimento de resistência alterna-se entre crítico-operacional e crítico-incidental.

5.2.3 Resistência crítico-incidental

O movimento de resistência crítico-incidental diz respeito ao discurso crítico direcionado aos efeitos produzidos pelo SARESP, incluindo políticas acessórias ou derivadas de sua aplicação.

5.2.4 Resistência estratégica

O movimento de resistência estratégica corresponde à constituição de um discurso crítico formado por enunciados articulados a determinadas ações políticas. Caracteriza-se pelos aspectos propositivos de elaboração da crítica, uma vez que se baseia na adoção de táticas eficientes de confronto. Os enunciados estão fundamentados em uma crítica propositiva, na medida em que demonstram ações efetivas, entretanto, concentradas no campo do direito. Visam estabelecer consensos por meio da divulgação de ações consideradas eficientes, ainda que baseados na busca circunstancial de resultados políticos.

Indica uma reelaboração estratégica da crítica, diante da redefinição das relações e dos discursos presentes no cenário político. É mais perceptível do nos outros movimentos descritos uma crítica que se constitui “em relação” com os aspectos discursivos da inter-relação política/imprensa. Como efeito, o discurso de resistência é confrontado, quando não sequestrado, pelo discurso da performatividade.

5.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

A análise realizada permitiu formular um quadro dos movimentos de constituição do discurso da performatividade, no qual também são considerados os

movimentos de constituição do discurso de resistência verificados nos textos selecionados da Folha de S. Paulo e do Jornal da APEOESP.

Dentre os enunciados, destaca-se a afirmação do SARESP como instrumento necessário à melhoria da qualidade da educação, o que legitima sua realização. Este enunciado funciona como matriz para outros que respondem à valorização dos resultados e das performances individuais e institucionais, baseados em critérios quantitativos.

Com base neste regime de verdade, são também legitimados instrumentos de punição/premiação dos atores envolvidos na avaliação.

Percebeu-se que os enunciados de valorização de práticas inovadoras servem como propaganda aos valores relacionados à performatividade.

O discurso de resistência é formado por enunciados que, em grande medida, respondem ao movimento de constituição do discurso da performatividade. Portanto, são discursos constituídos “em relação”.

O discurso da performatividade busca uma estabilização baseada nos valores considerados “verdadeiros”, contudo, é compelido sucessivamente a ajustar-se em novas relações de forças. Isto se deve ao fato dos movimentos de resistência, inclusive aqueles microscópicos, produzirem mudanças estratégicas continuamente.

IMPRESSÕES FINAIS

O estudo realizado mobilizou, especialmente, aspectos constituintes de três campos do saber: a imprensa, o governo e a educação. Cada um destes setores, ainda que produzam saberes específicos e funcionem segundo um conjunto de regras vinculadas a estes saberes, compartilham, também, outros saberes provenientes de outros setores. A articulação entre estes três campos de saber busca indicar algumas possibilidades interpretativas acerca do processo de construção dos saberes, evidenciando a complexidade do jogo de poder em meio ao qual se efetivam determinadas práticas sociais.

Pode-se considerar como ponto de partida às formulações teóricas a relação já consubstanciada entre governo e educação, que formam a base das práticas de produção e difusão do conhecimento da área de políticas educacionais. Nesta linha de pesquisa são frequentes os estudos sobre determinadas políticas públicas relacionadas à educação, a partir de variadas perspectivas teóricas e metodológicas. No caso desta pesquisa, tomou-se como pressuposto uma noção ampliada de política, o que permitiu colocar certas práticas de governo sob uma perspectiva de análise combinada. Isto se efetivou mediante o entrecruzamento teórico, levando em consideração aspectos provenientes do campo da comunicação e dos estudos discursivos foucaultianos. Em articulação com certos saberes do campo de estudos em políticas educacionais, formulou-se um quadro de análise para interpretar a educação como uma prática política, considerando os efeitos da imprensa sobre este objeto.

Com base nisto, definiu-se como objetivo principal a identificação de práticas estabelecidas na relação política/imprensa. Tais práticas são constituídas segundo um “regime de verdade”, que funciona como um estatuto para o que é dito e para o que não é dito nas páginas dos jornais sobre a política de avaliação observada – o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Portanto, afirmar que a avaliação da educação, ao ser implementada por meio de determinados instrumentos (e não de outros), responde a certas “verdades”. Esta relação entre as práticas que se vão estabelecendo na sociedade e o que vai sendo veiculado como “verdade” evidencia o caráter discursivo da política avaliativa. Isto representa compreender o SARESP para além dos textos normativos, admitindo que outras esferas da sociedade estejam, de algum modo, envolvidas no seu processo de implementação.

Assim, a percepção segundo a qual uma política só se efetiva por meio do comprometimento estratégico do governo implica um redimensionamento conceitual do que

seja governar. Neste sentido, os conceitos de governo e de governamentalidade, que emergem dos estudos foucaultianos do poder, mostraram-se particularmente adequados para compreender os movimentos por meio dos quais os jornais publicaram certas “verdades” sobre o SARESP. Combinando certas práticas midiáticas e de governo, as táticas de governamentalidade exercem o entrecruzamento de saberes e poderes, fazendo emergir outras estratégias baseadas na relação política/imprensa.

A partir da análise dos textos dos jornais, coloca-se em evidência um dos setores por onde circulam os enunciados relacionados ao SARESP. Este procedimento possibilitou identificar o aparecimento de certos enunciados que formam os discursos considerados “verdadeiros”, tanto no sentido da legitimação política de avaliação como no de resistir à ela.

Os enunciados veiculados nos textos dos jornais possibilitaram a circulação de um discurso específico, relacionado a certas formas de governo, tornadas hegemônicas a partir da década de 1980, no Brasil. O “discurso da performatividade”, conforme denominação adotada, com base na discussão teórica realizada, inclui um conjunto de enunciados que podem ser relacionados às estratégias de governação neoliberal, especialmente, às práticas pautadas pelos princípios gerencialistas.

Por meio da identificação e análise destes enunciados, relacionados ao SARESP, foi elaborado um quadro conceitual sobre os movimentos de constituição do discurso da performatividade, no qual são considerados também os movimentos de resistência verificados nas notícias da Folha de S. Paulo e do Jornal da APEOESP.

O discurso da performatividade compreende enunciados relacionados aos aspectos de “eficiência” e de “inovação”. Em geral, a defesa da eficiência está ligada ao processo de legitimação do próprio SARESP. A relação estabelecida entre qualidade e desempenho é um dos enunciados que funcionam com base no regime de verdade compartilhado entre imprensa e política. Isto ocorre no sentido em que o SARESP é tratado pela Folha de S. Paulo como indicador de desempenho válido – porque não problematizado. Decorre disto que a qualidade aparece atrelada a determinado tipo de medida de desempenho: o exame nos moldes do SARESP.

Embora inicialmente o Jornal da APEOESP apresente uma postura de desconfiança em relação à avaliação realizada por meio do SARESP, as críticas tornam-se mais efetivas em razão dos efeitos do exame. As consequências do SARESP motivam diversas críticas que aparecem neste jornal, demonstrando, que o instrumento de avaliação em

si não é o maior problema a impulsionar as lutas do Sindicato. Embora a APEOESP tenha até mesmo realizado uma avaliação da rede de ensino com critérios diferenciados, a iniciativa não demonstra ter força suficiente para alterar o modelo do SARESP. Além disto, as políticas adotadas pelo governo com base nos resultados do exame exigem constantes ajustamentos discursivos por parte da entidade sindical. Assim, ocorre que as “verdades” que servem como estatuto para os enunciados veiculados no Jornal da APEOESP vão sendo ajustadas conforme surgem novas demandas no movimento de resistência.

Com referência ao regime de verdade, é preciso considerar, além das singularidades específicas de cada jornal, definidas pela função social que exercem também o compartilhamento de certos enunciados. Isto ocorre quando a APEOESP formula críticas ao desempenho do governo estadual baseadas nos maus resultados obtidos pelos alunos. Esta estratégia de resistência demonstra como as práticas discursivas são constituídas em função dos acontecimentos, em meio às relações de poder.

Por conta das estratégias adotadas pelo Sindicato, percebe-se que a função de produzir e veicular enunciados de crítica ao governo é uma prática definida nos jogos de poder. Certamente, o Sindicato mantém a postura de defesa dos interesses dos direitos dos professores, mas a forma como isto deve ocorrer não segue um padrão, um roteiro ou uma tradição de luta.

Os enunciados referentes ao discurso da performatividade aparecem com frequência na Folha de S. Paulo, na forma de resultados do desempenho dos alunos, no seu uso para estabelecer a qualidade das escolas, por meio de relatos de casos de sucesso etc. Mas a performatividade também está presente nos textos do Jornal da APEOESP, especialmente no que diz respeito ao movimento de resistência estratégica, quando o Sindicato busca sua própria legitimidade junto aos professores. Para isto, realiza ações mais específicas, como a defesa da realização do SARESP em conformidade, para que os professores não sejam prejudicados na contabilização dos resultados do exame e no pagamento de bonificações.

No que diz respeito à Folha de S. Paulo este veículo cumpre, no período em análise, uma função relevante no processo de afirmação do SARESP como instrumento necessário, portanto, considerado legítimo (ou um instrumento legítimo, porque necessário) para a melhoria da qualidade da educação. Este enunciado, por seu turno, atua como matriz na formulação de outros muitos enunciados que respondem à valorização dos resultados e das performances (desempenhos) individuais e institucionais, baseados especialmente em critérios quantitativos. Além disso, a melhoria da qualidade do ensino motivou a circulação de

enunciados estimulando a competitividade, atrelada à publicitação e à comparação dos resultados da avaliação. Dentro deste regime de verdade, são também legitimados instrumentos de punição/premiação dos atores envolvidos na avaliação, como a atribuição de níveis de desempenho para as escolas, a validação da ideia de casos de sucesso e de fracasso entre as escolas e entre os alunos, a adoção da política de ciclos de aprendizagem na qual a repetência é ressignificada como um aspecto economicamente indesejável, o pagamento de bonificações segundo o desempenho institucional.

Destaca-se, também, a função exercida pelos enunciados de valorização de práticas inovadoras, que servem como uma espécie de propaganda aos valores relacionados à performatividade. A divulgação frequente de casos de sucesso institucional funciona como a instauração de um modelo para a rede de ensino, comportando uma série de estratégias de gerenciamento para atingir determinados padrões, indicando quais valores são considerados “verdadeiros” para a construção de um ensino de qualidade.

A crítica aos critérios de inovação e de eficiência constitui-se por meio dos movimentos de resistência, em especial percebidos no Jornal da APEOESP. O discurso de resistência é formado por enunciados que respondem aos movimentos denominados difuso, crítico-operacional, crítico incidental e estratégico. Com base nestes movimentos, pode-se dizer que as estratégias de resistência são definidas “em relação” com os movimentos de constituição do discurso da performatividade. Alguns aspectos, inclusive, são compartilhados em meio às relações de poder cotidianas. O discurso da performatividade, de modo geral, visa sequestrar os sujeitos e controlar a vida com a utilização de recursos cada vez mais refinados. Consequentemente, também o discurso de resistência busca adaptar-se constantemente, alterando suas estratégias de ação, o que produz movimentos de resistência diferenciados.

Em suma, os movimentos relacionados às estratégias de governo sobre a população e resistência atuam segundo um “regime de verdade”, constituído não na forma de leis ou normas que se reproduzem indefinidamente, mas na forma de um estatuto à existência de determinados enunciados, capazes de reafirmar certos valores constituintes deste regime. O processo não ocorre, portanto, de maneira linear. Ao analisar estes movimentos e os enunciados deles provenientes, percebe-se que tanto os atores como os discursos considerados verdadeiros são afetados ininterruptamente por redefinições, redirecionamentos, comutações e transformações nas práticas discursivas.

Por isto, o discurso da performatividade busca uma estabilização baseada nos valores considerados “verdadeiros”, contudo, é compelido sucessivamente a ajustar-se em

novas relações de força. Isto se deve ao fato dos movimentos de resistência, inclusive aqueles microscópicos, produzirem mudanças estratégicas continuamente. Apesar disto, pode-se compreender o funcionamento de certas práticas discursivas inseridas num regime de verdade por meio da análise da realidade construída discursivamente, como é no caso dos enunciados veiculados nas notícias de jornal. Não é o caso, portanto de afirmar que um regime de verdade é reproduzido em razão de forças ocultas. Ao contrário, para compreender o funcionamento de um regime de verdade é preciso analisar seus aspectos como acontecimento discursivo, com base no que é dito e, ao mesmo tempo, indica o que foi interdito na formação dos discursos.

Por fim, cabe mencionar que o estudo da educação, por meio do referencial teórico-metodológico utilizado, representa uma disposição no sentido de construir caminhos possíveis de pesquisa e de abordagens baseadas em perspectivas análogas à que foi adotada. Espera-se que os pontos destacados nesta análise possam abrir possibilidades para o estudo da educação como prática política, inserida no contexto de múltiplos entrecruzamentos discursivos, além de sugerir formulações, reformulações e transformações, inspirando, de algum modo, o trabalho de pesquisa e estimulando o debate, a crítica, a resistência.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. Tradução da 1. ed. brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**—Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, n. 2, p. 85-97, jul./dez. 2011.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Políticas educativas e avaliação educacional**: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1998.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística política. In: RUBIM, Antônio Albino; BENTZ, Ione; PINTO, Milton (orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 9-27.
- ALUNOS ignoram matemática elementar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 2008. Primeiro Caderno, p. A1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2008/03/14_fev./5217338>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- AGOSTINHO, Victor. Superprova avalia 1 milhão de alunos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1996. Folha São Paulo, p. 1. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1996/04/23/264//4738145>>. Acesso em: 05 dez. 2014.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- APEOESP move ação contra SARESP. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 286, p. 9, dez. 2010.
- ARAÚJO, Vladimir C. O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística. **Biblioteca Online de ciências da comunicação**, Porto, 2004.
- ARCAS, Paulo Henrique. SARESP e progressão continuada: implicações na educação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 473-488, set./dez. 2010.
- AVALIAÇÃO mostra fraco desempenho escolar. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 out. 1996. Geral, p. 14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19961001-37603-nac-0014-ger-a14-not>>. Acesso em: 08 fev. 2015.
- BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BALL, Stephen J. New states, new governance and new education policy. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luis Armando (Ed.). **The Routledge international handbook of the sociology of education**. London: Routledge, 2010a. p. 155-166.

BALL, Stephen. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010b.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Do Provão ao SINAES. O processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 37-49, jun. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BENITES, Afonso. Após ficar dois anos no fim da lista, escola investe em reforço para aluno. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2010. Cotidiano, p. C5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2702201009.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 8. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 1. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini. 13. ed., reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. In: BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 135-149.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. 2. ed. rev. e ampl. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BURKE, Peter. **O que é história cultura?** 2. ed. rev. e ampl. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMPOS, Marcela. Diretora usa criatividade para reduzir abandono em 65%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2005. Folha Trainee, p. 10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/06/24/180//5464081>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CARMO, Miguel Ângelo Oliveira do. **Acontecimento e atualidade em Michel Foucault**: uma análise a partir do Dits et Écrits. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e

autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier; revisão técnica de Walter Omar Kohan e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CENTRO TECNOLÓGICO Gráfico-Folha (CTG-F). **Grupo Folha**. [2014]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/centro_grafico.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CHRISPINO, Alvaro. Binóculo ou luneta: os conceitos de política pública e ideologia e seus impactos na educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 21, n. 1/2, p. 61-90, jan./dez. 2005.

COMUNIDADE dá nota ao Governo. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 216, p. 4, maio 1996.

CONFERÊNCIA define princípios de Plano Estadual de Educação. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 228, p. 7, set. 1997.

CONGRESSO da APEOESP aprova Plano de Lutas em defesa da Educação. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 253, p. 7-8, nov./dez. 2000.

CONHEÇA O GRUPO Folha. **Grupo Folha**. [2014]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2014.

COSTA, Belarmino César Guimarães. **O “Estado” da educação na “Folha” de jornal**: como os jornais de grande circulação abordam a questão educacional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

COOK, Kay E. Discourse. In: GIVEN, Lisa M. (Ed.) **The SAGE encyclopedia of qualitative research methods**. Los Angeles: SAGE, 2008. v. 1. p. 216-217.

DALE, Roger. A globalização e a reavaliação da Governação Educacional: um caso de ectopia sociológica. In: TEODORO, António; TORRES, Carlos Alberto. (Orgs.) **Educação crítica e utopia**: perspectivas para o século XXI. Porto: Afrontamento, 2005. p. 53-69.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Trad. da 5. ed. norte-americana de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DE TOMMASI, Livia. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (Org.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 195-227.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2002.

DEUBEL, André-Noël Roth. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: ¿de la razón científica al arte retórico? **Estudios Políticos**, Medellín, n. 33, pp. 67-91, jul./dez. 2008.

DEUS, Jorge Dias de. Introdução. In: DEUS, Jorge Dias de. (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 11-34.

DIAS, Rosa. **Nietzsche, vida como obra de arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DILL, David D. Evaluating the “Evaluative State”: implications for research in higher education, **European Journal of Education**, v. 33, n. 3, p. 361-377, 1998.

DOHERTY, Robert A. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Orgs.). **Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Tradução de Vinicius Figueira Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 201-212.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EAGLETON, Terry. **Las ilusiones del posmodernismo**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

EDITORIAL: A luta continua! **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 286, p. 3, dez. 2010.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÕES. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/a-empresa>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Performatividade e educação: a política das avaliações em larga escala e a apropriação da mídia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 131-137, jul./dez. 2010.

ESTÊVÃO, Carlos V. **Políticas e valores em educação: repensar a educação e a escola pública como um direito**. V. N. Famalicão: Húmus, 2012.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, set./dez. 2004.

FARIAS, Jaime. Imprensa e partido: contribuições de Gramsci para a análise do papel político do jornalismo. ADAMI, Antonio; HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **IX LUSOCOM: lusofonia e interculturalidade**. ed. rev. São Paulo: INTERCOM, 2012a.p. 1350-1377. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/e-book/ix-lusocom.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

FARIAS, Jaime. Os dirigentes municipais de educação e a mídia: uma relação marcada pela ambiguidade. In: ROTHEN, José Carlos; FERNANDES, Maria Cristina. **Desafios para a gestão municipal da educação** (Orgs.). São Paulo: Xamã, 2012b. p. 81-95.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. 16. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. **Banco de Dados da Folha**. [2012]. Disponível em: <<http://bd.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 26 maio 2012.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo Folha**: busca detalhada.2014. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

FONSECA, Dirce Mendes. A pedagogia científica de Bachelard: uma reflexão a favor da qualidade da prática e da pesquisa docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 361-370, maio/ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves; revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1990a.

FOUCAULT, Michel. Practicing criticism. In: FOUCAULT, Michel. **Politics, philosophy, culture**: interviews and other writings of Michel Foucault, 1977-1984. Translated by Alan Sheridan and others. New York: Routledge, 1990b. p. 152-156.

FOUCAULT, Michel. Une esthétique de l'existence. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**: 1954-1988. Paris: Galimard, 1994. v. 4. p. 730-735 (texto n. 357).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 22. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 10. ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explica seu último livro. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 145-152.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 264-287. (Coleção Ditos e Escritos V).

FOUCAULT, Michel. Uma estética da existência In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução

de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 288-293. (Coleção Ditos e Escritos V).

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 223-240. (Coleção Ditos e Escritos IV).

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p. 253-266. (Coleção Ditos e Escritos IV).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29. reimpr. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011a.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. 5. reimpr. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 2011b.

GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 1, n. 33, p. 79-88, ago. 2007.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GASPAR, Malu; AGOSTINHO, Victor. Alunos consideram 'superprova' fácil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1996. Folha São Paulo, p. 1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996abr.24/cotidiano/5.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino das maiorias. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 228-252.

GIANNOTTI, Vito. O que é jornalismo sindical. 1. reimpr. da 2. ed. de 1998. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GOIS, Antônio. Pais terão site para fiscalizar escolas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 2000. Cotidiano, p. C1. Disponível em: <[http://acervo.folha.com.br/fsp/2000 out. 20/15](http://acervo.folha.com.br/fsp/2000%20out.%2015)>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GOVERNO quer implantar projeto sem discussão. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 205, p. 7, abr./maio 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GREANEY, Vincent; KELLAGHAN, Thomas. **Avaliação dos níveis de desempenho educacional**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Org.). **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Speaking of the President: political structure and representational form in U.S. and Italian television News. **Theory and Society**, n. 13, 1984, p. 829-850.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 10. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3. ed. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

JOBERT, Bruno. The normative frameworks of Public Policy. **Political Studies**, v. 37, p. 376-386, 1989.

LIMA, Licínio C. Avaliação e autonomia da escola. In: PACHECO, José Augusto; ZABALZA, Miguel. (Orgs.) **A avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário: Actas do I Colóquio sobre Questões Curriculares**. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia, 1995. p. 51-58.

LIMA, Licínio C. Modernização, racionalização e otimização: perspectivas neotaylorianas na organização e administração da educação. In: LIMA, Licínio C.; AFONSO, Almerindo Janela. **Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo**. Porto: Afrontamento, 2002. p. 17-32.

LIMA, Licínio C. Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia? **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 23, p. 71-90, 2005.

- LIMA, Licínio C. **Administração escolar**: estudos. Porto: Porto Editora, 2011a.
- LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- LIMA, Licínio C. Avaliação, competitividade e hiperburocracia. In: ALVES, Maria Palmira; DE KETELE, Jean-Marie (Orgs.). **Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo**. Porto: Porto Editora, 2011c. p. 71-82.
- LIMA, Licínio C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**: sobre a subordinação da educação na sociedade da aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOPEZ, Debora Cristina; DITTRICH, Ivo José. A mídia brasileira e a noção de poder em Foucault. **BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. 2004. 10 p. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-ivo-midia-brasileira-Foucault.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 2. ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MACHADO, Cristiane. **Avaliar as escolas estaduais de São Paulo para quê?** uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000. Curitiba: CRV, 2010.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. **Veja, Isto é, leia**: produção e disputas de sentido no episódio das mortes de Paulo César Farias e Suzana Marcolino. Teresina: EDUFPI, 2003.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- MANIFESTO contra a repressão e perseguição política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino de São Paulo. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 260, p. 5, set./out. 2002.
- MARTON, Scarlett. O procedimento genealógico: vida e valor. In: MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 67-94.
- MELO, José Marques de. **Comunicação**: teoria e política. São Paulo: Summus, 1985.
- MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

- MISKOLCI, Richard. Nietzsche e Wilde: fragmentos sobre a subversão dos valores. **Itinerários**, Araraquara, n. 11, p. 219-261, 1997.
- MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.3, p. 681-693, set./dez. 2006.
- MOREIRA, Elias Enrique. **A reforma educacional paulista entre 1995-2000 e o trabalho docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2007.
- NEAVE, Guy. On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988. **European Journal of Education**, v. 23, n. 1/2, p. 7-23, 1988.
- NEWMAN, Janet; CLARKE, John. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de potência**. Tradução, prefácio e notas de Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Vozes, 2011.
- NOGUERA, Carlos. La gubernamentalidad en los cursos del profesor Foucault. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 21-33, maio/ago. 2009.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Rafael Gabriel de; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1966-2011). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 939-976, out./dez. 2014.
- O QUE FARÁ a nova secretária. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 203, p. 8, dez./jan. 1995.
- PAULA, Ricardo Pires de. **Entre o sacerdócio e a contestação**: uma história da APEOESP. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.
- PENA, Felipe. Teoria do jornalismo. 2. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PICKETT, Joseph P. (Ed.). Consensus. In: PICKETT, Joseph P. (Ed.). **The American Heritage Dictionary of the English Language**. 4. ed. Boston: Houghton Mifflin, 2009. Disponível em: <<http://www.thefreedictionary.com/consensus>>. Acesso em: 30 out. 2013.
- PINA, Ana. A imprensa escrita e a mediatização das políticas educativas. **Sísifo – Revista de Ciências da Educação**, n. 4, p. 103-111, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/04-11-APina.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2011.
- PINTO, Ana Estela de Sousa. **Folha**. São Paulo: Publifolha, 2012.

POPKEWITZ, Thomas S. Algunos problemas y problemáticas em la producción de la evaluación. **Revista de Educación**, Madri, n. 299, p. 95-118, set./dez. 1992.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. p. 173-210.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

POR UMA AVALIAÇÃO diagnóstica, não excludente! **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 286, p. 7, dez. 2010.

PROFESSORES mantêm luta contra ataques da Secretaria da Educação. **Jornal da APEOESP**, São Paulo, n. 275, p. 6-7, maio 2008.

PURVINNI, Larissa. Resultado em Parada de Taipas é surpresa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 set. 1996. Cotidiano, não paginado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/27/cotidiano/20.html>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

RABIGER, Michael. **Direção de cinema**. 2. reimpr. Tradução de Sabrina Ricci Netto. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

RAMÍREZ, Maria Elena Hernández.. La sociología de la producción de noticias: hacia un nuevo campo de investigación en México. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, n. 30, p. 209-242, maio/ago. 1997.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REGALO, Carlos Alberto; NUNES, Cesar. Educação pública e emancipação: a crise aguda do ensino da Geografia no estado de São Paulo na proposta do governo José Serra. **Educação & Cidadania**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 107-121, jan./jun. 2009.

RIBAS, Thiago Fortes. A reversão do platonismo em Nietzsche e a ampliação da política em Foucault. In: CARNEIRO, Marcelo Carbone; GENTIL, Hélio Salles. (Orgs.) **Filosofia francesa contemporânea**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 145-160.

RODRIGUES, Cinthia; TAKAHASHI, Fábio. Para diretora, escola integral tira a criança da rua e da frente da TV. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2008. Cotidiano, p. C10. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2103200816.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ROTHEN, José Carlos. **Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2004.

ROSSETTI, Fernando. O que será feito na rede de ensino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 1995a. Folha São Paulo, p. 6. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/17/cotidiano/20.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ROSSETTI, Fernando. Assembléia quer votar mudanças no ensino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 ago. 1995b. Especial, p. A2. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1995/08/18/262//507349>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

ROSSETTI, Fernando. Avaliação reprova 7ª série estadual. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 set. 1996a. Folha São Paulo, p. 1. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/set.27/cotidiano/5.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ROSSETTI, Fernando. Melhores escolas de SP estão no interior. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 set. 1996b. Folha São Paulo, p. 3. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/set.27/cotidiano/1.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ROSSI, Clovis. **O que é jornalismo**. 8. reimpr. da 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: BRESSERPEREIRA, Luis Carlos *et al.* (Org.) **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 243-271.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, p. 7-44, out. 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Comunicado SE, de 22 de março de 1995**. Torna público as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998. Publicado no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 105, n. 56, p. 8-10, 23 mar. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 27, de 29 de março de 1996**. Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. São Paulo. 1996. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 106, n. 62, p. 6, 02 abr. 1996a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Instrução ATPCE, de 08 de abril de 1996**. Expede instrução para a realização das provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 106, n. 67, p. 6, 10 abr. 1996b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Comunicado ATPCE, de 12 de abril de 1996**. Publicado no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 106, n. 70, p. 6, 13 abr. 1996c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Instrução ATPCE, de 08 de abril de 1997**. Expede instrução para a realização das provas do Sistema de Avaliação de

Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 107, n. 67, p. 8, 09 abr. 1997.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Instrução ATPCE, de 14 de abril de 1998**. Expede instrução para a realização das provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 108, n. 71, p. 15, 15 abr. 1998a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Comunicado ATPCE**. Comunica que fica adiada a aplicação das provas do SARESP. Publicado no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 108, n. 79, p. 14, 28 abr. 1998b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Instrução ATPCE, de 14 de maio de 1998**. Expede instrução para a realização das provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 108, n. 91, p. 10-11, 15 maio 1998c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Instrução ATPCE, COGSP, CEL, CENP**. Expede instrução para a realização das provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 110, n. 204, p. 11, 24 out. 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 124, de 13 de novembro de 2001**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, nas escolas da rede estadual de ensino, em 2001. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v.111,n. 215, p. 10, 14 nov. 2001.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 14, de 18 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a realização das provas de Avaliação de Ciclo – SARESP 2001. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 112, n. 13, p. 18, 19 jan. 2002a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Instrução CENP, de 26 de novembro de 2002**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Saresp-2002 – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 112, n. 226, p. 12-13, 27 nov. 2002b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 120, de 11 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao SARESP/2003 – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 113, n. 215, p. 15, 12 nov. 2003a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 101, de 18 de novembro de 2004**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP/2004. Publicada no

Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 114, n. 217, p. 11, 19 nov. 2004.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 81, de 19 de outubro de 2005**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saresp-2005. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 115, n. 199, p. 12, 20 out. 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 68, de 18 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saresp 2007. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v.117, n. 198, p. 33, 19 out. 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar Nº 1078, de 17 de dezembro de 2008**. Institui a Bonificação por Resultados – BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências correlatas. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 239, p. 1, 18 dez. 2008a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 74, de 6 de novembro de 2008**. Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 211, p. 19, 07 nov. 2008b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 75, de 6 de novembro de 2008**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP 2008. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 211, p. 19, 07 nov. 2008c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 76, de 7 de novembro de 2008**. Dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 212, p. 29, 08 nov. 2008d.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 84, de 25 de novembro de 2008** Altera a Resolução SE Nº75/2008 quanto às datas de realização das provas de avaliação relativas ao SARESP-2008. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 118, n. 223, p. 56, 26 nov. 2008e.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 30, de 30 de abril de 2009**. Dispõe sobre a realização das provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP 2009. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 119, n. 80, p. 20, 1º maio 2009a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 85, de 10 de novembro de 2009** Altera os incisos I e II do artigo 4º da Resolução SE Nº 30/2009, e o § 2º do artigo 1º da Resolução SE Nº 75/2009, relacionados ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP 2009. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 119, n. 210, p. 18, 11 nov. 2009b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 48, de 02 de junho de 2010**. Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2010. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 120, n. 104, p. 30, 03 jun. 2010a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Resolução SE Nº 54, de 30 de junho de 2010**. Altera dispositivo e anexos da Resolução SE 48, de 2.6.2010, que dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2010. Publicada no Diário Oficial [do] Estado de São Paulo. Poder Executivo, Seção I. São Paulo, v. 120, n. 124, p. 43, 02 jul. 2010b.

SECRETARIA de Educação ataca escola pública e desrespeita professores, pais e alunos. **Jornal da APEOESP**, n. 256, p. 6, nov./dez. 2001.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo**: política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Líber Livro, 2009.

SINDICATO dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. **Jornal da APEOESP**. 2013. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/jornal-da-apeoesp/>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação de rendimento escolar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 maio 1996. Folha São Paulo, p. 2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996maio14/cotidiano/15.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

STOKER, Gerry. **Transforming local governance**: from Thatcherism to New Labour. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

TELLO, César; MAINARDES, Jefferson. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neomarxista, pluralista y pos-estructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 9, p. 1-31, mar. 2012.

TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011.

THATCHER, Margaret. A receita da leoa. **Veja**, São Paulo, n. 1330, p. 7-10, 9 mar. 1994. Entrevista concedida a Marco Antonio de Rezende.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 7. ed. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TORRES, Carlos Alberto. Conhecimento especializado, apoios externos e reforma educativa na época do neoliberalismo: um enfoque no Banco Mundial e na questão das responsabilidades morais na reforma educacional no Terceiro Mundo. **Revista Lusófona de Educação**, v. 5, n. 5, p. 15-36, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. **The American Journal**, vol. 77, n. 4, p. 660-679, jan. 1972.

VALOR ECONÔMICO. **Publicidade Folha**. [2014]. Disponível em: <<http://www.publicidade.folha.com.br/parceiroseunidades/valor/>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

VATTIMO, Gianni. **O fim da Modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B.; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

WAISBORD, Silvio R. Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no Caso Collorgate. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 94-111, maio/ago. 1996.

WALTHER, Ingo F. **Pablo Picasso, 1881-1973**: o gênio do século. Tradução de Ana Maria Cortes Kollert. [S.l.]: Paisagem, 2005.

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice Potter. **The history of trade unionism**. London, New York, Toronto: Longmans Green, 1950. Disponível em: <<https://ia600400.us.archive.org/28/items/cu31924017134523/cu31924017134523.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.18, n.3, p. 16-22, set./dez. 2006.

WHITAKER, Reg. Neoconservadurismo y Estado. In: MILIBAND, R.; L. PANITCH, L.; SAVILLE, J. (Orgs.) **El Neoconservadurismo en Gran Bretaña y Estados Unidos**: Retórica y Realidad. Valencia: EdicionsAlfons el Magnànim, 1992. p. 9-46.

WILDE, Oscar. **The soul of man under socialism**. Portland: Thomas B. Mosher, 1905. Disponível em: <<http://archive.org/details/soulmanundersoc00wildgoog>>. Acesso em: 11 out. 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 4. ed. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

APÊNDICE A – ASPECTOS DO SARESP: PÚBLICO-ALVO, NATUREZA, DATA DE REALIZAÇÃO, E NORMA LEGAL

Edição	Ano	Público-alvo (séries/anos)	Natureza da avaliação	Data de realização	Norma legal
1ª	1996	3ª e 7ª séries do EF	censitária	23/04/1996	Res. SE 27/1996; Instr. ATPCE, de 08/04/1996; Com. ATPCE, de 12/04/1996 (SÃO PAULO, 1996a; 1996b; 1996c).
2ª	1997	4ª e 8ª séries do EF	censitária	23/04/1997	Instr. ATPCE, de 08/04/1997.(SÃO PAULO, 1997).
3ª	1998	5ª série do EF e 1ª série do EM	censitária	03/06/1998	Instr. ATPCE, de 14/04/1998; Com. ATPCE, publicado em 28/04/1998; Instr. ATPCE, de 14/05/1998 (SÃO PAULO, 1998a; 1998b; 1998c).
4ª	2000	5ª e 7ª séries do EF e 3ª série do EM	censitária	23/11/2000	Instr. ATPCE, COGSP, CEI, CENP, publicada em 24/10/2000 (SÃO PAULO, 2000).
5ª	2001	4ª e 8ª séries do EF	censitária	29/11/2001	Res. SE 124/2001 (SÃO PAULO, 2001).
	2002	4ª e 8ª séries do EF	direcionada	24/01/2002	Res. SE 14/2002 (SÃO PAULO, 2002a).
6ª	2002	4ª e 8ª séries do EF	amostral	05/12/2002	Instr. CENP, de 26/11/2002 (SÃO PAULO, 2002b).
7ª	2003	1ª a 8ª séries do EFe 1ª a 3ª séries do EM	censitária	03/12/2003	Res. SE 120/2003 (SÃO PAULO, 2003).
8ª	2004	1ª a 8ª séries do EFe 1ª a 3ª séries do EM	censitária	25/11/2004	Res. SE 101/2004 (SÃO PAULO, 2004).
9ª	2005	1ª a 8ª séries do EFe 1ª a 3ª séries do EM	censitária	09 e 10/11/2005	Res. SE 81/2005 (SÃO PAULO, 2005).
10ª	2007	1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do EF e 3ª série do EM	censitária	28 e 29/11/2007	Res. SE 68/2007 (SÃO PAULO, 2007).
11ª	2008	2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do EF e 3ª série do EM	censitária	27 e 28/11/2008	Res. SE 75/2008; Res. SE 84/2008 (SÃO PAULO, 2008c; 2008e).
12ª	2009	2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do EF* e 3ª série do EM	censitária	17 a 19/11/2009	Res. SE 30/2009; Res. SE 85/2009 (SÃO PAULO, 2009a; 2009b).
13ª	2010	3º, 5º, 7º e 9º anos do EF e 3ª série do EM	censitária	17 e 18/11/2010	Res. SE 48/2010; Res. SE 54/2010 (SÃO PAULO, 2010a, 2010b).

* Nas escolas que implantaram o EF de nove anos, foram avaliados os alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos.

Fonte: Diário Oficial [do] Estado de São Paulo.